

Ministério da Educação
Universidade Federal Rural da Amazônia
Unidade de Apoio à Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenadoria do Curso de Doutorado em Ciências Agrárias
Área de concentração: Agroecossistemas da Amazônia

Turma 2005/2009

O Turismo Rural como Oportunidade de Negócios no Marajó Oriental: Soure e
Salvaterra

Analaura Corradi

Belém/PA

2009

Ministério da Educação
Universidade Federal Rural da Amazônia
Unidade de Apoio à Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenadoria do Curso de Doutorado em Ciências Agrárias
Área de concentração: Agroecossistemas da Amazônia

Turma 2005/2009

O Turismo Rural como Oportunidade de Negócios no Marajó Oriental: Soure e
Salvaterra

Tese apresentada para obtenção do título de doutora, da aluna Analaura Corradi, do curso de Doutorado em Ciências Agrárias, na área de Sistemas Agroflorestais como quesito de aprovação para defesa sob a orientação do Prof Dr. Antonio Cordeiro Santana.

Belém/PA

2009

Ministério da Educação
Universidade Federal Rural da Amazônia
Unidade de Apoio à Pesquisa e Pós Graduação
Coordenadoria do Curso de Doutorado em Ciências Agrárias
Área de concentração: Agroecossistemas da Amazônia

Turma 2005/2009

O Turismo Rural como Oportunidade de Negócios no Marajó Oriental: Soure e
Salvaterra

Tese apresentada para obtenção do título de doutora, da aluna Analaura Corradi, do curso de Doutorado em Ciências Agrárias, na área de Sistemas Agroflorestais como quesito de aprovação para defesa sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Cordeiro Santana.

Aprovada em Fevereiro de 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Cordeiro Santana
Orientador
Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA

Profª Drª Luiza Elayne Correa Azevedo Luíndia
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profª. Drª Tereza Ximenes
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Manoel Malheiros Tourinho
Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA

Prof Dr. Luis Benedito Varella
Universidade da Amazônia – Unama

Corradi, Analaura

O Turismo rural como oportunidade de negócios no Marajó Oriental: Soure e Salvaterra / Analaura Corradi. Belém, 2009.

179 f.: il

Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal Rural da Amazônia, 2009.

1. Turismo 2. Desenvolvimento local 3. Sustentabilidade 4. Cadeia produtiva I. Título.

CDD – 796.56

DEDICATÓRIA

A DEUS, e meus GUIAS, pela a força e pela saúde.

Aos meus pais, pelo amor eterno.

Aos meus filhos, pelos sorrisos e correntes de esperança e de união a cada passos enfrentados por nós

Ao Celso Elias , meu irmão, meu elo de união com o mundo.

À minha mais que amiga, Luíndia, pela força e pressão, neste e em outros momentos de minha vida.

Às minhas amigas especiais Cenira, Beth, Nath, Inalza e GiGi, que ajudaram nos tropeços e nos remansos da vida, inclusive Pat e Lorena.

À amiga Eva Abufaiad, pela ajuda e palavras de incentivo para completar mais esta ponte profissional e pessoal, aqui também representando os empreendedores do turismo rural de Soure e Salvaterra, proprietários do objeto de estudo deste trabalho.

E em especial, ao chefe Cordeiro, por todos os olhares nos rumos deste período.

RESUMO

Considerando que o turismo pode ser um elemento de promoção do desenvolvimento local, este trabalho analisa a perspectiva do impacto do turismo rural como oportunidade de negócios no Marajó Oriental, nos municípios de Soure e Salvaterra, indutores de inclusão do turismo no pólo Marajó no Projeto Beija Flor – do Governo do Estado do Pará no Programa de Desenvolvimento e Oferta Turística – PDOT - implantado em 2000 .

Apresenta os dados oficiais e estatísticos de instituições públicas e privadas delimitando os potenciais e ameaças recorrentes à inclusão do turismo como agente promotor do desenvolvimento local. Assim discorre-se sobre o turismo suas dimensões e suas implicações de aplicabilidade na Amazônia.

Fundamentado nas metodologias usadas em Diagnósticos da Redesist para Arranjos Produtivos Locais - APL - de Turismo, na Teoria de Sistemas defendida por Beni (2006) e nos Relatórios do Serviço de Apoio das Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/PA - acrescido do método de Análise Swot foram aplicadas pesquisas em cinco fazendas rurais: Bom Jesus; São Jerônimo, Araruna, Sanjo e Nossa Senhora do Carmo respectivamente, quatro localizadas no município de Soure e uma no município de Salvaterra. Todas as fazendas rurais estão envolvidas no PDOT/2000.

O debate que aqui se faz é no sentido de que o turismo rural pode promover o desenvolvimento e a sua sustentabilidade, desde que seja planejado.

Palavras Chaves -. Turismo. Desenvolvimento local. Sustentabilidade. Cadeia produtiva.

ABSTRACTS

Considering that tourism can be an element of promotion of the local development this work analyzes the perspective of the impact of the agricultural tourism as a business-oriented chance in the Eastern Marajo in the cities of Soure and Salvaterra, inductors of tourism inclusion in Marajo's polar region in "Beija-Flor" Project of the Government of the State of Para in the - Development and Tourism Offer Program - "PDOT" implanted in 2000.

It presents the official and statistical data of public and private institutions delimiting the recurrent potentials and threats to the inclusion of the tourism as promotional agent of the local development. Thus one discourses on tourism and its dimensions in the local development and its applicability implications in

Amazonia Based on the used methodologies in Redesist Diagnosis for Local Productive Tourism Arrangements "APL" , in the Theory of Systems defended by Beni (2006) and in the Reports of the Support Service of the Micro and Small Companies - "SEBRAE/PA" added of Swot Analysis method a research had been applied in five agricultural farms;; They are "Bom Jesus", "Jeronimo", "Araruna", "Sanjo" and "Nossa Senhora Do Carmo", respectively, four located in the city of Soure and one in the city of Salvaterra. All of them, agricultural farms, are involved in the "PDOT"-2000.

It detaches the debate that the agricultural tourism can promote the development and its support since that it is well planned.

Key Words - Tourism. Local Development . Sustainability. Production Chain.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 A PERSPECTIVA DO IMPACTO DO TURISMO RURAL COMO OPORTUNIDADE DE NEGÓCIOS NO MARAJÓ ORIENTAL – SOURE E SALVATERRA	17
Resumo	17
Abstract	17
1.1 Introdução Geral	17
Referências	23
CAPÍTULO 2- TURISMO: DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUAS DIMENSÕES	25
Resumo	25
Abstract	25
2.1 Introdução	26
2.2 Desenvolvimento local e suas dimensões	26
2.3 Turismo no Brasil	29
2.4 Dimensões para o turismo	32
2.5 Turismo Rural no Brasil	36
2.6 Desenvolvimento e o turismo	42
2.7 Turismo no Marajó	44
2.8 Turismo como alternativa	52
2.9 Destaques da análise dos relatórios	56
2.10 Considerações Gerais	59
Referências	61
CAPÍTULO 3- TURISMO NA AMAZÔNIA E SUAS IMPLICAÇÕES	64
Resumo	64
Abstract	64
3.1 Introdução	64
3.2 Turismo como atividade econômica	65
3.3 Desafio de complexidade do turismo no Marajó	70
3.4 Marajó uma dimensão regionalizada como fonte de atratividade turística	73
3.4.1 Características gerais	75
3.4.2 História fomento do potencial turístico	77
3.4.3 Ações de Colonização	79
3.4.4 Etnia	80
3.5 Contextualização Econômica base para o desenvolvimento	82

	turístico.	
3.6	Elementos para aplicabilidade do turismo	82
	Considerações Gerais	97
	Referências	98
CAPÍTULO 4- PASSOS DO TURISMO RURAL NO MARAJÓ ORIENTAL – SOURE E SALVATERRA – ANÁLISE DE DADOS		100
	Resumo	100
	Abstract	100
4.1	Introdução	101
4.2	Bases metodológicas	103
4.3	Análise de dados	104
4.3.1	Natureza da atividade	104
4.3.2	Aspectos Econômicos	104
4.3.3	Aspectos Socioculturais	105
4.3.4	Aspectos Ambientais	105
4.3.5	Aspectos Mercadológicos	105
4.4	Fazendas Rurais	106
4.4.1	Fazenda Bom Jesus – Soure	107
4.4.1.1	Natureza da atividade	107
4.4.1.2	Aspectos Econômicos	111
4.4.1.3	Aspectos Socioculturais	113
4.4.1.4	Aspectos Ambientais	115
4.4.1.5	Aspectos Mercadológicos	116
4.4.1.6	Análise Swot – Fazenda Bom Jesus –Soure	117
4.4.1.7	Resultados e discussão da Fazenda Bom Jesus – Soure	119
4.4.2	Fazenda São Jerônimo – Soure	123
4.4.2.1	Natureza da atividade	123
4.4.2.1.1	– Dinâmica do produto turístico –Visitação	126
4.4.2.2	Aspectos Econômicos	127
4.4.2.3	Aspectos Socioculturais	129
4.4.2.4	Aspectos Ambientais	129
4.4.2.5	Aspectos Mercadológicos	130
4.4.2.6	Análise Swot – Fazenda São Jerônimo- Soure	132
4.4.2.7	Resultados e discussão da Fazenda São Jerônimo- Soure	133
4.4.3	Fazenda Araruna – Soure	136
4.4.3.1	Natureza da atividade	136
4.4.3.1.1	Dinâmica do produto turístico – Visitação	138
4.4.3.2	Aspectos Econômicos	139
4.4.3.3	Aspectos Socioculturais	140
4.4.3.4	Aspectos Ambientais	140
4.4.3.5	Aspectos Mercadológicos	141
4.4.3.6	Análise Swot – Fazenda Araruna – Soure	142
4.4.3.7	Resultados e discussão da Fazenda Araruna- Soure	143
4.4.4	Fazenda Sanjo –Soure	146
4.4.4.1	Natureza da atividade	147
4.4.4.2	Aspectos Econômicos	148
4.4.4.3	Aspectos Socioculturais	149
4.4.4.4	Aspectos Ambientais	149

4.4.4.5	Aspectos Mercadológicos	150
4.4.4.6	Análise Swot – Fazenda Sanjo – Soure	151
4.4.4.7	Resultados e discussão da Fazenda Sanjo- Soure	153
4.4.5	Fazenda Nossa Senhora do Carmo – Carmo/Camará-Salvaterra	155
4.4.5.1	Natureza da atividade	156
4.4.5.2	Aspectos Econômicos	158
4.4.5.3	Aspectos Socioculturais	159
4.4.5.4	Aspectos Ambientais	159
4.4.5.5	Aspectos Mercadológicos	160
4.4.5.6	Análise Swot - Fazenda Nossa Senhora do Carmo – Salvaterra	161
4.4.5.7	Resultados e discussão da Fazenda Nossa Senhora do Carmo – Salvaterra	162
4.5	Considerações Gerais	164
	Referências	165
CAPÍTULO 5- SISTEMATIZANDO PELO O OLHAR DOS PROPRIETÁRIOS		165
	Resumo	165
	Abstract	165
5.1	Introdução	166
5.2	Viabilidade dos empreendimentos	166
5.2.1	Logística de Acesso	167
5.2.2	Aspectos Socioculturais	171
5.2.3	Aspectos Econômicos x Mercadológicos	172
5.3	Conclusões	175
	Referências	178

LISTA DE QUADROS

Quadros	Descrição	
1	Comparativo da receita cambial turística: Mundo, América do Sul e Brasil 2006/2007	30
2	Planos e programas de Turismo na Amazônia	31
3	Dados Gerais de identificação dos municípios da Ilha do Marajó em Produtos agrícolas em 1996	45
4	Elementos de competitividade turística do Estado do Pará em 2001	47
5	Propriedades e Empreendimentos cadastrados no ano de 2000 no PDOT – Pólo Marajó	55
6	Fases do Turismo no Brasil em relação ao turismo internacional	70
7	Municípios inseridos no PAS e dimensões territoriais (km ²)	74
8	Características gerais da ilha do Marajó	75
9	Fases arqueológicas no Marajó	78
10	Distribuição de produtos na Ilha do Marajó	84
11	Ações pontuais para qualidade de vida e desenvolvimento regional.	89
12	Natureza e localização dos empreendimentos de turismo rural de Soure e Salvaterra (2008).	103
13	Análise Swot da Fazenda Bom Jesus -Soure	118
14	Enfoques de atratividade desenvolvidas – Fazenda Bom Jesus – Soure	121
15	Análise Swot da Fazenda São Jerônimo - Soure	132
16	Enfoques de atratividade desenvolvidas – Fazenda São Jerônimo – Soure	134
17	Análise Swot da Fazenda Araruna – Soure	142
18	Enfoques de atratividade desenvolvidas – Fazenda Araruna – Soure	144
19	Análise Swot da Fazenda Sanjo – Soure	152
20	Enfoques de atratividade desenvolvidas – Fazenda Sanjo – Soure	154
21	Análise Swot da Fazenda do Carmo/Camará	162
22	Enfoques de atratividade desenvolvidas – Fazenda Nossa Senhora do Carmo – Salvaterra	163

Quadros	Descrição	
23	Posicionamento de rentabilidade das atividades desenvolvidas pelas fazendas de Turismo Rural do PDOT- Polo Marajó (2009)	169
24	Enfoques de atratividade desenvolvidos pelas Fazendas de Turismo Rural do PDOT- Polo Marajó (2009)	171
25	Esquema de promoção das fazendas de turismo rural do PDOT Polo Marajó (2009)	174
26	Síntese de viabilidade das fazendas rurais – Pólo Marajó – PDOT 2009	175

LISTA DE TABELAS

Tabelas	Descrição	
1	N.o. de turistas originários dos principais países emissores no Turismo Mundial	35
2	Dados gerais de identificação dos municípios da ilha Marajó distribuição populacional em 1997	45
3	Indicadores Demográficos, segundo os municípios MRG 1991 a 2005	83
4	Produto Interno Bruto e Per Capita, segundo os municípios 2003.	85
5	Índices de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM 91/00	88
6	Média de porcentagem da taxa de ocupação dos empreendimentos nos meses de dez a julho (Baixa temporada) (2007/2008)	169
7	Média de porcentagem da taxa de ocupação dos empreendimentos nos meses de julho a novembro (Alta temporada) (2007/2008)	170
8	Média da taxa de ocupação dos empreendimentos nas altas e baixas temporadas (2007/2008)	170

LISTA DE FIGURAS

Figuras	Descrição	
1	Localização dos Empreendimentos rurais cadastrados no PDOT2000.	102
2	Localização da Fazenda Bom Jesus – Soure	107
3	Fachada da Fazenda Bom Jesus – Soure	110
4	Visita aos currais da Fazenda Bom Jesus – Soure	111
5	Localização da Fazenda São Jeronimo	123
6	Fachada da entrada da Fazenda São Jerônimo – Soure	125
7	Localização da fazenda Araruna - Soure	136
8	Entrada das suites da Fazenda Araruna - Soure	137
9	Localização da Fazenda Sanjo – Soure	146
10	Localização da Fazenda Nossa Senhora do Carmo – Salvaterra	155
11	Fachada da Fazenda Nossa Senhora do Carmo Salvaterra	158

LISTA DE SIGLAS

AO - Ações Operacionais

APA – Área de Proteção Ambiental

APL – Arranjo Produtivo Local

ATURMA – Associação de Turismo Rural do Marajó

CEPA L - Comissão Econômica para América Latina

CST – Conta Satélite de Turismo

Embratur – Empresa Brasileira de Turismo

FBK – Formação Bruta de Capital

FIDESA – Fundação Instituto de Desenvolvimento da Amazônia

FIPE – Fundação Internacional de Pesquisa

FUNPEA - Fundação de Apoio à Pesquisa Extensão em Ciências Agrárias.

GEI – Grupo Executivo Interministerial

GEOR - Gestão Estratégica Orientada para Resultados

GTP – Grupo de Trabalho Permanente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDIC – Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio

MT - Ministério do Turismo

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

OE - Organização Estrutural

OEA - Organização dos Estados Americanos

OMT - Organização Mundial de Turismo

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PARATUR – Companhia Estadual de Turismo

PAS – Plano Amazonia Sustentável

PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PDO – Pesquisa de Demanda e Oportunidades

PDOT – Programa de Diversificação da Oferta Turística

PET - Plano Estadual de Turismo

PIB – Produto Interno Bruto

PNT - Plano Nacional de Turismo

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PROECOTUR - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazonia Legal

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar

PROVAM – Pesquisas dos vales Amazônicos

QL - Quociente Locacional

RA - Relações Ambientais

REDESIST - Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

SEBRAE – Sistema Brasileiro de Apoio e Micro e Pequena Empresa

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazonia

SWOT – Sistema de Análise das forças, fraquezas, ameaças e oportunidade utilizado na área de marketing

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia

CAPÍTULO 1

TURISMO RURAL COMO OPORTUNIDADE DE NEGÓCIOS NO MARAJÓ ORIENTAL: SOURE E SALVATERRA

RESUMO: Indicando uma predisposição socio cultural de quebra da rotina urbana e a busca do desenvolvimento socio econômico confirmado por pesquisas e relatórios oficiais o turismo rural desponta como um produto viável de promoção as expectativas regionais e proporcionar condições de sustentabilidade . Desta forma contextualiza-se o estudo no turismo rural agregado as características da região amazonica – ilha do Marajó- municípios de Soure e Salvaterra-Pará.

Palavras Chave- turismo rural, desenvolvimento, produto turístico, região amazônica.

ABSTRACT: Indicating a socio cultural predisposition break from the development of urban routine and the pursuit of socio economic surveys and confirmed by official reports or rural tourism is emerging as a viable product to promote regional expectations and provide sustainable conditions. Thus contextualizes the study on rural tourism aggregate characteristics of the Amazon region – Marajó island- municipalities Soure and Salvaterra, Pará

Key Words – rural tourism, development, product tourism, Amazon region.

1.1 INTRODUÇÃO GERAL

O contato com a natureza, a interação com a fauna e contemplação da flora são o mote que vem atraindo milhares de pessoas para o chamado turismo rural. Existe uma predisposição para que as pessoas, com vivência tecnológica, busquem a quebra da rotina urbana no meio rural, com isso o turismo rural ou agroturismo vem se destacando e se nivelando aos outros segmentos de aventura e de esportes.

O turismo econômico pode gerar crescimento junto ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente. Para tanto há no Brasil diversas regiões, Estados e municípios com vocação turística que possam levar a este fim.

A região Amazônica, com seu exotismo exuberante e espetacular, abre caminho para que o Estado do Pará também possa oferecer um turismo diferenciado, mostrando ao mundo as riquezas da maior floresta tropical do planeta.

Desta forma, o mundo moderno e a evolução de acontecimentos econômicos e sociais podem levar à inclusão do turismo como uma atividade promissora, com possibilidade de rica expansão de suas taxas de crescimento.

As políticas públicas mundiais são conduzidas pela Organização Mundial de Turismo - OMT (2007) que classificam seus produtos e regiões, priorizando a satisfação de seus clientes, isto é, dos turistas.

Para alcançar o desenvolvimento desejado é necessária uma interação sistêmica, envolvendo diversas atividades ligadas à infraestrutura das

localidades, municípios, Estados e regiões, pois há a necessidade de estabelecer condições de acesso, transporte, e também de abastecimentos de alimentos, segurança, saúde etc.

Assim, o desenvolvimento das atividades, nesta estrutura sistêmica, visando a produção do turismo, em uma localidade, pode promover elementos com potencial de um Arranjo Produtivo Local – APL – criando por meio da diversidade de ações micro ou macroeconômicas, melhores condições de negócios e de qualidade de vida dos produtores e dos usuários dos serviços e produtos dos segmentos envolvidos.

Comprova-se, portanto, de forma planejada, que o turismo pode ser uma promissora fonte econômica. Para isso é necessário o uso de estratégias mais coerentes de acordo com a realidade local, pautadas nos valores humanos e no respeito ao meio ambiente para gerir com competência o setor. Para tal, a sustentabilidade, que é fator prioritário para o desenvolvimento, é também um atrativo para o produto turístico e para a sua aplicação, dependendo da forma como se administram os recursos disponíveis no ecossistema, buscando o equilíbrio entre os conceitos de conservação e de exploração pela região, que possam levar o setor turístico alavancar a economia na estrutura sistêmica e integrada com os demais setores de desenvolvimento local.

Esse trabalho está focado em analisar “O Turismo Rural como Oportunidade de Negócios no Marajó Oriental: Soure e Salvaterra.” Mas fundamenta-se nas políticas públicas do turismo, aplicadas no Brasil e no mundo e, em particular, no objeto de estudo, Marajó: Soure e Salvaterra.

Também foram feitas projeções sobre o setor turístico como fonte econômica, geradora de emprego e renda para os munícipes daquela micro-região.

Nesta perspectiva, a metodologia utilizada na coleta de dados fundamentou-se nas estatísticas e relatórios de instituições como Organização Mundial de Turismo – OMT (2007) -, Empresa Brasileira de Turismo – Embratur (2007)-, Instituto Estadual de Turismo – Paratur (2007)-, Banco Central (2007), dentre outros que expõem o turismo como uma atividade relacionada à perspectiva

de ações de desenvolvimento local, em suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais.

A partir dos dados oficiais, os indicativos referentes às facilidades tecnológicas como acesso, aspectos ambientais e socioculturais caracterizam, não só os conceitos de turismo, mas seus aspectos ligados ao desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental.

As compilações dos dados estatísticos do setor turístico da Organização Mundial de Turismo – OMT –(2007) Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010 - Empresa Brasileira de Turismo - Embratur (2007)- e do Instituto Estadual de Turismo – Paratur (2004)- vêm a ratificar a apresentação de elementos promotores do desenvolvimento de atividades turísticas nas dimensões mundiais, nacionais e locais.

Os dados da pesquisa bibliográfica apresentados são secundários, destacando-se algumas políticas públicas implementadas para promoção e desenvolvimento local, pelo segmento do turismo rural, entre eles o Plano Nacional de Turismo, o Plano Estadual de Turismo – Projeto Beija Flor que indica as regiões e prioridades de ações e segmentos básicos para o Estado do Pará, assim como indicativos de conselhos municipais de turismo e de desenvolvimento local.

O trabalho delimitou pontos e parâmetros indicadores de possibilidades de desenvolvimento que venham a atender as necessidades da demanda e da oferta turísticas, focadas nos municípios de Soure e Salvaterra – ilha do Marajó - indicados como indutores do programa estadual de turismo Projeto Beija Flor, dentro do Pólo Marajó. Este projeto busca promover o Pólo Marajó, em nível estadual, alinhar ações de incentivo e promoção do segmento, valorizando as características naturais e socioculturais.

Os diversos pontos de caracterização da ilha do Marajó, além da sua dimensão continental, relacionando seus índices de desenvolvimento e sua possibilidade de sustentabilidade pelo turismo, especificamente, o turismo rural, agregado às tradições pecuárias e agrícolas, possibilitaram a base deste estudo.

A proposta fundamenta-se em informações de relatórios dos órgãos oficiais como OMT (2007), Embratur (2007), Paratur (2005), entre outros e busca estabelecer os pontos de viabilidade para o setor turístico, com enfoque no turismo rural, visando a promoção do desenvolvimento econômico local, de suas potencialidades, levando-se em consideração a composição para um Arranjo Produtivo Local (APL) da cadeia turística.

Assim o trabalho fundamenta o contexto marajoara, desde sua ocupação até a implementação do turismo, como elemento possível de ser gestor e potencializador do desenvolvimento dos municípios de Soure e Salvaterra, e como indutores do segmento turísticos no Pólo Marajó.

A análise de dados fundamenta-se nas metodologias usadas pela *Redesist*, que são orientadas pelos Arranjos Produtivos de Turismo (APL) e nos diagnósticos realizados pelo SEBRAE/PA (2006) em parcerias com FIDESA e FUNPEA, no método de Gestão Estratégica orientado para Resultados GEOR. Aqui, se analisou as potencialidades apontadas pelos documentos mencionados de desenvolvimento de atividades turísticas na região.

Estabeleceu-se uma análise dos cinco estudos de casos, tomando-se como base os modelos de Swot e do Sistur (BENI 2003), visando apontar as perspectivas em um inventário do setor turismo rural. Ambos os modelos foram aplicados nas cinco fazendas: Bom Jesus; São Jerônimo; Araruna; Sanjo e Nossa Senhora do Carmo.

Por fim, verifica-se a viabilidade das fazendas como elementos de desenvolvimento de turismo rural a partir dos aspectos socioeconômicos e mercadológicos, da questão do acesso e da logística com a metodologia ratificada pela teoria dos sistemas, com apoio dos princípios empregados por pesquisas ligadas ao turismo, são analisados elementos de viabilidade dos

empreendimentos cadastrados no programa de Turismo Rural do governo do Estado do Pará, PDOT/2000 –(2004).

Nota-se que a viabilidade das fazendas, como um produto turístico, não significa um padrão uniforme, e sim um complexo adaptado de atratividade, que busca atender as necessidades da demanda concretizada pelo turista, equilibrando ações de sustentabilidade com o desenvolvimento do empreendimento com reflexo no desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo : Senac, 2006.539p.

BRASIL. Banco Central. **Gestão participativa para o Desenvolvimento Local**. Relatório Recife 2001. Brasília : BNDES/PNUD,2001. Relatório Mimeografado.

_____. Ministerio do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Turismo. Secretária de Políticas de Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural No Brasil**. Brasília, 2004.

_____. _____. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. **Marcos conceituais, Segmentação do Turismo**. Brasília, 2004.

_____. _____. **Turistas estrangeiros gastaram mais no Brasil em 2007**, Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2007.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. EMBRATUR. **Boletim de desempenho econômico do turismo 2006**. Disponível em: < <http://www.embratur.gov.br/portalbrasileirodoturismo>>. Acesso em: 21 jan.2007.

_____. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br/estatistica>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

ESTATÍSTICA Básica do turismo. Disponível em: <http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados_fatos/pesquisaanual/marco2007ano_iii_n_o_3_3a_edicao>. Acesso em: 09 fev. 2008.

INSTITUTO ECOBRASIL – **Acordo de Mohonk 2000**. Disponível em <http://www.ecobrasil.org.br/publique/medi_a/acordo_de_mohonk.pdf>. Acesso em 12 dez. 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO –OMT. **Barômetro OMT del Turismo Mundial**, 2007. v. 5.

PARATUR. **Plano de desenvolvimento de Turismo do Estado do Pará**. Disponível em <<http://www.paratur.gov.pa>> Acesso em 10 set. 2007.

PESQUISA Anual de Conjuntura Econômica do Turismo no Brasil. Disponível em <http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados_fatos/estatisticas_basicas_do_turismo/brasil_2002_a_2006_22nov07.pdf>. Acesso em 09 fev. 2008.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENO EMPRESAS – SEBRAE. **Projeto 10 - Turismo Amazônia do Marajó** (pesquisa de resultados)

Gestão Estratégica Orientada por Resultados GEOR. Belém SEBRAE/PA e Fidesa,2006.

_____ . **Projeto 30** - Turismo Amazônia do Marajó (Relatório de Gestão) Gestão Estratégica Orientada por Resultados. Belém : SEBRAE/PA, FUNPEA, 2006.

_____ . **Relatório de pesquisa de Demanda e Oportunidade do Polo Turístico Marajó**. Belém : SEBRAE/PA, Prefeituras Municipais de Soure e Salvaterra, 2003.

CAPÍTULO 2

TURISMO DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUAS DIMENSÕES

RESUMO : O turismo e suas forças de trabalho podem impactar ações de desenvolvimento promovendo através de políticas públicas a inclusão de atividades diretas e indiretas como motivadores do progresso sócio econômico. Pesquisas e relatórios oficiais de vários níveis, isto é, desde da Organização Mundial de Turismo OMT até os delimitadores do Plano Estadual de Turismo PET comprovam que o turismo deixa de ser fenômeno aleatório para ser uma atividade promissora e planejada para o desenvolvimento.

Palavras Chaves- progresso sócio econômico, pesquisas oficiais, Plano estadual de turismo.

ABSTRACT : Tourism and their work forces can impact development efforts by promoting public policies to include activities such as direct and indirect activities of social economical progress. Researchs and official reports of various levels, from the World Tourism Organization (OMT) to delimiters of the State Plan for Tourism (PET) show that tourism is no longer random phenomenon to be a promising activity and planned for development.

Key Words - Social economical progress, official researchs, state plan for tourism.

2.1 INTRODUÇÃO

Ao discutir o turismo e suas forças de impacto no desenvolvimento do setor econômico é importante delimitar suas ações diretas e indiretas nos âmbitos internacional, nacional, estadual e local.

O que por sua vez, implica em se perpassar as ações e o tempo que marcaram a inclusão do turismo como atividade incentivadora e matriz de base econômica e social de progresso no contexto de desenvolvimento.

O debate sobre o setor se materializa pelas políticas públicas, sejam pela orientações da Organização Mundial de Turismo – OMT, ou Plano Nacional de Turismo – PNT ou Instituto de Turismo do Pará - Paratur. Os referidos documentos norteiam os níveis de abrangência das ações incentivadoras do turismo como elemento de desenvolvimento econômico.

Por meio dos registros secundários obtidos na OMT(2007), PNT(2004) e na Paratur(2007), passa a ser possível pontuar alguns dados de importância do setor turismo como um segmento econômico e social que indica também a possibilidade de caminhos de desenvolvimento local.

2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUAS DIMENSÕES

No mundo moderno, a evolução de acontecimentos sejam econômicos e sociais propiciaram a inclusão do turismo como uma atividade promissora e com possibilidade de expansão de suas taxas de crescimento.

As atividades turísticas estão relacionadas não só à distribuição de renda, mas também, ao comportamento da mesma, assim como as implicações referentes às facilidades tecnológicas, acesso de transportes e a disponibilidade de tempo livre dos usuários que passam a priorizar o lazer.

O número de viagens internacionais realizadas em todo mundo cresceu consideravelmente, nos últimos 50 anos, segundo o relatório do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR (2008). Um crescimento mais acelerado do número de chegadas de turistas no país verificado desde a metade do século XX, é motivado pela forte expansão da economia mundial do pós-guerra e por avanços tecnológicos implementados no setor desde as condições de infraestrutura.

Muitos reveses econômicos, políticos e sociais nesse ínterim pararam a aceleração, que ficou ainda mais vigorosa desta atividade econômica, mas que, no entanto, não se diferenciou significativamente dos movimentos verificados em outros setores da economia. Portanto apesar de ser considerado um fenômeno complexo responsável pela maior geração de empregos, depois das indústrias automobilísticas, o ato de *viajar* sempre representou uma necessidade comum à maioria dos povos do mundo.

Registros comprovam que a partir da Grécia Antiga, motivações como interesses políticos, econômicos e religiosos nos mais variáveis níveis incentivaram o deslocamento de pessoas para localidades distantes.

O Império Romano, responsável pela concepção de estabelecimentos voltados para espetáculos, diversões e reuniões públicas foram os pioneiros em criar locais destinados ao repouso, com finalidades terapêuticas, religiosas e desportivas.

Mas é a na fase Renascentista que as representações turísticas surgem mais organizadas, época em que nobres e intelectuais europeus utilizavam as viagens para explorar lugares atrativos, adquirindo conhecimentos e status social.

O turismo passa a adquirir os moldes conhecidos atualmente e segundo Swarbrooke e Horner (2002), foi a partir do século XIX, graças aos progressos tecnológicos propiciados pela Revolução Industrial que permitiram o deslocamento entre os países, dando oportunidade ao homem de conhecer novas culturas.

A atividade turística apresentou um crescimento substancial após a Segunda Guerra Mundial. E as principais causas deste desenvolvimento foram para Turatti (2002):

- a) legislação social que determinou o tempo de trabalho,
- b) o crescimento demográfico, provocando a busca do homem pelo equilíbrio em ambientes naturais,
- c) o progresso dos transportes,
- d) o incentivo de governos para fomentar fluxos turísticos;
- e) a criação de novos serviços na oferta turística.

O aprimoramento de tecnologia nos setores de transporte, hospedagem, prestação de serviços e produtos consolidou como turismo uma atividade econômica a partir do século XIX.

A atividade turística desenvolveu-se, incluindo a necessidade de testemunho, elemento formador da personalidade humana, em que a viagem passou a ser um mecanismo de conhecimento do outro, da vida alheia, dos espaços e patrimônios distintos da realidade vivida pelo viajante, sendo chamada de *indústria da diferença*, na percepção de Wainberg (2003).

Indústria por desencadear um processo de transformação de matérias-primas para a elaboração de produtos que são comercializados e consumidos no mercado turístico.

Portanto a nomenclatura *Indústria da diferença* se solidifica por estimular o encontro entre visitantes e espaços culturais e naturais distintos do ambiente em que cotidianamente vivem, favorecendo experiências que se diferenciam das habitualmente desenvolvidas no seu espaço de residência.

Os estímulos desta busca do novo, do diferente e os avanços tecnológicos relacionados aos setores de transporte e comunicação, crescimento da renda, aumento do tempo livre para o Lazer ajudam na mudança no comportamento dos consumidores/turistas, que buscam assim, a melhoria da qualidade de vida, a partir de uma condição em que se sentem mais aptos para a realização de viagens. Neste contexto, a atividade turismo se estrutura propiciando oportunidade a um maior número de indivíduos.

2.3 TURISMO NO BRASIL

O turismo no mundo, assim como no Brasil vem crescendo. O crescimento mais acelerado do número de chegadas é verificado desde a metade do século XX e observa-se constantemente que as taxas e indicadores são superiores ao crescimento da Economia, tanto em número de turistas como em receitas.

Segundo o Programa Nacional de Turismo 2007/2010 - PNT (2007) -as chegadas internacionais em todo o mundo tiveram um crescimento da ordem de 56,5%, no período de 1995 a 2006. No Brasil, esses números cresceram da ordem de 150% no mesmo período¹.

¹ O PNT 2007/2010 ressalta que houve o crescimento de 150%, não obstante o decréscimo de 2005 para 2006, em função da redução na oferta de assentos em vôos internacionais decorrente da crise da Varig.

Considerando, os últimos anos, o fluxo internacional de turistas no mundo registrou um crescimento de 5,2% de 2004 para 2005 e de 4,5% de 2005 para 2006.

De acordo com o Jean-Claude Baumgarten, presidente do World Travel & Tourism Council, - WTTC – afirmou no Relatório Barometro do turismo mundial (2007), o setor do turismo representa atualmente 10% do PIB mundial e que cresce a uma taxa de 4,6%. Esse índice representa aproximadamente 4 trilhões de dólares o que gera em média 200 milhões de empregos ligados às atividades turísticas.

No Relatório de Atividades de Turismo do Mtur (2008) a receita cambial turística do Brasil chegou ao valor de US\$ 4,316 milhões, em 2006 e US\$ 4.953 milhões em 2007, estabelecendo uma variação entre os anos 2006/2007 de 14,76%, comprovando um crescimento já identificado na relação de 2005/2006 de 11,77% referentes à receita do ano de 2005 (US\$ 3,861 bilhões).

Desta forma, o Brasil alcança por 5 anos consecutivos o crescimento na receita cambial turística. O Banco Central do Brasil – BACEN - (2006) que faz essa estatística sobre a taxa cambial, desde 1969, registrou o recorde mensal de toda a história do setor em março de 2006, quando foi obtido o resultado de US\$ 453 milhões de receita cambial turística.

Apesar dos dados de crescimento o setor turismo pode expandir suas ações no Brasil, pois de acordo com o relatório de estatísticas de turismo da Embratur (2008), a participação da receita cambial do Brasil no mundo (quadro 1) foi, segundo a OMT e Bacen, de 0,6% e na América do Sul foi de 30,8% em 2006.

Quadro 1 – Comparativo da receita cambial turística: Mundo, America do Sul e Brasil 2006 /2007

Ano	Receita cambial (bilhões de US\$)			Participação %		
	Mundo	America do Sul	Brasil	América do Sul no Mundo	Brasil na America do Sul	Brasil no Mundo
2006	742,2	14,0	4,3	1,9	30,8	0,6

2007	856,0	17,2	5,0	2,0	28,8	0,6
-------------	-------	------	-----	-----	------	-----

Fonte – OMT/ BACEN -Notas – A partir de 2005 utiliza-se os dados da Receita cambial apurado pelo BACEN. Os Dados de 2006 são revisados e de 2007 estimados.

As políticas públicas do turismo para a região Norte defendem a propagação da imagem promocional do *exótico* onde o turista que busca o “*não cotidiano*” poderá encontrar a floresta, diversas espécies de animais e paisagens não urbanas, pitorescas e a autenticidade de cores, texturas, sabores e odores.

Historicamente, segundo o Plano de Desenvolvimento da Amazônia Legal – PDSA 2005/08 – estudos diagnósticos setoriais² destacam para o setor turístico, planos e programas de turismo para a Amazônia, desde de 1975, conforme o (Quadro 2.)

Quadro 2 - Planos e Programas de Turismo para a Amazônia

Período	Planos e projetos
1975-1979	II Plano de Desenvolvimento da Amazônia - PDA
1977	I Plano de Turismo da Amazônia – PTA
1992-1995	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
1992-1995	Plano de Turismo da Amazônia PTA
1993-1997	Plano de Desenvolvimento da Amazônia (IIPDA)
1994	Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo
1994-1997	Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT
1996-1999	Política Nacional de Turismo-Diretrizes e Programas
1997 (em vigor)	Estratégias para Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo na Amazônia Legal – Proecotur
2003-2007	Plano Nacional de Turismo
2004 (em vigor)	Programa de Regionalização do Turismo
2007-2010	Plano Nacional de Turismo II

Fonte – adaptação Plano de desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal – Estudos e Diagnósticos PDSA 2005-2008

Todos os planos e programas listados buscam elementos que venham a promover o crescimento envolvendo aspectos como de desigualdade interregionais, geração de emprego e renda, aumento de fluxo de turistas, elevação da oferta e da qualidade dos produtos, revitalização de ações de preservação do meio ambiente com aproveitamento dos recursos naturais e

² Documento do Ministério da Integração Nacional – MI e Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente MMA sobre o Projeto de Ações Integradas para o Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – PRODESAM (acordo ADA/OEA/ Projeto BRA/OEA/04/001/ PRODESAM)

culturais, fortalecimento das atividades de cooperação institucional, gestão regional no aspecto público e privado para o turismo fundamentado nos paradigmas do desenvolvimento sustentável.

2.4 DIMENSÕES PARA O TURISMO

O setor turismo é composto de diversas particularidades, portanto não é um sistema simples, implica também, num sistema que envolve fortemente um fenômeno social, contemplando um leque de modalidades de produtos e setores produtivos.

A atividade turística tem possibilitado um desenvolvimento expressivo em várias localidades onde foi implementada, graças à sua capacidade de gerar renda, empregar pessoas, beneficiar direta ou indiretamente vários setores da economia e, ainda, melhorar a qualidade de vida de seus atores sociais em decorrência dos investimentos em infraestrutura turística.

Mesmo assim, é claro que os dados estatísticos comprovam que mesmo havendo um crescimento no número de viagens e das receitas turísticas, em meados do século XX, esse processo sempre ocorreu de modo assimétrico entre os países. Áreas mais desenvolvidas, como a Europa, detém uma concentração maior de atividades turísticas.

Mas, nos últimos anos, está havendo mudanças quanto ao grau de concentração destes destinos tradicionais e considerando também o comportamento dos turistas nas viagens, em que nota-se, menor permanência, menor distância e, conseqüentemente, menos gastos por turista.

Em nível mundial, Beni (2006), pode-se delimitar dois grupos de fatores que vêm estabelecendo alteração no comportamento do turista em relação à escolha de destinos turísticos. Um desses fatores está associado ao

crescimento da renda das pessoas, sejam elas oriundas de países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

O primeiro grupo enquadra-se no reflexo de *sobra* de orçamento doméstico, maior reserva de renda para o consumo dito não essencial.

O segundo grupo está ligado a um novo perfil de consumo. O turista está se distanciando dos destinos tradicionais de turismo e buscando os locais mais exóticos, menos convencionais, de certa forma mais disponíveis do que os destinos tradicionais.

Pode-se atribuir essa mudança a uma tendência de esgotamento do ciclo de vida dos produtos, o que não exclui o ciclo dos produtos turísticos, e também há uma ampliação das condições de acesso e segurança nas formas de viagem.

O Brasil absorve positivamente as perspectivas decorrentes desta saturação dos destinos tradicionais e se manifesta como alternativa para o turista que busca os destinos denominados exóticos, assim infere-se uma taxa de crescimento de novas viagens a cada ano, como de novos mercados que os setores públicos e privados do país podem trabalhar, pois há potencial de absorção.

Esta dinâmica estimula de certa forma novas frentes de atuação do turismo, que segundo Beni (2006) e Turatti (2002), os benefícios gerados pelo turismo incentivaram muitas localidades a investir nesta atividade como principal alternativa para ressuscitar a cadeia produtiva de sua região.

Assim salienta Azevedo Luíndia (2007), que tal deslumbramento ocasionou ações e procedimentos de empirismo. Muitos locais e municípios com pouca ou nenhuma vocação turística, buscam de forma amadora, reproduzir experiências alheias sem estabelecer conexão entre as necessidades da demanda e a oferta. Portanto, não obtém êxito no desenvolvimento das atividades de turismo.

Por sua vez, Barreto (2005) salienta que precisa ficar claro que o turismo para ser desenvolvido em todas as suas potencialidades exige os subsídios teóricos oriundos de várias áreas do conhecimento.

O turismo é discutido como uma atividade econômica e implica na necessidade de inúmeras ações advindas de investimentos diversos, tanto público, como privado. Por exemplo, a infraestrutura para as localidades e a prestação de serviços básicos de qualidade, etc.

Portanto a dimensão econômica do turismo é responsável por atrair investimentos para melhoria de serviços de aeroportos, estradas, hotéis e restaurantes.

Por sua vez, os impactos se relacionam com a evasão de receita, subempregos, raros investimentos de serviços essenciais, sazonalidade e monocultivo. Segundo Wearing, Neil (2001) e Swarbrooke (2000) as dimensões de desenvolvimento englobam os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais a partir da perspectiva de benefícios e impactos.

Conforme Wearing e Neil (2001) os impactos sociais são definidos pelas mudanças nas relações sociais entre membros de uma comunidade, sociedade, e a instituição como resultantes de uma mudança externa. Contudo os benefícios sociais levados às comunidades podem acarretar o crescimento global dos padrões de vida em função dos benefícios econômicos.

Swarbrooke (2000) salienta que na dimensão social os impactos negativos ocorrem de maneira vagarosa e discreta, quase invisível, ao contrário dos econômicos. Porém, quando ocorrem, são permanentes com pouca ou nenhuma oportunidade de se revertê-los.

Os autores acima mencionados destacam mudanças como as de padrão de consumo, dependência de tecnologias, não participação no planejamento e nas atividades turísticas: prostituição; dentre outros.

Assim os benefícios advindos da dimensão social se correlacionam com capacitação, associativismo, parcerias e fortalecimento das comunidades, além do envolvimento dos residentes no planejamento e desenvolvimento das atividades turísticas.

Considerando os dados estatísticos da EMBRATUR (2007) apresentados na tabela 1, o Brasil vem crescendo em número de turistas originários dos principais países emissores.

Tabela 1 – Brasil - N.o. de turistas originários dos principais países emissores no Turismo Mundial

Principais Países Emissores	2006			2007		
	Número de Turistas	%	Ranking	Número de Turistas	%	Ranking
ARGENTINA	933.061	18,60	1º	920.210	18,31	1º
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	721.633	14,38	2º	699.169	13,91	2º
PORTUGAL	299.211	5,96	3º	280.438	5,58	3º
ITÁLIA	287.898	5,74	4º	268.685	5,35	4º
CHILE	176.357	3,52	10º	260.430	5,18	5º
ALEMANHA	277.182	5,52	5º	257.719	5,13	6º
FRANÇA	275.913	5,50	6º	254.367	5,06	7º
URUGUAI	255.349	5,09	7º	226.111	4,50	8º
ESPANHA	211.741	4,22	8º	216.373	4,31	9º
PARAGUAI	198.958	3,97	9º	206.323	4,11	10º
INGLATERRA	169.627	3,38	11º	176.948	3,52	11º
PERU	64.002	1,28	15º	96.336	1,92	12º
HOLANDA	86.122	1,72	12º	83.554	1,66	13º
SUIÇA	84.816	1,69	13º	72.763	1,45	14º
CANADÁ	62.603	1,25	16º	63.963	1,27	15º
JAPÃO	74.638	1,49	14º	63.381	1,26	16º
OUTROS	838.140	16,71	-	879.064	17,49	-
Total	5.017.251 turistas			5.025.834 turistas		

Fonte: Dados estatísticos da Embratur 2007.

Em contraponto, os brasileiros, como turistas, se deslocam para outros destinos numa média de 5,0 milhões de turistas, considerando o período de 2006 e 2007, na previsão do relatório de estatísticas básicas do turismo da Embratur (2008).

O turismo, como estratégia de desenvolvimento local, vem a cada ano sendo incentivado a fomentar mais ofertas à medida que, a sua indústria, atualmente, pode proporcionar maiores níveis de geração de emprego do que as outras, a exemplo da automobilística.

Dentro das atividades e segmentos turísticos destaca-se o rural, que atua com a valorização do ambiente. No caso no ambiente dito “exótico”, onde é “explorado” os potenciais indicados pela a demanda do setor como a capacidade de valorizar a cultura e a diversidade natural de uma região e/ou localidade, desta forma buscando estabelecer elementos de conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural.

2.5 TURISMO RURAL NO BRASIL

No Brasil, o segmento turismo rural indica potencialidades de abrangência para atender á demanda, que busca a característica do “exótico”. O cenário apresenta-se para a demanda com a proposta de vivenciar experiências não urbanas. A experiência pode ser pelo turismo rural. Com uma nova forma de fonte de renda, agregando valor a produtos e serviços do empreendimento, da localidade ou do município.

Assim o turismo promove as atividades rurais tradicionais que delimitam o cotidiano rural assim como também o patrimônio cultural (festas religiosas, mutirões, artesanatos e outras comemorações), além dos recursos naturais (rios, riachos, serras, vegetação entre outros).

Por exemplo, há uma experiência pioneira no município de Lages – SC realizada em 1983, onde foram aproveitadas infraestruturas já existentes, onde havia criação de gado leiteiro e de corte, como atrativos turísticos do local. No Centro-Oeste, com destaque no Estado de Goiás e no Distrito Federal há um

considerável número de propriedades rurais desenvolvendo atividades de turismo.

De acordo Lima e Matias (1999), segundo informações e dados de pesquisas realizadas pela Organização Mundial do Turismo - OMT - e pelo Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur - o turismo rural surgiu nos Estados Unidos, nas propriedades denominadas “Ranchos”.

Portanto a estrutura de atuação do segmento origina-se de propriedades, inicialmente, distantes, de difícil acesso e sem infraestrutura para hospedagem, mas que recebiam caçadores e pescadores por temporadas.

No Brasil afirmam os autores acima mencionados que o turismo rural tem expressão como experiências pioneiras manifestadas e implantadas no Estado de Santa Catarina, município de Lajes . Inicialmente, com a estrutura de visita para observar atividades rurais, ligadas à lida do gado e depois por pressão da demanda, foi implantada uma infraestrutura de hospedagem para dispor ao turista maior tempo na vida rural.

A proposta de atuar com o setor implica, no Brasil, que o governo deverá expandir todo um leque de atividades de infraestrutura para que haja sustentação, atualmente, pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e posteriormente haverá um investimento de R\$ 504 milhões até 2010, com melhorias em aeroportos, terminais de carga, estradas e etc. Assim como deverá prover políticas voltadas à qualificação profissional, inclusão social e determinar 65 destinos turísticos prioritários para explorar com sustentabilidade o setor. De acordo com o PNT(2007), a proposta é atingir a marca histórica de valores como “217 milhões de viagens no mercado interno. Isso tudo vai gerar 1,7 milhão de empregos e trazer U\$ 7,7 bilhões em divisas para o Brasil.”

Somente os turistas estrangeiros gastaram cerca de US\$ 469 milhões em dezembro de 2007, com isso o Brasil chegou a US\$ 4,953 bilhões em entrada de divisas por meio do turismo.

O valor supera, em 14,76%, os US\$ 4,316 bilhões registrados em 2006 – até então a melhor marca da série histórica iniciada em 1969. Os números mostram, ainda, que o desempenho de dezembro foi recorde para este mês, ficando atrás apenas de janeiro de 2007 – quando os gastos de estrangeiros no Brasil chegaram a US\$ 484 milhões.

Dados do PNT (2007) demonstram a crescente importância da atividade turística para a economia do País. O peso do turismo na balança comercial brasileira, atualmente representa o quinto item da pauta de exportações. O setor fica atrás apenas de minério de ferro, petróleo bruto, soja em grão e automóveis.

No geral, o visitante desembolsa US\$ 91,74 por dia em uma estada média de 18,19 dias, segundo os dados registrados pelo Banco Central – BC - isso implica que o Brasil passou a receber um turista que permanece mais tempo e gasta mais por onde passa.

Na comparação entre dezembro de 2007 e o mesmo mês de 2006 (US\$ 400 milhões), o incremento também foi expressivo: 17,15%. O cálculo do BC inclui trocas cambiais oficiais e gastos em cartões de crédito internacional.

O desempenho do setor está ligado ao comportamento da renda, da sua distribuição e disponibilidade de tempo de cada usuário dos serviços e produtos turísticos.

Mas salienta-se que o turismo necessita de pré-condições dos seus países para que seja visto como uma solução para o crescimento econômico dos mesmos. É necessária uma estratégia global de crescimento regional e nacional.

Segundo critérios do Banco Mundial, o Brasil é um país em desenvolvimento de renda média/alta, apesar de sua importância em relação ao Produto Interno Bruto - PIB. No Brasil, alguns fatores de valorização do turismo, fazem como que o “fator econômico”, por exemplo, propicie aumento na produção de outros fatores e, no nível de emprego, gere saldos de divisas em sua conta externa,

diminuindo os *deficits* da balança de pagamento e do agravamento da dívida externa.

O turismo pode ser um instrumento de desenvolvimento e considerando seus efeitos econômicos e sociais, pode ser classificado como atividade industrial com implicações no setor primário. A sua importância reflete na produção, na geração de emprego e renda, nos setores públicos e privados, e etc.

A interferência do turismo, nos efeitos da produção e da renda, por exemplo, implica na formação do PIB, seja direta ou indiretamente, resultando numa taxa de crescimento fundamentada no índice de um multiplicador de renda.

A Fundação Internacional de Pesquisa – FIPE , desde de 2002, pela Conta Satélite de Turismo – CST - um método recomendado pela Organização Mundial de Turismo – OMT - para padronização de resultados e viabilidade operacional, indica que o turismo no Brasil representa cerca de 2% do PIB, sem considerar a contribuição dos investimentos de Formação Bruta de Capital (FBK).

Outro efeito a ser observado é a geração de emprego. O emprego no setor turismo, também pode ser analisado por indicação de multiplicadores, e a FIPE afirma que para cada emprego gerado no setor provoca um incremento de 5,5 unidades no emprego total.

Pelo método CST, há cerca de 1,63 milhão de empregos diretos; 750 mil de empregos indiretos que totalizando cerca de 2,4 milhões de empregos no Brasil, o que representa 3,3% de pessoal ocupado, isto é, pessoas com empregos formais.

Um dos pontos de observação para o desenvolvimento é o balanço de pagamento: relação percentual entre receita turística e as exportações, que geram um saldo de divisas líquidas para o país. Os países em desenvolvimento (receptores) são os que registram gastos externos mais significativos para atender o turismo internacional.

Assim considera-se neste balanço o ativo - os gastos dos estrangeiros realizados no país e o passivo, efetuados pelos residentes no exterior.

Outro aspecto do turismo no efeito desenvolvimento regional é na distribuição de renda. Contabilizada por itens que implicam na análise de uma planificação econômica buscando uma distribuição espacial eficiente e justa dos recursos e atividades econômicas, onde pode-se caracterizar o turismo por ser consumido em regiões menos desenvolvidas. Assim sendo pode até ser uma atividade de compensação do cotidiano das grandes cidades.

A demanda por lugares e alimentos diferentes, delimitações de fronteiras territoriais, ou mesmo curiosidade vem motivando o homem à prática do turismo desde o início de sua existência.

Atualmente, os padrões capitalistas vêm alicerçando esta busca por lugares diferentes. Desta forma pode-se citar que há um aumento do tempo livre, considerando os avanços tecnológicos otimizando o tempo de trabalho do homem com apoio das máquinas.

As leis trabalhistas possibilitam que o trabalhador possa planejar e programar a utilização do tempo extra-trabalho, isso leva uma parcela considerável das divisas para o lazer. Tornando o turismo, então, uma fonte de lucros para a economia mundial, pois é fato nítido que a sociedade está buscando ocupar o tempo ocioso com atividades de lazer. As pessoas deslocam-se de suas residências para locais não rotineiros, para descansar, praticando assim o turismo.

Atualmente, a forma de vida das sociedades implica em atender às necessidades de um processo econômico e turístico. Assim a economia implica na necessidade de um planejamento turístico rigoroso, que invista e explore estas potencialidades para o desenvolvimento local, norteando a atuação econômica para obter maior lucro e o objetivo ecológico de preservar e fazer uso do conceito de turismo sustentável.

Além de seus visíveis efeitos econômicos e da forte influência de ações de sustentabilidade. Muitos são os debates sobre a preservação do meio ambiente e patrimônio histórico. O governo possui outra razão para o investimento massivo em planejamentos que desenvolvam o turismo nacional, que vão além dos atrativos turísticos: a busca do capital fazendo com que as horas de lazer sejam o motor da produtividade. Criando assim, em várias cidades brasileiras atrativos turísticos artificiais (*shoppings*, parques temáticos e aquáticos, *resorts*, hotéis de luxo com paisagens artificiais, etc) que não diminuem o fluxo dos moradores locais, mas intensificam as horas ociosas gastas na própria cidade, quando não possuem tempo e condições financeiras para um deslocamento maior.

E neste mesmo ensejo, o mercado turístico econômico faz crescer a demanda e conseqüentemente as ofertas turísticas com as facilidades para viagens que tornaram o mundo inteiro mais acessível aos viajantes ávidos por novas e emocionantes experiências em regiões com recursos naturais e culturais consideráveis.

Lembrando que a antiga crença de que as inovações tecnológicas, por si só, seriam suficientes para a melhoria das condições materiais de vida, já não subsiste. É necessário, e verifica-se que a indústria da hospitalidade, a arte de receber, esteja preparada para as novas mudanças do milênio, pois o sistema, isto é, a sociedade já está fazendo uso desta chamada “indústria do turismo” para intensificar suas atividades delimitadas para o lazer.

O que significa que deve-se considerar que o turismo passa a se enquadrar e se promover enquanto negócio, que busca na prestação de serviços e nos produtos, o lucro.

Desta maneira, o discurso crítico e a prática do turismo fundamentam-se em alicerces com planejamento para se realizar como atividade em si, mas também como potencial considerável de desenvolvimento econômico para as cidades, seja na visão local ou regional, pois passa a integrar a prestação de

serviços e produtos que atuam relacionados à valorização de atrativos já existentes em suas localidades.

É fato que existem projetos e leis que incentivam o desenvolvimento regional e ambiental com base no turismo, isto em escala nacional e local, buscando sempre novas abordagens do desenvolvimento em suas múltiplas faces: a questão da pobreza; a conservação ambiental; a problemática de patrimônio.

A dinâmica de promover o turismo como uma atividade em prol do desenvolvimento é uma tendência mundial. A proposta é ter uma visão estratégica deste desenvolvimento que será trabalhada no sentido de buscar todas as potencialidades locais, por estudos dos fatores internos à região, capazes de transformar um impulso interno de crescimento econômico para toda a sociedade.

Esta proposta de promover o turismo reflete na prática o que a ciência geográfica destaca e trata como ações locais que afetam o global. Devidamente planejado o turismo como atividade de incentivo ao desenvolvimento provocará um avanço deste desenvolvimento para a sua região.

2.6 DESENVOLVIMENTO E O TURISMO

Discutir desenvolvimento implica num composto de incrementos estabelecendo relação de demanda e oferta em várias áreas que se constituirão para o turismo os elementos de infraestrutura que possam vir a satisfazer as necessidades de cada agente social de uma dada sociedade.

Portanto Oliveira (2002) defende que :

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e,

principalmente humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento (incrementos positivos no produto e na renda) transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Segundo Lima e Oliveira (2003) pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, é pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento.

Se existe o distanciamento entre a vontade popular e vontade política dos governantes fica explicitado em áreas de ocupação irregulares, principalmente em áreas típicas de proteção ambiental.

Ainda de acordo com os autores o planejamento da atividade turismo, perpassa o desenvolvimento assim como a sustentabilidade local portanto, passa a ser importante avaliar esses pontos de referência para a manutenção e promoção, pelo setor do turismo.

A sustentabilidade não pode ser pensada pelo turismo, apenas pelo seu aspecto físico, ou econômico, mas principalmente no seu aspecto sócio-cultural, pois as comunidades envolvidas como integrantes e como produtos turísticos, também precisam desenvolver elementos de melhoria de qualidade de vida, mas sempre de forma a minimizar os impactos negativos de cada sistema social vivenciados.

Um exemplo dessa necessidade de estabelecer a relação entre a sustentabilidade e o desenvolvimento é a Amazônia, que por ser um potencial turístico. Esses envolvem uma região com características de biodiversidades, paisagens, florestas, rios, variedades de animais, além das manifestações e expressões culturais nativas ligadas aos aspectos indígenas ou caboclos, e ou expressões de brancos, negros e outras culturas que imigraram para a região.

Delimitar os olhares deste estudo passa a ser importante para a percepção do uso do turismo como atividade de desenvolvimento local, regional de forma

integrada às prioridades dos aspectos de sustentabilidade, assim o foco direciona para o lado ocidental da ilha do Marajó indicado como um dos pólos turísticos promovidos pela política estadual de desenvolvimento.

2.7 TURISMO NO MARAJÓ

Vale a pena compreender, especificamente, que os municípios de Salvaterra e Soure, envolvidos como prioritários no Plano Estadual de Turismo – PET - tem como base tradicional a produção pecuária, sendo que, em linhas gerais, a produção de bovinos está concentrada nas grandes propriedades, enquanto que os bubalinos, nas pequenas. Mas de qualquer forma, as propriedades não são exclusivas da pecuária.

É interessante visualizar que a modernidade e o mercado consumidor confirmam uma tendência de maior criação de bovinos do que os tradicionais bubalinos na região, de maneira geral unindo o efetivo dos rebanhos dos municípios a cerca de 156.668 cabeças de bovinos (mestiços e com predomínio da raça Nelore) e 109.835 cabeças de bubalinos (mestiços e de maioria da raça Murrah e Mediterrâneo).

Assim sendo, deve-se considerar o turismo como um novo setor de desenvolvimento. Deve-se observar as condições de identificação dos municípios envolvidos em relação à distribuição populacional (Tabela 2), e outros itens de produção (Quadro 3)

Tabela 2 - Dados gerais de identificação dos municípios da ilha Marajó distribuição populacional em 1997

Município	Localização	Área Km ²	População	População	
				Urbana	Rural
Soure	Lat0°40'2.62"S Long48°30'26.87W	3.513	21.395	11.342	2.053
Salvaterra	Lat0°45'32.41"S Long48°30'44"W	1.043	17.077	11.498	5.579

Fonte: IBGE-/sepof/diepi/gede-2007

Quadro 3 - Dados Gerais de identificação dos municípios da Ilha do Marajó em Produtos Agrícolas em 2007

Município	Produto	Produção
Salvaterra	Abacaxi Milho Mandioca Coco	11.875 mil frutos 8 toneladas 200 toneladas 584 mil frutos
Soure	Coco Lenha	2.160 mil frutos 4800 metros cúbicos

Fonte: IBGE 2007.

Já que a tradição de produção não está voltada para o turismo, pode-se observar a correlação citada por Ximenes (1998) entre outras atividades desenvolvidas na ilha do Marajó, como uma das possibilidades de desenvolvimento. São as atividades de pecuária e exploração de madeira que apresentam implicações entre a floresta virgem, a floresta explorada e área de pastagem, que está concentrada no lado ocidental da ilha do Marajó.

O setor madeireiro reflete que à medida em que é explorado passa por um processo de degradação lento onde os campos são infestados por ervas daninhas a impedir a implementação de qualquer outro tipo de plantio de forma imediata. Defende Ximenes (1998) que

a pecuária no Marajó é um bom exemplo para demonstrar a relação que existe entre a sustentabilidade ambiental, econômica e social, assim como para chamar a atenção do caráter relativo da sustentabilidade.

Ainda sob a perspectiva da autora mencionada, alguns estudos comprovam que a pecuária realizada em pastos naturais é mais “ambientalmente sustentável” do que a realizada em pastagem cultivada, porém nas circunstâncias ou contexto do Marajó em sua forma de ocupação natural,

constituída pela estrutura de capitâneas hereditárias e, atualmente, transformadas em grandes fazendas.

As terras de grandes extensões, originariamente propriedades de um dono, são repassadas aos herdeiros, que sem ligações com a vida do campo, acabam, por vezes, dilapidando as terras herdadas ou mesmo subdividindo-as entre si. Passando a ser seus “novos proprietários”.

A “mudança” de proprietários experientes pelos herdeiros inexperiente, pode configurar-se em alterações significativas nas relações produtivas e sociais entre os fazendeiros e seus funcionários, que, tradicionalmente, herdavam os conhecimentos do trabalho e repassavam por gerações fixadas por anos nos limites das “fazendas continentais”³.

O desenvolvimento produtivo de uma fazenda no Marajó enfrenta, portanto, os contrapontos de condições climáticas, geográficas, estruturais, sociais e trabalhistas para manter sua origem produtiva, por isso os fazendeiros estão buscando novos caminhos para a ilha.

E um deles, preconizado pelo governo federal, foi inserir no chamado turismo ecológico, tido como prioridade no Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) desde 1987, no Projeto de Investimento e Desenvolvimento do Setor Turismo na Amazônia, enaltecido pela EMBRATUR desde 1991, que promoveu intensa campanha para dinamizar o Turismo no Estado, apresentando a Ilha do Marajó como “potencial ecológico” e também como possível elemento de produtividade.

Na Amazônia, o Estado do Pará concentra 49,2% dos atrativos turísticos da região de acordo com os dados do Programa de Estudos e Pesquisas dos Vales Amazônicos – PROVAM/95 - SUDAM/OEA. A ratificação da ação de incentivo do governo para o turismo segue as determinações da Lei Estadual nº. 5943 de 02/02/1996, subsidiando o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR – em que o Estado do Pará está dividido para o desenvolvimento turístico, pelo Projeto Beija Flor.

³ Fazendas continentais-expressão representativa para designar fazendas de grandes extensões territoriais.

Pelo então Plano Estadual de Turismo – PET/2001 - a região Pólo Marajó é uma das cinco macroregiões propostas para desenvolvimento turístico compartilhando as regiões do Tapajós, Amazônia Atlântica, Araguaia Tocantis e Xingu.

Este projeto reforça os passos da EMBRATUR que estabelece normas para o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que busca promover o desenvolvimento regionalizado pelas ações de sustentabilidade que o governo do Estado elaborou como apoio aos estudos desse desenvolvimento, e que deu como resultado um quadro de elementos (Quadro4) importantes que estabelecem a produtividade de cada investimento.

Quadro 4 - Elementos de competitividade turística do Estado do Pará em 2001

Âmbito	Situação	Indicadores
Atratividade	Muito Baixa em Geral Média em alguns pólos.	Baixo Volume de turistas
Produtividade	Consumidor médio de baixo nível de exigência. Empresas familiares.	Baixa arrecadação de impostos. Pequena geração de empregos. Renda concentrada em Belém.
Marketing	Ações desarticuladas e descontinuadas. Poucos mercados trabalhados.	Baixa presença do Pará na mídia. Poucas operadoras vendendo o Pará. Poucos destinos vendidos.
Gestão	Pouca articulação entre os municípios dos pólos. Pouca participação da iniciativa privada.	Roteiros Turísticos muito pontuais. Falta de integração entre hoteleiros e agências de receptivo turístico.

Fonte : Paratur 11/2001

No Pará, grande parte de seus recursos está relacionado aos ecossistemas frágeis da floresta amazônica, portanto a sua utilização intensiva pode provocar danos ao patrimônio natural, por isto o Plano de Desenvolvimento do Turismo - (PDT) - salienta que a sustentabilidade está aliada à valorização dos aspectos culturais e sociais para prover a viabilidade econômica da produção turística. A busca da sustentabilidade da região implica em avaliar variáveis de todos os pontos objetos atrativos.

Na mídia jornalística e em produtos publicitários a região é “*vendida*” como um dos mais importantes cenários ecológicos pois é “*o maior arquipélago fluvial e*

marítimo do planeta e Área de Proteção Ambiental (APA)” (Revista Amazônia/jun2007), exibe inúmeras riquezas naturais, onde o turista pode optar por calmarias hospedando-se em fazendas tradicionais ou por experiências radicais como enfrentar ondas da *pororoca*⁴.

Ou existem, ainda opções diferenciadas como lanternagem de jacaré⁵, visitação a ninhas e dormitórios de guarás⁶, pássaros típicos da região e trilhas em lombo de búfalos ou cavalos marajoaras.

O turista pode conhecer a diversidade de flora e fauna em lagos, manguezais, igarapés, pântanos, praias de rio, além dos sítios arqueológicos que comprovam a presença de indígenas, há mais de três mil anos, pelo seu legado artístico e cultural representado pela cerâmica e seus desenhos, que até hoje inspiram os artistas e artesãos.

Socialmente, na região formou-se um processo de miscigenação, o que hoje se identifica como “povo marajoara”, produto da mistura de três raças e características proclamadas nas viagens de Luxardo (1977,p.27) como “*o índio astuto, o negro dócil e o branco audaz*”, que vivencia a aspereza e o sofrimento impostos pelo *habitat* da ilha continental.

Este aspecto também pode servir de atrativo ao turismo marajoara, assim como Luxardo outros autores, sejam historiadores, romancistas ou cronistas, retrataram com detalhes os costumes agregados à miscigenação das raças ocupantes da ilha e sua região, desde o período colonial.

Atualmente, o povo está dividido entre as fazendas de criadores de gado que mantêm, apesar das novas tecnologias, as tradições da formação sociocultural estruturado na ocupação da ilha e também na implementação de novas formas de produção e/ou serviços ligados aos diversos planos de desenvolvimento, como os voltados ao setor turístico.

⁴ Pororoca-encontro choque entre as águas do mar e as do rio. A onda de águas marítimas que invadem águas fluviais.

⁵ Lanternagem de jacaré- passeio a noite com lanternas usadas para focar ofuscando os jacarés na região.

⁶ Ninhas de guarás-locais de migração de pássaros que fazem seus ninhos

Dormitórios – local que os passaros dormem, geralmente às margens de igarapés e lagos.

Essa nova fase de produção ligada ao turismo implica em novas posturas e dinâmicas socioculturais, as quais vêm a cada ano influenciando no perfil da sociedade marajoara, cujo contraste assenta-se na disparidade de condições socioeconômicas apresentada pelas vidas urbana e rural da região, onde convivem os pólos de riquezas naturais e a pobreza social.

Existem, porém, preocupações. Neste sentido Coelho (1999) alerta que o turismo convencional, em muitos casos, constitui séria ameaça à proteção ambiental e aos valores das sociedades locais. Portanto, é motivo de cautela.

Salienta também que a expansão do turismo pode não vir acompanhada da justiça social e distribuição de renda, como as conseqüências almejadas pelas populações receptoras e propagadas pelos governos.

Como a parte do crescimento está ligada à demanda de um público que procura atividades ligadas aos ambientes naturais, pode se considerar que o ecoturismo, o turismo rural, e o agroturismo são itens de solução a essas expectativas. Dentro dessa visão, o turismo passa a ser valorizado pela percepção humana dos ambientes e das paisagens.

A comunidade pode valer-se da unidade entre a força, a harmonia, e as belezas naturais integradas ao legado da humanização da natureza, impregnados da herança cultural obtida pela ocupação das terras e de atividades para o seu desenvolvimento.

Especificamente sobre o turismo rural, Pires (2001) afirma que:

espaço rural brasileiro reserva um potencial paisagístico vastíssimo, resultante da feliz superposição de três fatores fundamentais: a grande extensão territorial; a diversidade dos ambientes naturais que lhe servem de entorno e suporte e o notável matizamento cultural disseminado em todas as regiões.

Assim, algumas experiências de turismo rural no Brasil, desde de 1986, vêm explorando os atributos de singularidade e diversidade, cuja prática está elegendo os elementos de preservação ambiental e a geração de emprego e

renda para as populações locais. Isto fixa e empresta uma nova dimensão econômica, financeira e cultural para a relação urbana e rural.

No Estado do Pará, o turismo rural está desenhado oficialmente no Programa de Diversificação da Oferta Turística – PDOT - pela parceria entre Governo do Estado (Paratur), SEBRAE/PA e Consultoria Espanhola, onde se indicam possibilidades de atrativos e serviços turísticos. Alguns deles são o manejo das manadas de búfalos e dos cavalos marajoaras, a convivência com cerimônias e ritos de influência indígenas, base da cultura local, assim como o envolvimento com a produção extrativista das populações ribeirinhas, a pesca, dos pescadores tradicionais, jornadas e engajamento de conservação de animais silvestres, contemplação da natureza e visitação em sítios arqueológicos e museus vivos.

O documento indica que a prioridade dada aos municípios de Soure e Salvaterra como bases à implantação do turismo rural considerou a localização dos municípios em relação ao acesso da capital e, também, que algumas fazendas desta região já vêm atuando com um fluxo de visitação. Desse modo, pela localização, podem disponibilizar uma atividade de visitação diurna de 2 a 4 horas de permanência agregando o acesso do turismo rural ao turismo de lazer.

Para se considerar o turismo rural como uma atividade implementada e adotada como fonte de desenvolvimento na região é necessário analisar quais as atuais condições disponibilizadas ao turista e o grau de envolvimento da comunidade local.

De modo geral, o levantamento realizado para delimitação do documento de parceria SEBRAE/PA com o Governo do Estado indica que, as fazendas objetos de atividades de turismo rural, devem estabelecer uma redefinição de infraestrutura, adequação de equipamentos e capacitação de recursos humanos.

Salienta o documento que as fazendas envolvidas nesta proposta de desenvolvimento deveriam se organizar como parques temáticos com base na

atividade pecuária marajoara. A região tem potencial em atividades diversificadas como plantio de coco, queijaria de búfalo, caprinocultura, produção de polpas de frutas, e até indústria beneficiadora de fibra de coco para estofamento.

O envolvimento dos atores sociais está previsto pelas ações, como implantação de um plano diretor pelos municípios, que venha a valorizar a cultura e os recursos naturais. Normalizar o uso e a ocupação do solo, criar uma política de gestão de atividades, com diretrizes técnicas e operacionais buscando a criação de um distrito turístico municipal, definindo políticas de incentivos fiscais e programas de apoio a infraestrutura básica e turística.

Também há proposta de incentivar o gerenciamento do Comitê Regional de Desenvolvimento Turístico (CRDT) reunindo ações conjuntas com os Conselhos Municipais de Turismo (CMT), que conseqüentemente, podem promover cursos de capacitação em gerenciamento e prestação de serviço para empreendedores e colaboradores relacionados a atividades no meio rural. Desta forma, promover o resgate do patrimônio histórico e cultural com a mobilização das escolas públicas e instituições de cultura, pela educação patrimonial.

Também pode organizar uma empresa modelo para a produção de artesanato, criando um produto competitivo no mercado. De posse destas atividades, de maneira integrada, pode-se desenvolver um programa de integração, divulgação e sinalização do Destino Turístico: Ilha do Marajó.

O Governo, neste contexto, vem atuando com o turismo em diversas formas de parceria, de modo que o turismo rural insira-se no Plano Nacional do Turismo (PNT), desde sua versão – 2003/2007, e atue pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), estimulando ações pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF. Por meio dos convênios, houve diversas reuniões regionalizadas para prover os agricultores familiares de informações, desde 1998, que resultou no Programa de Turismo Rural na

Agricultura Familiar dentro das diretrizes do desenvolvimento maior e sustentável.

Neste documento define-se o turismo rural como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural das comunidades”(MT;2005).

2.8 TURISMO COMO ALTERNATIVA

Para a concretização destas idéias e aplicação efetiva do Turismo Rural como fonte econômica de sustentação da região Marajoara, o caminho governamental foi instituir o Programa de Regionalização do Turismo que estimula estratégias de participação, sustentabilidade (sociocultural e econômica), integração e descentralização.

Todo o programa fundamenta-se no modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada com os princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões.

O Pólo Marajó indica como municípios indutores da implantação das propostas do turismo rural: Soure; Salvaterra e Cachoeira do Arari. Nesta articulação e propostas de roteiros turísticos na região, se destacam as fazendas Sanjo, Bom Jesus, São Jerônimo, Carmo-Camará e Araruna. Mas deve-se considerar o interrelacionamento entre as demais empresas e possibilidades de negócios turísticos existentes na região, pois a prática confirmada em ações de arranjos produtivos é de complementaridade do produto a ser consumido pelo turista.

Estas fazendas estão desenvolvendo atividades voltadas para o turismo rural com enfoque voltado para a sua constituição original, com destaque para o gado (bovino e o bubalino), ou

outros produtos derivados deste gado (leite ou queijo), ou pelo enaltecimento da possibilidade do turista aproveitar o ambiente natural diferenciado por ser específico da região marajoara, com sua cultura popular. Ou também captando os turistas pelo usufruto de outras formas de estada.

Neste sentido, a região está sendo exposta como roteiro turístico nos encartes do setor, onde são apontadas suas potencialidade, os produtos e serviços rurais ofertados, como reforça a Associação de Turismo Rural do Marajó - ATURMA (2005):

nas fazendas marajoaras, você pode desfrutar da natureza, viver uma aventura selvagem, focar jacarés durante a noite, cavalgar búfalos e cavalos marajoaras, percorrer trilhas ecológicas, conhecer o artesanato marajoara, disputar peixes com as piranhas, nadar em praias selvagens... praias oceânicas, praias de água doce, praias que não são praias – são igarapés entre árvores frondosas. Praias selvagens e praias civilizadas.

O turismo rural, dessa maneira, passa a ser uma possibilidade de alavancar os produtos naturais do setor agrossilvopastoril da ilha do Marajó para abrir um novo “produto” que integrará a economia do Pará com a proposta do APL Turismo neste Pólo de Desenvolvimento.

A proposta dos Ministérios do Turismo e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf no Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar é de buscar e incluir no setor a possibilidade de aumento de renda e de ocupação com formas de trabalho da população rural, inclusive com a comercialização de produtos diretamente ao turista/consumidor.

Em 1990, surgiu projetos de assistência técnica e de extensão rural, ofertando atividades ligadas ao lazer, esporte, cultura, gastronomia, hospedagem, técnicas produtivas.

Esta mobilização de qualificação desencadeou como benefícios sociais a dinamização da cultura rural como forma dos agricultores familiares manterem

sua identidade e autenticidade pela revitalização de valores, costumes, crenças, cerimoniais, linguagem e patrimônio arquitetônico transformando, desse modo, estes elementos como atrativos típicos ou marcas locais de interesse para o turismo.

Outro ponto usado para promoção do setor é a preservação ambiental, com o uso, conservação e recuperação de forma racional dos recursos naturais, o que reflete no benefício da própria produção agroecológica.

Aqui portanto salienta-se alguns dados da pesquisa realizada em 2003, para a avaliação do Programa de Diversificação da Oferta Turística - PDOT - no Pólo Marajó, implementando no ano de 2000 em propriedades rurais e empreendimentos de suporte a atividade turística nos municípios de Soure e Salvaterra, em parceria do Governo do Estado do Pará pela Companhia Paraense de Turismo – Paratur - e Sistema de Apoio a Micro e Pequenas Empresas do Estado do Pará - Sebrae/PA. Segundo o relatório de pesquisa (Quadro 5) foram analisados os seguintes empreendimentos:

Quadro 5 - Propriedades e Empreendimentos cadastrados no ano de 2000 no PDOT – Polo Marajó

Propriedades /Empreendimentos
Fazenda São Jerônimo
Fazendo do Nossa Senhora do Carmo (Carmo/Camará)
Fazenda Sanjo
Fazenda Araruna
Fazenda Bom Jesus
Fazenda Camburupy *
Fazenda Santa Catarina*
Fazenda Renascência*
Pousada Paracauary
Hotel Ilha do Marajó
Pousada Asa Branca
Pousada Bosque do Aruãs
Pousada Ventania
Sociedade Marajoara das Artes- Soma
*Fazendas cadastradas no projeto, mas não em funcionamento até 2003.

Fonte: adaptação Pesquisa PDOT –Polo Marajó 2003

Neste documento, a indicação é que em 2003 a atividade turística relacionada com o meio rural no Pólo Marajó estava sendo vista como promissora, com incremento e projeção de inserção de novas propriedades na região.

Mas a pesquisa não confirma a relação dos benefícios econômicos e sociais ou o índice de geração de emprego, já que é comum no meio rural o uso da mão-de-obra familiar nas propriedades. Isso indica a simpatia da comunidade local dos municípios de Soure e Salvaterra pela atividade turística, sendo assim, considerando os municípios como potenciais ao desenvolvimento turístico.

Em contrapartida, o relatório indica a necessidade de maturação da atividade para que haja integração entre os atores envolvidos, desde proprietários, aos prestadores de serviços diretos ou indiretos, visando estabelecer estruturas, ferramentas de posicionamento e comercialização junto ao mercado consumidor/turista, assim como a articulação e integração dos agentes públicos e privados.

Visando aprimorar um banco de dados sobre o setor turístico no Pólo Marajó, o SEBRAE/PA apresenta dois relatórios sobre o setor Turismo denominado de Programa de Desenvolvimento de Oportunidade no Turismo – PDOT. O primeiro relatório é resultado de parceria com a Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia – FIDESA - órgão ligado a Universidade da Amazônia, desde março de 2006. O segundo se deu pela parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão em Ciências Agrárias – FUNPEA - órgão ligado a Universidade Federal do Pará, de dezembro de 2006.

Ambos os diagnósticos tratam alguns elementos do turismo como setor hoteleiro, gastronômico e artesanato, indicados em projetos desenvolvidos para o turismo, promovidos nos municípios de Soure e Salvaterra e tiveram como base o modelo de Gestão Estratégica de Obtenção de Resultados - GEOR.

O primeiro relatório contempla a análise de 2004 a 2005 e o segundo, corresponde ao período de 2005 a 2007, portanto este documento implica em um primeiro momento, no acompanhamento do projeto em desenvolvimento.

O documento busca atingir as seguintes metas: a) elevar o fluxo de turistas em 12% ao ano até dez/2007; b) elevar a taxa média de ocupação da rede hoteleira para 10% para mesmo prazo; c) elevar a renda dos artesões em 10% no ano de 2005 até 30% em 2007; d) elevar taxa média de permanência de turistas na região para 4,5 dias.

2.9 DESTAQUES DA ANÁLISE DOS RELATÓRIOS

O primeiro estudo envolveu um universo de 55 unidades entre empreendimentos de hospedagem e alimentação e artesãos, focando três metas de hospedagem e uma para artesanato.

Considerando o período de 2004 até 2005, o relatório afirma que foi constatado um incremento de renda para os artesãos em 70%, superando portanto a meta inicial de 10% ao ano. Já para o elemento hospedagem, afirma o relatório que “o fluxo dos turistas diminuiu no primeiro semestre de 2005 em comparação ao mesmo período do ano anterior em 5%.

A meta do projeto é de uma elevação em 12% até o final de 2007. A taxa de ocupação no primeiro semestre de 2005 ficou acima do primeiro semestre de 2004, no entanto o valor de 4% é bem inferior à meta de 10% ao ano.

A terceira meta: aumentar a taxa média anual de permanência de turistas em 4,5 dias - não pôde ser averiguada com a metodologia de pesquisa contratada pelo SEBRAE/PA.” (2006).

No setor de alimentação que envolveu 19 empresas, constatou-se que nenhuma está fomalmente legalizada ou mesmo cadastrada no órgão de turismo. Observou-se ainda, que apesar do elemento de flutuação de demanda por mão de obra entre o primeiro e segundo semestres do ano, houve um aumento de postos de trabalho de 47%.

Com o aumento do número de empreendimentos de 3%, os preços das refeições subiram de 12 a 14% em relação ao ano de 2004, refletindo numa média de 41 pratos vendidos por semana, na alta estação, e 15 pratos na baixa estação. Os referidos dados representam, segundo o relatório, acréscimo de 9% na alta estação e de 30% na baixa estação comparando com os dados de 2004 com um crescimento financeiro de 27,5%.

O segundo relatório indica os seguintes pontos como previsão para o segundo semestre de 2006: aumento de 36,3% no fluxo de turistas, já que houve o registro de 416 unidades em 2005; em relação à taxa de ocupação para o período do segundo semestre de 2005, o relatório indica uma queda de -9,9% no primeiro semestre de 2006 e um aumento de 15% no segundo, com uma previsão anual para 2006 de 48,9%.

Para a taxa de permanência comparando o segundo semestre de 2005 com a previsão de 2006 se constatou é de um aumento de 65,9%.

Sobre o setor de artesanato registra uma queda da renda no primeiro semestre de 2006 de 3,5% e um aumento no segundo semestre de 11,5%.

Enfatiza ainda, esta pesquisa, indicações sobre a dimensão de governança avaliando aspectos de integração social, assistência técnica gerencial, acesso ao crédito e etc.

De modo geral cita o relatório que 54,17% dos entrevistados participam de entidades representativas de classe; que 50% participaram de cursos e, 28,6% de palestras promovidas pelo SEBRAE/PA e que 25% dos barraqueiros adquiriram algum tipo financiamento.

Desta forma, deve-se salientar que os dados disponíveis de pesquisa envolvendo parceiros de fomento de turismo indicam um crescimento lento no setor e que, especificamente, devem ser observadas as condições gerais motivadoras deste fomento.

Um dos elementos marcantes e delimitador das previsões das taxas esperadas para o setor são as condições de acessibilidade para se chegar à ilha do Marajó, que pode ser por transporte hidroviário ou aéreo, sendo que o primeiro pode durar em média de 3 a 4 horas, conforme e influência da maré.

Para sair de Belém para o Porto do Camará, município de Salvaterra, o percurso pode ser acrescido de 30 km a mais na travessia fluvial, implicando em mais 10 minutos de viagem para se chegar a Soure. Por via aérea, o deslocamento é de cerca de 20 minutos, mas não há linha regular de transporte, apenas o sistema de fretamento de aeronaves, que é bem mais caro.

Assim não só o turista tem dificuldades de acesso, mas há ausência de infraestrutura, apoio e serviços de centros e mercados turísticos.

Os produtos e serviços disponíveis na ilha enfrentam percursos, comumente longos, pois os municípios marajoaras são distantes entre si, situação que se altera conforme períodos de seca ou inundação (verão ou inverno). O referido contexto implica nas condições de oferta e demanda dos mesmos.

Portanto o que pode ser um atrativo turístico, como a diversidade natural oferecida nos períodos de seca ou inundação, pode também ser um fator marcante de dificuldades para a oferta turística.

A ausência de logística, a fraca presença de políticas públicas no pólo interferem também na facilidade e no acesso às informações, além de se constituir num entrave na formação de mão-de-obra ou de diversidade dos produtos e serviços regionais.

2.10 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Para se considerar as potencialidades do turismo, particularmente o turismo nos municípios de Soure e Salvaterra, se faz premente efetivar a relação entre a oferta e a demanda nos parâmetros internacionais do turismo, levando-se em conta o desenvolvimento local.

É preciso destacar também a necessidade de fortalecimento nos elementos formatadores da cadeia turística: infraestrutura adequada; logística e acessibilidade; cultura e gestão empresarial e gestão de marketing.

Outro fator falho encontrado na região é a falta constante de programas de capacitação de mão de obra.

É evidente a limitação de infraestrutura fomentada pelos governos, seja o federal, estadual ou municipal, mas terá também a aplicação ou adaptação de cada empreendimento como motivador de encaminhamento do turismo. Mas o que não impede uma articulação e parcerias entre os diversos atores sociais envolvidos nos subsistemas turístico: operadoras; agências; associações.

Os dados atuais sinalizam que as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo no Marajó devem envolver também uma série de indicativos de melhoria para diversos setores de desenvolvimento, desde aspectos locais até mesmo a captação visando uma melhoria no produto turístico.

Assim pode-se visualizar uma tendência de melhoria de condições do desenvolvimento turístico e, ao mesmo tempo, fomentando o desenvolvimento local nos municípios indicados como indutores no Pólo Marajó.

Em síntese, estas tendências/potencialidades terão melhores condições de serem implementada desde que haja planejamento, capacitação, apoio técnico das políticas públicas, estudos de mercado.

REFERÊNCIAS

AS MARAVILHAS do Pará. **Revista Amazônia**, Belém, v.2, n.4, p 22, jun. 2007.

ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DO MARAJÓ – ATURMA. Disponível em: <<http://www.marajo.tur.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2007.

AZEVEDO Luíndia, L. **Ecoturismo Indígena**. Quito : Abya-Yala, 2007.

BARRETO, M. **Planejamento Responsável do Turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 2005. (Coleção Turismo).

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo, Senac 2006.539p.

BRASI. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Programa de Turismo Rural Na Agricultura Familiar**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Turismo. **Turistas estrangeiros gastaram mais no Brasil em 2007**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2007.

_____. _____. **Marcos conceituais –Segmentação do Turismo-** Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília, 2004.

_____. Banco Central. **Boletim de desempenho econômico do turismo. Brasília** : Banco Central,/Embratur, 2006. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br/portalbrasileirodoturismo>>. Acesso em: 21 jan.2007.

COELHO, Maria Célia Nunes. Reflexos sobre o ecoturismo. In: FIGUEIREDO Silvio Lima. **O Ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia**. Belém : UFPA / NAEA, Belemtur, PMB, 1999.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO - EMBRATUR. **Estatísticas**. Disponível em : <[http://www.embratur.gov.br/ estatistica](http://www.embratur.gov.br/estatistica)>. Acesso em 20 jan. 2007.

ESTATÍSTICA Básica do turismo. Disponível em: <[http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados_fatos/pesquisaanual/marco2007_ano_iii, n.o 3, 3ª edição](http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados_fatos/pesquisaanual/marco2007_ano_iii_n_3_3a_edicao)>. Acesso em 09 fev. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Conceitos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 24 fev.2007.

INSTITUTO ECOBRASIL. **Acordo de Mohonk 2000**. Disponível em: <[http://www.ecobrasil.org.br/publique/medi a/acordo_de_mohonk.pdf](http://www.ecobrasil.org.br/publique/medi_a/acordo_de_mohonk.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2008.

LIMA, I. M. A; MATIAS, M. **A cultura no contexto do turismo no espaço rural**. In: LUXARDO, Líbero. **Marajó, Terra Anfíbia**. Belém : Grafisa, 1977.

OLIVEIRA Gilson Batista de; LIMA Jose Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.6, n.2, maio/dez. pg 29-37.2003.

OLIVEIRA, C.G.S. Turismo no espaço rural brasileiro. CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL. **Anais...** Piracicaba : Fealq, 1999. cap. 103, p.9-235.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO - OMT, **Barômetro OMT del Turismo Mundial**, 2007. v.5.

PARATUR – **Plano de desenvolvimento de Turismo do Estado do Pará.**

Disponível em: <<http://www.paratur.gov.pa>>. Acesso em 10 set. 2007.

PIRES, Paulo dos Santos A paisagem rural como recurso turístico. In: RODRIGUES, Adyr Bastreri (org). **Turismo Rural .São Paulo** : Contexto, 2001 pg 117-132.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENO EMPRESAS – SEBRAE. **Projeto 10.**Turismo Amazônia do Marajó (pesquisa de resultados) Gestão Estratégica Orientada por Resultados GEOR. Belém: SEBRAE/PA, Fidesa, 2006.

_____. **Projeto 30.** Turismo Amazônia do Marajó (Relatório de Gestão) Gestão Estratégica Orientada por Resultados. Brasília : SEBRAE/PA, FUNPEA, 2006.

_____. **Relatório de pesquisa de Demanda e Oportunidade do Polo Turístico Marajó.** Brasília : SEBRAE/PA, Prefeituras Municipais de Soure,Salvaterra, 2003.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável:** conceitos e impacto ambiental. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000. (Série Turismo, v. 1).

_____.; HORNER, S. **O comportamento do consumidor no turismo.** São Paulo: Aleph, 2002. (Série Turismo).

TENDÊNCIAS do Macro Turismo Mundial. Disponível em: <http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados_fatos/tendencias_macro_do_turismo_mundial.pdf>. Acesso em 09 fev.2008.

TURATTI, A. **Turismo:** planejamento e marketing. Barueri, SP: Manole, 2002.

WAINBERG, J. **Turismo e comunicação**: a indústria da diferença. São Paulo: Contexto, 2003.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. São Paulo: Manole, 2001.

XIMENES, Tereza. Uma Oportunidade de análise do Desenvolvimento Sustentável – A Pecuária no Marajó. In: XIMENES, T (org) **Perspectivas do desenvolvimento sustentável**: Uma contribuição para Amazônia 21. Belém : NAEA/ UFPA. 1998.

CAPÍTULO 3

TURISMO NA AMAZÔNIA E SUAS IMPLICAÇÕES

RESUMO: Estabelecer políticas públicas implica em delimitar diretrizes na busca de ações de desenvolvimento de forma prioritariamente sustentável, assim levanta-se dados fundamentais sobre o objeto de pesquisa, isto é, informações sobre as condições básicas dos municípios de Soure e Salvaterra –Pará para estabelecer o turismo como oportunidade de negócios para a própria promoção de desenvolvimento.

Palavras Chave- políticas públicas, oportunidade de negócios, desenvolvimento.

ABSTRACT: Establish public policy involves defining guidelines in the pursuit of development actions in order of priority development, thus arises the fundamental data about the basic conditions of the municipalities of Soure and Salvaterra –Para and to establish tourism as business opportunity to promote their own development.

Key Words- public policy , business opportunity, development..

3.1 INTRODUÇÃO

A busca de parâmetros objetivando promover o desenvolvimento implica na possibilidade de dimensionar os processos de planejamento, desde sua forma mais simples até as mais complexas.

Neste contexto, o planejamento e as políticas públicas implicam em relacionar em diversos aspectos cotidianos e comuns de uma localidade e ou região, focando sua sustentabilidade sociocultural.

A proposta deste capítulo é destacar aspectos de formação das localidades, Soure e Salvaterra na ilha do Marajó, para fundamentar uma análise de potencialidades da atividade turística nos aspectos do setor de turismo rural, permeando, desta maneira, os indicativos de ação de um Arranjo Produtivo Local - APL.

Utilizam-se, para a consecução dos objetivos propostos, dados bibliográficos e estatísticos das instituições ligadas ao fomento e à promoção do turismo como OMT, PNT, Embratur, Paratur, Seplan/PA, Sebrae/PA, dentre outros.

3.2 TURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA

Atualmente, segundo Beni(2006); Rabahy(2003) na busca de desenvolvimento, em qualquer tipo de setor econômico, as empresas têm a necessidade de incrementar suas expectativas de rentabilidade e, portanto, é inevitável melhorar a eficiência produtiva e a competitividade.

Incorporando, não só inovações tecnológicas como estruturas organizacionais na busca de estabelecer sistemas produtivos que atendam às exigências impostas pelo processo de globalização econômica.

Neste contexto, os autores citados defendem que os setores e atividades econômicas, seja em níveis locais, regionais, nacionais ou mundiais, a proposta de agir em prol de um desenvolvimento segue pontos comuns nos aspectos micro e macroeconômicos.

Há o desafio de organizar o sistema produtivo na esfera microeconômica e na mesoeconômica, pois a gestão pública de forma descentralizada deve proporcionar recursos, competências e novos papéis para que os atores sociais possam articular alianças, arranjos e propostas viáveis ao desenvolvimento econômico local, e a geração de emprego e renda.

A atividade turística pode ser identificada como uma das possíveis forças econômicas potenciais para alcançar o desenvolvimento de uma região ou país. Esta visão apresenta interação sistêmica com diversas outras atividades, o que pode torná-la, em um novo elemento nos meios produtivos na diversidade das ações micro ou macroeconômicas das políticas públicas e dos diversos atores sociais.

Setores que enfrentavam obstáculos para promover o desenvolvimento da região passam a ver no turismo uma saída para problemas locais, dinamizando a economia local.

Sob esta ótica, o turismo de forma planejada passa a ser um instrumento que vem a conduzir o crescimento de setores de maneira a estar sempre minimizando os impactos provocados pela atividade e maximizando os benefícios para o local onde se desenvolve.

O denominado turismo sustentável, interligado ao conceito de desenvolvimento sustentável, difundido pelo relatório da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Assembléia das Nações Unidas, “Nosso Futuro Comum”, em 1987, fundamentado nas vertentes de crescimento econômico; equidade social e equilíbrio ecológico pode segundo a OMT , debater a sustentabilidade com os seguintes pontos: planejamento a longo prazo; e observancia a pontos de desenvolvimento socioeconômico e cultural da população envolvida no espaço objeto.

Seguindo o acordo de Mohonk⁷ (2000), o conceito de turismo sustentável é aquele que visa minimizar impactos ecológicos e socioculturais, enquanto promove benefícios econômicos para as comunidades locais e países receptores.

⁷ Evento internacional realizado no período de 17 a 19 de nov./2000, em New Paltz, Estados Unidos na Mohonk Mountain House, convocado pelo Institute for Policy Studies e promovido pela Fundação Ford, reuniu participantes de 20 países, representando a maioria dos principais programas de certificação em turismo sustentável e ecoturismo a nível global, regional e nacional. No evento foram discutidos e nivelados os princípios e componentes que devem fazer parte de todo programa sólido de certificação.

De acordo, com a OMT(2007) e PNUMA (2008) um desenvolvimento sustentável do turismo satisfaz as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras enquanto protege e aumenta as oportunidades no futuro.

Neste contexto, a cadeia turística leva a um manejo de todos os recursos, de modo que as necessidades econômicas, sociais e culturais possam ser supridas, na sua integridade cultural, na diversidade biológica e de sistemas de suporte da vida.

Portanto os autores citados acima afirmam que a sustentabilidade depende da forma que se compreende a noção de recursos disponíveis no ecossistema explorado pelo setor turístico, pois necessita de um equilíbrio entre a exploração provocada pelo empreendimento e os recursos ditos disponíveis.

Swarbrooke(2000), Rabaly(2003), Beni(2006) salientam que pode-se considerar a sustentabilidade como um elemento mediador que também faz interface com os interesses ideológicos, políticos, culturais e ambientais de uma região.

Delimitando correntes no exercício do paradigma de sustentabilidade, há uma denominada ecocentrismos que iguala o valor da espécie humana com as não humanas, como flora e fauna, indicando que a natureza é ampla e intrínseca.

Por sua vez, a corrente antropocêntrica defende que o seres humanos podem, por normas, empregar um conjunto de recursos de acordo com os seus interesses, dando um aspecto instrumentalista e utilitária da natureza.

Aplicando-se a segunda corrente ao turismo pode-se considerar que os recursos naturais se constituem em mercadorias e matérias primas das atividades turísticas que podem ser usufruídas pelos consumidores-turistas.

Sob a ótica da perspectiva acima Rodrigues (2001) questiona que os termos recursos naturais, sustentabilidade e desenvolvimento são contraditórios, indicando muito mais uma insustentabilidade entre sí, já que como premissa o

desenvolvimento requer uma produção contínua, de usos e desusos dos recursos naturais.

Avançando mais em sua tese, a autora argumenta que a sustentabilidade impõe a manutenção de condições como sua essência de conservação, já que o turismo pode se constituir em uma dimensão econômica e de desenvolvimento local para uma região. Portanto resume seus argumentos ao declarar haver uma contradição entre sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais.

Em prol do desenvolvimento, a sustentabilidade adapta-se como elemento de busca de manutenção de recursos, estes por si só são subprodutos do produto turismo.

Desta forma pode-se afirmar que o turismo tem a possibilidade de ser um elemento fundamental de decisão de formas de conduzir quanto ao crescimento econômico, ao bem-estar da comunidade, à satisfação do cliente, à cultura autêntica e aos valores locais.

Na visão geral dos autores citados, o turismo pode ser uma alternativa viável e de grande poder de transformação social, buscando o caminho do desenvolvimento. Esta transformação, portanto, implica no envolvimento do poder público, dos empresários, produtores rurais, estudantes e de toda a população.

O turismo, enquanto fonte econômica, exige gestão, planejamento, respeito e principalmente profissionais que estejam compromissados em buscar uma perspectiva mais coerente com a realidade local, ou seja, é necessário um mínimo de competência administrativa, pautada nos valores humanos e no respeito ao meio ambiente.

A atividade do turismo implica, portanto, em efeitos na economia do local em que está inserida diretamente, pois há os resultados das despesas realizadas pelos turistas por produtos e serviços que estão à sua disposição, como compra de lembranças regionais, apreciação gastronômica e cultural.

Indiretamente há efeitos resultantes das despesas efetuadas para que haja os equipamentos e prestadores de serviços turísticos na compra de bens e serviços de outro tipo, assim como há despesas realizadas nos mais diversos setores, a partir da renda obtida pelos efeitos anteriores.

Para o setor público há os benefícios de arrecadação de impostos que recolhe das empresas privadas, e também, pelas taxas oriundas de visitas a atrativos, etc.

A proposta da atividade do turismo na economia interfere, também, no aumento da urbanização, nos incrementos das indústrias associadas à atividade, da demanda de mão-de-obra para serviços, da indústria de construção, da entrada de divisas para equilibrar a balança comercial e no aumento da demanda dos produtos locais, desde hortifrutigranjeiros até artesanato.

Classificado como a principal atividade econômica do mundo, superando até mesmo o petróleo em geração de divisas internacionais, o turismo tornou-se “objeto de desejo” para muitas regiões assimilando-o como alternativa econômica para o desenvolvimento (Silveira apud Rodrigues, 2001)

O turismo com base local ou regional constitui numa mediação possível representando a possibilidade de geração local ou regional de ocupação e renda, equalizando objetivos como preservação/conservação ambiental, identidade cultural, geração de renda e de ocupações produtivas, desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

Na avaliação do turismo como um fator gerador de elementos de desenvolvimento, destacam-se como indicadores o fluxo representado pela capacidade de hospedagem e taxa de ocupação, podendo representar uma comprovação de integração da prestação de serviços e produtos disponíveis e fundamentados em um sistema de infraestrutura, com facilidades de acesso ao transportes, às comunicações, à segurança, atrelados aos valores socioeconômicos e culturais de uma dada região.

A Organização Mundial do Turismo – OMT - indica o setor turismo como responsável por 12% do número de empregos no mundo. No Brasil, segundo a FIPE/ EMBRATUR (2007), totalizou cerca de 2,4 milhões de pessoas empregadas, sendo de forma direta 1,63 milhão e indireta 750 mil, o que significa que cerca de 6% da população ativa brasileira atua no turismo.

3.3 DESAFIO DE COMPLEXIDADE DO TURISMO NO MARAJÓ

De acordo com o IBGE (2007) , o Brasil está em consonância com outros países, em termos de quantidades de turistas. O mercado doméstico é maior que o mercado internacional, e o turismo regional da América Latina representa uma fatia importante no turismo internacional.

Segundo o Instituto Ecobrasil (2008), nos últimos 20 anos, o Brasil passou por 5 fases (Quadro 6) em relação ao turismo internacional:

Quadro 6 - Fases do Turismo no Brasil em relação ao turismo internacional

Fase	Descrição
1 - Anos Dourados (1987)	O turismo cresce acima da média mundial. Embratur mantém escritórios no exterior. Câmbio favorável/destino barato.
2 - Collor e Candelária(1990)	Crise econômica, aumento da violência em destaque na imprensa internacional. Queda de 50% do número de turista. Valorização do turismo regional da América Latina
3 - Plano Real e Turismo de Negócios (1993/94)	Implantação do plano Real atrai turismo e negócios do exterior. Câmbio ainda desfavorável inibe o turismo. Manutenção do turismo da América Latina
4 – Desvalorização (1999)	Desvalorização do Real melhora da imagem do Brasil em relação a violência, atração de turistas a lazer , incremento do turismo internacional
5 - Crise Argentina - Brasil na Moda (2000/2001)	Cai o número de turista regionais/ América Latina , cresce o número de turistas europeus e americanos. Eleição presidencial fortalece imagem de país democrata.Promoção de viagens tipo “sol e mar” passa a ser moda.

Fonte: Corradi adaptação Instituto Ecobrasil(2008).

Desde os anos de 1980, houve alterações na chamada indústria turística brasileira, em linhas gerais, pode-se dizer que o Rio de Janeiro deixou de ser a

porta de acesso internacional passando a responsabilidade para São Paulo, enquanto as atrações do Sul do país deixaram espaços para o Nordeste.

Nota-se, também, que a previsão da Organização Mundial de Turismo –OMT - é otimista, indicando que o Brasil atrairá 14 milhões de turistas estrangeiros em 2020, crescendo, portanto há um ritmo médio de 5,2% ao ano, considerando dados desde 2000.

A OMT observa também que a base da linha tendencial de crescimento histórico no período de 1987/2003. A projeção para 2020 seria somente 9 milhões de turistas, crescendo a um ritmo médio de 4,8% desde 2003.

Sob a perspectiva acima, observa-se que o desejável crescimento do turismo pode causar um crescimento desordenado, com consequentes impactos negativos que repercutam no capital natural e nos aspectos sócio econômicos culturais

Embora toda a progressão de crescimento do turismo seja desejável, há paralelamente a isso um crescimento desordenado que pode promover mais impactos negativos, levando o capital natural e sociocultural, que são fundamentais na atratividade de um destino turístico, a ruir.

No Brasil, muitos destinos estão com problemas básicos de ordenamento, por falta de infraestrutura, por parte dos governos, e pela desqualificação na prestação de serviços disponíveis na área. Na região amazônica existe essa precária realidade.

De acordo com a perspectiva de Miranda Neto (2005) as políticas públicas propostas para a região amazônica sempre foram de caráter paternalista e, de certa forma, não contêm a opinião de seus moradores.

Ainda, segundo o autor, os modelos implementados até então têm como objetivo maior extrair os recursos naturais utilizando o homem como “força de trabalho não especializado” em atividades conseqüentemente predatórias (2005).

Levando-se em conta pressupostos teóricos de que qualquer projeto de investimento deve ter como objetivo a maximização do bem-estar da sociedade, a questão é promover o bem-estar, o que de fato não ocorre, visto que visam apenas o lucro. De forma tradicional, os institutos de pesquisa, equiparam o bem-estar com os índices de renda nacional.

A implantação de uma política pública requer adoção de tecnologias, conceitos e padrões endógenos de desenvolvimento local da sociedade, que são um contraponto da rotina da realidade local. Logo avista-se uma ruptura na estrutura desta sociedade objeto, para que seja possível promover a sua evolução sob um novo olhar proposto para promover o desenvolvimento.

Seguindo a ótica dos autores citados, a busca geral para o desenvolvimento da Amazônia implica em realmente adequar o conceito de sustentabilidade ao cotidiano regional.

A implementação de projetos do Brasil como o Plano Nacional de Turismo – PNT - Projeto Beija Flor no Pará e suas ações específicas para o Pólo Marajó com os municípios indutores Soure e Salvaterra acabam promovendo elementos fomentadores de infraestrutura das localidades objeto.

Há um encadeamento de atividades envolventes nos mais diversos setores dos municípios, buscando estabelecer um nível de desenvolvimento que além de indicar condições de melhoria de qualidade de vida da população local, sejam elementos de atratividade dos turistas tanto regionais, nacionais e internacionais.

3.4 MARAJÓ UMA DIMENSÃO REGIONALIZADA COMO FONTE DE ATRATIVIDADE TURÍSTICA

Observando a ótica dos autores citados, prioritariamente, na ilha do Marajó Oriental, o conceito de sustentabilidade, portanto, implica em estabelecer focos

referenciais, pois o cotidiano do povo marajoara inclui também suas características climáticas e geográficas, além de pontuar suas dimensões políticas, socioeconômicos e culturais.

O arquipélago do Marajó compõe-se de quatro grandes ilhas: Caviana, Mexiana; Gurupa e Marajó; acrescido ainda pelo do arquipélago de Bailique,; ilhas do rio Pará e do braço superior do rio Amazonas.

A ilha Caviana com área superior a 5.000km² tem partes altas, mas, em geral, o solo é baixo com fazendas de criação. Ao sudeste tem a ilha Mexiana com mais de 1500km² constituída de propriedade particular.

No interior do arquipélago está a ilha de Gurupá, situada entre a ponta Sul do Estado do Amapá e o próprio território continental paraense, dividindo o rio Amazonas em dois braços.

A maior ilha é a Marajó, considerada a maior ilha fluvial do planeta, com 59.606 km² e estabelece um grande dualismo geográfico sendo área de campos (lado oriental) e zona das matas (lado ocidental). Situa-se no delta do rio Amazonas no Estado do Pará, entre 0^o e 2.^o de latitude Sul e 48.^o 20' e 51.^o de longitude Oeste de Greenwich.

A ilha do Marajó tem 12 municípios, sendo que no lado Oriental, parte Leste, com 23.046km² estão os municípios de Salvaterra, Soure, Chaves, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Ponta de Pedras e Muaná. Conhecida como região dos campos, no lado Ocidental, parte Oeste, está a zona da mata com 26.560km² com os municípios de Afuá, Anajás, Breves, Currálinho, e São Sebastião da Boa Vista.

De acordo com as indicações do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, conhecido como Plano Amazônia Sustentável (PAS), publicado em sua versão preliminar em 2007, pelo Grupo Executivo Interministerial (GEI) do governo federal⁸, salienta-se também que faz parte da

⁸ GEI - Criado pelo Decreto de 26 de julho de 2006 que prevê o acompanhamento de ações de competência dos órgãos federais e a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável em articulação a sociedade civil e os governos estadual e municipais.

região da ilha do Marajó, neste estudo, mais 4 municípios indicados como microrregião de Portel localizadas na margem direita do Rio Pará, situados no continente.

Desta forma, na delimitação do PAS, temos uma Mesorregião do Marajó, constituída nas microrregiões do Arari, Furos de Breves e de Portel, de acordo com o (Quadro 7), atingindo 104.140 km² de extensão territorial.

Quadro 7 - Municípios inseridos no PAS e dimensões territoriais (km²)

Áreas	Municípios	km ²
	Mesorregião de Marajó	104.140 km²
MRG do Arari	Cachoeira do Arari	3.102
	Chaves	13.085
	Muaná	3.766
	Ponta de Pedras	3.365
	Salvaterra	1.044
	Santa Cruz do Arari	1.075
	Soure	3.513
	Área territorial	28.950
MRG Furos de Breves	Afuá	8.373
	Anajás	6.922
	Breves	9.550
	Curralinho	3.617
	São Sebastião da Boa Vista	1.632
	Área territorial	30.094
MRG de Portel	Bagre	4.397
	Gurupá	8.540
	Melgaço	6.774
	Portel	25.385
	Área territorial	45.096

Fonte: PAS – Versão preliminar 2007

Com estas dimensões continentais o arquipélago do Marajó apresenta potencial de desenvolvimento, e as aplicações de políticas públicas assumem responsabilidades de indicar condições de sustentabilidade, considerando as

diversidades socioeconômicas e culturais da região e seus aspectos peculiares.

Com a implementação das políticas de desenvolvimento local aliadas às políticas direcionadas à promoção do turismo sustentável, são reforçadas as condições existenciais do turismo na área.

3.4.1 Características gerais

A variedade e diversidade da ilha do Marajó implicam em determinar um tratamento especial a todos os setores, sejam estes públicos ou privados. Enquadrar ações, requer observar as características gerais que a ilha apresenta.

No (Quadro 8) abaixo se pode avaliar uma dimensão da variedade da ilha. Diversidade que solidifica o conceito de destino turístico exótico, contraponto dos destinos tradicionais.

Quadro 8 - Características gerais da ilha do Marajó

Aspectos	Descrição
Formação geológica	Segundo o Conselho Nacional de Geografia (1959) o terreno marajoara tem origem quaternária, se acumulou sobre um núcleo mais antigo de origem terciária com tipos de solos argilosos, argilo-silicosos e silico-argiloso. Nas diversas espécies de argila encontram-se em arenitos ferruginoso denominado <i>pedra-do-Pará</i> .
Litoral	Situada na embocadura do rio Amazonas com o oceano Atlântico abrangendo a costa nordeste está a plataforma continental com 400km de extensão e 200m de profundidade provocando com as marés áreas de baía. Pelo ocidente, o rio Amazonas banha a maior parte da ilha e a sudeste dividindo seus braços o próprio rio provoca um aspecto peculiar ao solo e margens promovendo mata de igapó e inúmeros furos e igarapés. Vale ressaltar que as correntes marinhas e fluviais exercem grandes influências sobre o litoral da ilha do Marajó promovendo mutações tanto com ações de destruições, como de construções

Aspectos	Descrição
	de novos contornos na região.
Hidrografia	Os rios do Marajó são rios de marés, portanto, com volume de águas de acordo com as épocas de seca (verão) ou chuvosa (inverno) e a própria maré. Mesmo assim são, praticamente, todos navegáveis em determinadas épocas do ano. Destacaremos entre os rios da ilha o Arari que recebe em seus 115km de percurso a influência de mais 14 rios e igarapés. Há também na ilha os rios Genipapocu, Apeí, Paracauari, Anajás, Anabiju, Atua, Ganhoão, Marajó-açu, Camará, Cururu do Campo e o Cururu do Oeste. Completando os aspectos hidrográficos destacam-se os lagos Arari, Guajará e Tartarugas
Clima	O clima na região do Marajó é equatorial úmido, com uma média anual de temperatura de 27.º C e a pluviosidade de 2500mm ao ano. As chuvas concentram-se entre fevereiro e maio – período de cheia – inundando cerca de 2/3 da superfície da ilha, a relação popular é que a ilha tem o formato de um prato fundo e no inverno estaria cheio de sopa. O período de estiagem – seca – ocorre de agosto a dezembro estorricando os campos, secando pequenos rios, matando animais e vegetação e formando nos solos as terroadas.
Flora	Pelo lado Leste, a ilha em campos mistos predominando gramíneas e leguminosas. Atualmente aceita-se a classificação feita por Vicente Chermont de Miranda em 1943, das categorias de campos na região: <i>campos altos</i> (de solos arenoso ou de barro consistente e plantas forrageiras de boa qualidade); <i>campos pouco alagadas</i> (centrais, lavrados com tesos de plantas forrageiras) considerados melhores áreas de pastos; <i>campos baixos</i> (alagados boa parte do ano com solo atolento, vegetação cerrada e boas pastagens) e <i>mondongos</i> (campos baixos com raríssimos tesos e maior parte submersa).
Fauna	Bem diversa. Entre os carnívoros destaca-se a onça pintada, a sussuarana, o maracajá, o gato mourisco, a raposa da mata, além do jupará, coati e guaxinim e a anta, o porco do mato e o caititu. Há diversas espécies de macacos e roedores como a capivara, paca, cotia, assim como a preguiça, tatu, tamanduá bandeira e mucura. Destacam-se também os mamíferos aquáticos como o boto, tucuxi e o peixe boi. Várias espécies de crocodilianos, camaleões, quelônios e ofídios venenosos ou não.

Fonte: elaborado a partir de Miranda Neto (2005).

Considerando a diversidade regional interligada às condições climáticas e à potencialidade da mesorregião do Marajó, essas merecem atenção para desenvolver de forma sustentável a sua área e sua população.

A promoção e tendência mundial do turista na busca do exótico, do não rotineiro, faz com que as potencialidades da mesorregião do Marajó tenham uma dimensão promissora para a aplicabilidade do turismo como gestora de desenvolvimento local.

3.4.2 História fomento do potencial turístico

As características históricas da região têm tantos aspectos diversificados que podem ser utilizados como atrativos dentro de um potencial de incremento de um destino turístico. O uso destas características podem ser um atrativo, já que a sua contextualização no desenvolvimento histórico da região marajoara implica em curiosidades e diferenciais, justificando todos os processos ocorridos pela miscigenação de raças, costumes e comportamentos.

Os registros históricos marcam a presença de espanhóis e portugueses, antes da data oficial de descobrimento do Brasil. Vicente Pinzon, explorador espanhol, percorreu o rio Amazonas e a ilha do Marajó por volta de 1499, indo até Pernambuco.

Depois defendendo os embates políticos decorrentes do Tratado de Tordesilhas e do contexto da União Ibérica, há indícios de que os espanhóis e portugueses defendem de invasores a região da foz do rio Amazonas, considerado, na época, local estratégico de dominação do continente. Além dos invasores, outro problema enfrentado pelos conquistadores foi estabelecer o controle sobre os índios alocados nas terras recém conquistadas.

Os indígenas da Ilha do Marajó eram procedentes da região noroeste da Amazônia, fugindo das invasões andinas. Viviam da caça, pesca e da agricultura. Conheciam o fogo e armas como arco, fecha, lança e borduna⁹.

⁹ Instrumental indígenas usado para caça

Tinham habilidades de construção de suas moradias, embarcações e até dos utensílios domésticos com a arte de cestarias,¹⁰ uma das tradições locais, assim como a cerâmica.

Dedicavam-se à lavoura de subsistência de propriedade coletiva, no processo de derrubada e queima com o domínio das culturas de mandioca, tabaco e milho. Salienta-se, ainda que, os índios culturalmente promoviam muitas festas com comidas típicas, danças, enfeites e pinturas corporais.

Socialmente, há divisões de tarefas entre os gêneros. Os casamentos aconteciam na puberdade e o predomínio religioso era à magia, segundo Miranda Neto (2005) na sabedoria do xaman¹¹.

Considerando os achados de cerâmica na região da ilha Marajó, Galvão (1973) classifica cinco fases arqueológicas (quadro 9) que correspondem aos níveis de ocupação que representam a evolução cultural das tribos desta região:

Quadro 9 - Fases arqueológicas no Marajó

Época aproximada	Fase arqueológica	Localização presumível	Tipo de cerâmica
1100AC – 200AC	Ananatuba	Costa Norte até rio Camará Beira Rio	Cerâmica pobre decorada com incisões simples
900AC-100DC	Mangueiras	Aos poucos absorve Ananatuba situando-se mais a oeste, tange a Caviana Beira Rio	Cerâmica mais elaborada decorada com incisões nas bordas
100AC- 400DC	Formiga	De Chaves ao Lago Arari, abrange quase a mesma área em Campo aberto	Cerâmica inferior
400DC- 1300DC	Marajoara(mostra dicotomia entre vasos domésticos com formas simples e vasos mortuários de decoração elaborada)	Área de 100km de diâmetro tendo o lago Arari como centro Costa Norte de Marajó	Cerâmica inteiramente decorada com variedade de técnicas e motivos. A mais desenvolvida.
1200DC-1700DC	Aruá	Litoral leste (Chaves, Soure, Amapá, Mexiana e Caviana)	Cerâmica mais simples, pobre, só as urnas são decoradas.

Fonte: Meggers & Evans (1957), Simões & Figueiredo(1963), Galvão (1973, apud Neto, 2005, p. 55)

¹⁰ Produtos usados para carregar ou armazenar alimentos feito com palhas vegetais usados pelos indígenas.

¹¹ Entidade ligada a Pajelança comum na região do Marajó

A constituição histórica da região comprova que a influência indígena não pode ser desconsiderada como um elemento de base para ações de desenvolvimento da região.

Dentro, portanto, dos elementos de atratividade turística a história dos processos ocorridos na Ilha do Marajó e suas implicações no desenvolvimento do próprio Estado, faz com que a tradição dos costumes, indígenas ou mesmo dos gestores da ocupação colonial venha atender as potencialidades de indicadores para a promoção do turismo.

3.4.3 Ações de colonização

Historicamente, os primeiros missionários que tentaram fixação no Marajó foram os da Ordem Franciscana. Mas em 1645, houve uma expedição com a presença do jesuíta Luiz Figueira que foi dizimada pelos indígenas. Em 1653, o governo luso-brasileiro apoiou as tentativas de catequese do padre Vieira. Primeiro, pela possibilidade de adaptação do índio em convivência com os brancos e segundo, pela aliança existente entre os índios e os holandeses na região de Joanes, o que facilitava seus planos de invasão pelo rio Amazonas.

A pacificação indígena só ocorreu em 1665, quando a ilha do Marajó foi doada como capitânia ao então secretário de Estado, Antonio de Souza Macedo, que foi sucedido pelo seu filho Luiz Gonçalo de Souza Macedo o 1.º Barão de Joanes. A família fica com a ilha do Marajó até 1754 quando é reincorporada à Coroa.

No século XVIII, Marques de Pombal, além de extinguir 11 capitânias ainda existentes no Brasil, confisca os bens dos jesuítas, expulsos e inicia um povoamento de caráter militar para a defesa do território.

No inventário destas ações registra-se um grande número de cabeças de gado, não só da ordem dos Jesuítas, mas também, dos Mercedários e das Carmelitas. O que vem a confirmar a tradição da pecuária como o maior potencial econômico da região marajoara.

Nota-se assim que as ações rurais promovidas no processo de ocupação da ilha do Marajó são elementos tradicionais e por si só têm os destaques necessários para conduzir o setor turismo rural com potencial de sustentabilidade em que o foco diferencial de promoção é a pecuária, a agricultura e a gastronomia .

3.4.4 Etnia

Outro elemento que pode ser explorado no turismo, que vale ressaltar, são as características da população marajoara, uma vez que a miscigenação é o ponto marcante, seja a branco-índia ou a branco-negra.

Aparentemente, nas classes de baixa renda, mas nota-se um predomínio das influências indígenas que refletem, até os dias atuais, nas práticas culturais ligadas a agricultura, pesca e inclusive nas práticas religiosas, valorizando, por exemplo, as *pajelanças*¹².

Miranda Neto (2005) destaca alguns tipos característicos do Marajó: o **vaqueiro** freqüente morador dos campos, *“monta descalço colocando apenas um ou dois dedos dos pés no estribo... troca, se necessário o cavalo, pelo boi de sela ou pela canoa,... detesta sair da rotina... também é caçador e pescador.”*; o **seringueiro** morador da zona da mata, *“franzino, doido das febres e em péssimas condições de vida, tem aspecto tímido e desconfiado... com modo de vida nômade percorrendo a região de acordo com a coleta de seu produto vegetal.”*; o **pescador** na ilha devido à dualidade geográfica local.

¹² Arte de curar de acordo com a cultura indígenas, realizada através dos Pajés de cada tribo.

Todos são pescadores, marítimo ou fluvial. A pesca afirma-se como uma atividade complementar e importante para a subsistência do marajoara.

Salienta-se que no interior da ilha as relações de trabalho estão ligadas às fazendas que podem estar estruturadas em três formas: (1)- fisicamente como casa grande (residência dos proprietários); (2)- ranchos (dos funcionários ligados ao cotidiano da Casa Grande e do tratamento dos produtos finais da própria fazenda); (3)- retiros (moradias afastadas da sede que têm como função dar apoio ao serviço e também estabelecer os limites da propriedade).

O transporte básico da população marajoara, no seu meio rural, são o cavalo, o gado de sela e as embarcações, chamadas de *casquinho* ou *montaria*, enfrentando as dificuldades dos períodos de seca ou de chuvas.

Reforçando as influências indígenas e a capacidade de viver em período de isolamento, os marajoaras têm forte potencialidade no artesanato, na pintura de cuias, na produção de cestaria e de cerâmicas. Assim como no folclore há uma mistura de lendas indígenas misturadas com superstições africanas, apesar do povo local se definir como católico, há o sincretismo em todas as manifestações da cultura popular. Tem ainda manifestações ligadas à ritmos musicais, como carimbó, lundu, ou chula¹³.

Comprovadamente, as características descritas da ilha do Marajó, em sua formação histórica, reforçam a diversidade cultural e confirmam a predominância da influência do meio ambiente no modo de vida da população independente dos aspectos econômicos.

As mencionadas características reforçam as condições para a aplicabilidade de atividades turísticas em seus mais diversos aspectos, como socioculturais, econômicos entre outros

¹³ Ritmos musicais característicos da região Norte que ingressaram nos costumes pela tradição dos escravos miscigenada com os indígenas

3.5 CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA BASE PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

A densidade demográfica no Marajó delimitada pelo PAS apresenta-se, segundo o Censo de 2000, com 380.555 habitantes, isto é, 6,15% da população do Estado do Pará e 1,80% da população da Amazônia Legal. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - indica que o crescimento populacional do Marajó é semelhante à média do Estado do Pará, na razão de 2,05% ao ano.

Portanto, que a região é de emigração, mas mantém o seu índice de crescimento populacional em função das taxas de natalidade e fertilidade, e mesmo assim, apresenta um reduzido índice de densidade demográfica, isto é, de 3,65hab/km² (IBGE-2000) o que representa 30% da média estadual e 1/5 da média nacional.

Ainda sobre distribuição populacional o IBGE (2000) registra que a taxa de urbanização de 38,8% e 61% da população reside em áreas rurais, fato esse que é condizente com uma estrutura essencialmente primária da economia na região. Apenas os municípios de Breves, Soure e Salvaterra, dos 16 integrantes do PAS, possuem população urbana maior que a rural.

Reforçando as bases de observação da proposta do PAS, o (Tabela 3) abaixo onde apresentam-se os indicadores demográficos e a previsão do IBGE para 2005:

Tabela 3 - Indicadores Demográficos, segundo os municípios MRG Marajó 1991 a 2005

MRG / Municípios	Área (km²)	Pop. 1991	Pop. 2000	Pop. Urbana 2000	Pop. Rural 2000	En s em 20 00	Taxa cres cAn ual9 1-00	Ta xa Ur b%	Popul 2005
Área do PAS	104.140	317.112	380.555	147.394	232.159	3,65	2,05	38.8	418.160
MRG Arari	28.950	103.743	118.977	51.502	66.396	4.11	1.53	43.3	126.376
Cachoeira do Arari	3.102	13.241	16.700	5.832	9.951	5.38	2.61	37.0	17.372
Chaves	13.085	17.491	17.350	1.229	16.343	1.33	-0.09	7.0	17.319
Muaná	3.766	22.367	25.536	7.637	17.891	6.78	1.48	29.9	27.409
Ponta de Pedras	3.365	16.500	18.694	8.631	10.065	5.56	1.40	45.7	20.069
Salvaterra	1.044	11.889	15.118	8.631	6.467	14.48	2.71	57.2	17.141
S. Cruz do Arari	1.075	4.774	5.621	2.240	3.024	5.23	1.83	42.6	5.556
Soure	3.513	17.481	19.958	17.302	2.655	5.68	1.48	86.72	21.510
MRG Furos de Breves	30.094	136.566	165.665	64.421	101.453	5.50	2.17	38.9	183.898
Afuá	8.373	20.008	99.505	6.783	22.727	3.52	4.41	11.4	35.455
Anajás	6.922	14.288	18.322	4.607	13.711	2.65	2.80	25.2	20.852
Breves	9.550	72.140	80.158	40.538	39.901	8.39	1.18	50.4	85.181
Curralinho	3.617	15.204	20.016	5.313	14.634	5.53	3.10	26.6	23.031
S. Sebastião B. Vista	1.632	14.926	17.664	7.180	10.480	10.82	1.89	40.7	19.379
Mrg Portel	45.096	76.803	95.913	31.471	64.309	2.13	2,50	32.9	107.886
Bagre	4.397	13.844	13.708	4.380	9.293	3.12	-0.11	32.0	13.632
Gurupa	8.540	8.969	23.098	6.585	16.499	2.70	2,21	28.5	25.685
Melgaço	6.774	14.538	21.064	3.177	17.874	3.11	4,21	15.1	25.153
Portel	25.385	29.452	38.043	17.329	20.643	1.50	2,88	45.6	43.425

Fonte: PAS – 2007

A estrutura econômica de todos os municípios na ilha do Marajó é essencialmente primária tendo como base o extrativismo vegetal, pesca, pecuária extensiva e agricultura de subsistência.

Exemplificando, como potencialidade de produtos, (Quadro 10), inicialmente de base extrativista, há a madeira, a borracha, as sementes oleaginosas, as frutas, os palmitos, os couros, as peles e o pescado conforme o quadro abaixo, que indica os produtos, suas incidências e ocorrências na região.

Quadro 10 - Distribuição de produtos na Ilha do Marajó

Produtos	Nome científico/espécies
Borracha	Encontradiças, Seringueira, Hevea Brasiliensis, Caucho
Palmito	Açaizeiro
Sementes oleaginosas	Cumarú, Murumuru, Pracaxi, Andiroba, Ucuúba, Patauá, Copaíba Cupuaçu, Piquiá
Madeiras	Cedro, Jaruba, Angelim, Bacuri, Ipê, Gonçalves-alves, Andiroba, Maçaranduba- do-pará, Cumru, Pau-marfim, Pau-tartaruga, Ucuubá, Ubussu, Paxiúba
Medicinais	Ipecacuanha, Copaíba, Salsaparrilha, Tingui, Assacu, Canambi(timbó), Mururacá, Urucu,
Caça	Marrecas, Patos selvagens, Pacas, Cutia, Caititus, Queixadas,
Pesca artesanal	Acari, Apaiari, Aruanã, Aracu, Bagre, Cachorro de padre, Jeju, Mandií, Mandubé, Pescada, Piranha, Pirarucu, Tainha, Tambaqui, Tamuatá, Traíra, Tucunaré
Frutas	Cupuaçu, Apiu, Bacuri

Fonte- Corradi adaptação de Miranda Neto (2005)

A ilha tem na agricultura no cultivo da mandioca, do arroz, do milho, do abacaxi e da banana a atividade econômica principal e na pecuária extensiva, no lado oriental da ilha do Marajó, considerando as condições geográficas da região, onde são criados de bovinos, bubalinos entre outros.

Em termos de perspectiva, a pecuária do Marajó, que foi bem expressiva e garantia de sustento do consumo da grande Belém, atualmente, enfrenta problemas de qualidade da carne, considerando as condições de transporte, já que o seu deslocamento tem que ser feito na forma do gado em pé, de balsa e de outros tipos de embarcação.

Esse contexto provocou ao longo dos tempos uma redução da produção da pecuária local, acrescido da ação de expansão da pecuária na região Sul do Pará, Tocantins e Goiás. Portanto é necessário investimento em tecnologias e apoios institucionais ligados às ações de transporte e infra-estrutura para incentivar a pecuária equacionando as condições mercadológicas.

Em 1990, o rebanho bovino representava 10% do rebanho estadual cerca de 600 mil cabeças. Em 2004, houve um decréscimo para 330 mil cabeças representando menos de 2% do total estadual. De forma semelhante o rebanho bubalino passou de 540 mil cabeças em 1990, para 290 mil em 2004, respectivamente, de 80% para 60% do rebanho estadual.

De modo geral, segundo o PAS (Tabela 4), o Produto Interno Bruto PIB (2003) da região, de 853 milhões de reais, correspondia a 2,9% do total do PIB no Estado e a 0,055% do PIB nacional. Em termos *per capita*, o PIB registrado em 2003, era de 2,119 reais equivalente a 48% do estadual e 24% do PIB *per capita* médio do País.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto e *Per Capita*, segundo os municípios –2003

MRG/municípios	PIB 2003 (R\$ mil)	PIB Per Capita (R\$)	Área (Km2)	População (2000)
Área do Plano	853.378	2.119	104.140	380.555
Mrg Arari	302.700	2.454	28.950	118.977
Cachoeira do Arari	41.720	2.484	3.102	16.700
Chaves	71.712	4.138	13.085	17.350
Muaná	40.258	1.507	3.766	25.536
Ponta de Pedras	42.473	2.170	3.365	18.694
Salvaterra	34.441	2.099	1.044	15.118
S.Cruz do Arari	15.971	2.932	1.075	5.621
Soure	56.125	2.679	3.513	19.958
Mrg. Furos de Breves	327.800	1.859	30.094	165.665
Afuá	79.775	2.395	8.373	29.505
Anajás	39.067	1.959	6.922	18.322
Breves	160.954	1.931	9.550	80.158
Curralinho	23.685	1.079	3.617	20.016
S.Sebastião B. Vista	24.319	1.296	1.632	17.664
Mrg. Portel	222.878	2.165	45.096	95.913
Bagre	30.481	2.232	4.397	13.708
Gurupá	49.701	2.008	8.540	23.098
Melgaço	25.467	1.076	6.774	21.064
Portel	117.229	2.826	25.385	38.043

Fonte –IBGE (2003)

A situação débil da região reflete economicamente na capacidade de arrecadações governamentais (IPTU, ITBI,IPVA, etc) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) enquadra-se como item relevante nas finanças municipais, mas o PAS indica o como incipiente mostrando que dois programas sociais (Bolsa Família e BF/FPM) do Governo Federal representam quase 50% do FPM na região.

Além da pecuária, as atividades extrativistas garantem emprego e renda para a maior parte da população localizada na chamada zona da mata que tem como

característica a sazonalidade, seja pelo período de amadurecimento de frutos, seja pelas condições climáticas (seca /inundação).

Na base da cultura agrícola, há o cultivo de arroz, milho, abacaxi, e banana. Já a atividade pesqueira, praticamente, é de subsistência com alguns municípios iniciando um processo de fornecimento para o mercado consumidor de hoje em Belém.

A predominância destes elementos tradicionais de desenvolvimento econômico pode ser base de um cenário propício para o turismo. Neste caso, há características indicativas para o turismo rural, mas a ação de inter-relacionamento entre os setores, fundamentada em pontos de infraestrutura é essencial para a sua realização.

Portanto outro ponto de interferência para proporcionar um ritmo maior no desenvolvimento da Ilha do Marajó são as condições de infraestrutura. Sua base fundamenta-se na dificuldade geográfica inclusive em sua formação como ilha aluvial no estuário o que implica respeitar o horário da maré que rege todas as atividades da ilha, inclusive a atividade turística, que se impõe numa oferta diferenciada vista sob os extremos do *exótico* ou do *deficitário*.

Assim as condições geográficas e hidrográficas, diretamente, colaboram para a insuficiência e para a precariedade de componentes de infraestrutura, como transporte, energia, telecomunicações e armazenagem.

No item transporte prioriza-se o marítimo e o hidroviário, pois com as estações de seca e chuvas há rios e estradas intransitáveis conforme o período.

Curiosamente, tanto no período das chuvas quanto no período da seca, passam embarcações, caminhões, cavalos e búfalos (de monta) pelos mesmos locais. Os fazendeiros são obrigados a construir diques e/ou estradas, no verão, para manter o acesso às suas propriedades que ficam isoladas pelas chuvas.

O principal meio de transporte utilizado pela população é uma embarcação denominada “casco”, que são pequenos barcos a motor de capacidade reduzida de transporte de pessoas ou carga. Já o transporte aéreo inexistente com linhas regulares, havendo disponibilidade de frete de táxi aéreo.

Outro ponto de infraestrutura precário é o fornecimento de energia elétrica que se resume as sedes municipais, pelas usinas térmicas movidas a *diesel*. Em alguns pontos da Ilha formas alternativas de energia como eólicos e por placas fotovoltaicas. Salienta-se que em alguns municípios o fornecimento de energia cumpre horário pré-determinado.

Todo o sistema de telecomunicações é ruim e insuficiente para atender à região e não existe uma estrutura de armazenamento de produção.

Neste contexto precário, a ilha do Marajó, resumidamente, têm ainda indicadores sociais, como concentração de renda, mortalidade infantil, desnutrição, incidência de malária, óbitos por doenças parasitárias e analfabetismo desfavoráveis.

O que enquadrava a situação da ilha, no aspecto do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH - como área de subdesenvolvimento com muita pobreza, foram estudos feitos no período de 1991 a 2000. Segundo o PAS manteve-se estagnada e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM - (Tabela - 4), que no mesmo período esteve entre os piores do país com um crescimento anual de 0,008 pontos.

Tabela 5 - Índices de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM 91/00

MRG/municípios	IDHM-1991	IDHM-2000
IDH GERAL	0,57	0,64
Mrg Arari		
Cachoeira do Arari	0,60	0,68
Chaves	0,53	0,58
Muaná	0,58	0,65
Ponta de Pedras	0,61	0,65
Salvaterra	0,65	0,72
S.Cruz do Arari	0,60	0,63
Soure	0,68	0,72
Mrg. Furos de Breves		

Afuá	0,51	0,61
Anajás	0,73	0,78
Breves	0,53	0,63
Curralinho	0,52	0,60
S.Sebastião B. Vista	0,60	0,67
Mrg. Portel		
Bagre	0,50	0,57
Gurupá	0,51	0,63
Melgaço	0,42	0,53
Portel	0,51	0,61

Fonte – PAS 2007

3.6 ELEMENTOS PARA APLICABILIDADE DO TURISMO

Considerando a cadeia turística do APL, pode-se visualizar que em sua dimensão econômica e social, desde que planejada, poderá haver uma promoção da melhoria da qualidade de vida dos residentes do Pólo Marajó, assim como benefícios sociais, como associativismo, crescimento econômico, geração de emprego e incremento na economia informal (artesanato, alimentação, produtos de culinária regionalizados, entre outros). Esse conjunto de fatores pode ser fomentado pelos incentivos e pelo apoio técnico governamental.

Portanto é comum pensar que diante da precariedade de ilha do Marajó quanto à sua situação sócio-econômica é essencial a implementação de ações de responsabilidade direta e indireta de órgãos governamentais e de organizações da sociedade civil, visando promover uma melhoria na qualidade de vida e no desenvolvimento regional. Abaixo estão (Quadro 11) algumas ações pontuais que consideram as especificidades da região.

Quadro 11- Ações pontuais para qualidade de vida e desenvolvimento regional

Instituição (sigla)	Programa	Abrangência Territorial Local
SPU/MDA	Programa Nossa Várzea	Soure
MDS	Programa de Transferência de Renda	Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista, Soure, Santa Cruz do Arari.
MPAS	Programa de Assistência Social	Não especificados
EMBRAPA	Recuperação de coqueirais Banco de germoplasma	Ponta de Pedras, Campo Experimental do Marajó
EMBRAPA	Sistema de Produção de Culturas perenes. Sistema de Produção de agriculturas Alimentares para Agricultores Familiares	Campo Experimental do Marajó, Soure
	Curso de Produção de Mudanças	Campo Experimental do Marajó
	Curso sobre Técnicas de Sistema de Produção	Campo Experimental do Marajó
MMA-IBAMA	Criação de reservas Extrativistas	Breves, Gurupá, Curralinho, Soa Sebastião da Boa Vista, Melgaço, Portela
MMA	Programa Agroextrativismo	Marajó
MMA	Proambiente	Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari
MMA	Proecotur	Soure
SPU/INCRA-AGU		

Fonte: PAS (2006)

Pode-se observar entre as ações indicadas para o desenvolvimento da região, ligadas ao turismo o Proecotur, pelo Ministério do Meio Ambiente. O programa visa o desenvolvimento do ecoturismo na Região Amazônica Brasileira, estabelecendo a base de investimentos públicos necessários para a atração de investidores privados.

A proposta é estabelecer uma estrutura adequada e implementar as condições necessárias, incluindo os investimentos requeridos, que possibilitarão aos nove Estados da Amazônia Brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) prepararem-se para administrar suas áreas selecionadas para o ecoturismo de forma responsável e adequada, com planejamento, assistência técnica e capacitação.

A área do turismo conta, institucionalmente, ainda com ações ligadas à proposta do Plano Nacional de Turismo (2007-2010) - Ministério do Turismo - que visa compartilhar as atividades envolvendo os planos nacional e estadual de turismo.

A proposta do Plano Nacional de Turismo explicita a parceria com o Proecotur para a Região Norte e busca integrar os planos estaduais de turismo da região. As previsões de apoio para o desenvolvimento deste setor na região da ilha estão relacionadas ao crescimento do setor turismo, atividade que pode gerar emprego e renda para os diversos níveis de atividades, da prestação de serviços e da oferta de produtos.

Mundialmente, estima-se que 1,5 bilhão de pessoas gastarão anualmente cerca de U\$ 2 trilhões em viagens (IBGE,2006). No Brasil houve uma aumento de 29% em 2007 em relação ao movimento de turismo de 2006 um montante de R\$ 159 milhões.

As estatísticas apontam um crescimento, em geral, do turismo nas suas diversas modalidades, como o religioso, o ecológico, o rural e o de aventura, que crescem acima da média de mercado.

Considerando as características de desenvolvimento da Ilha do Marajó apresentadas pelo Plano da Amazônia Sustentável PAS e os dados de crescimento do turismo, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - têm-se a base para a proposta deste trabalho. Ou seja, identificar o impacto das atividades do setor turismo, especificamente, do turismo rural, como elemento de desenvolvimento sustentável para a região da ilha do Marajó nos municípios de Soure e Salvaterra, indicados como pioneiros de ações no Plano Estadual de Turismo desenvolvido pela Paratur. Estes municípios que têm a pecuária bubalina como tradição, elemento considerado como um atrativo potencial atrativo do turismo rural.

O relatório de Estudos Diagnósticos Setoriais do PDSA – 2005/2008 revela que apesar de processos de descontinuidade na aplicabilidade de ações definidas nas diversas políticas públicas direcionadas para região, houve nas últimas

décadas, investimentos de infraestrutura que mesmo inconstantes motivaram a transformação do espaço e também da dinâmica social local, interferindo nas condições de desenvolvimento.

O documento mostra também que nos aspectos econômicos da região há a necessidade de implementar condições de logística, seja especificamente no transporte, nas estradas, e/ou na melhoria das já existentes e enfatiza o fornecimento irregular de energia.

Relacionado à infraestrutura o estudo destaca problemas no saneamento básico, sistema desordenado de urbanização e povoamento da ilha. Além disso, também verifica-se a ausência de atividades de turismo planejadas e ordenadas, e várias transformações demográficas ocorridas na região. O diagnóstico aponta a necessidade de investimento na rede de saneamento básico, coleta e tratamento de lixo e drenagem de águas pluviais.

O diagnóstico corrobora para o debate teórico sobre o desenvolvimento, seus aspectos e implicações econômicas. Deve-se considerar que só a partir do século XX foi que o conceito de desenvolvimento econômico ganhou corpo, antes disso não havia preocupação com a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Esta noção de desenvolvimento atrelada à questão da distribuição passou a ser enfatizada em todos os países, sobretudo, durante as fases de ocorrências de ondas de inovações (tear mecânico, máquina a vapor, petróleo, eletricidade, informática, internet, telefonia móvel, entre outros).

Assim, quando a economia dos países inovadores cresce de modo muito mais acelerado, considera-se que se expandem a renda, o emprego e o nível de bem estar da população.

Neste sentido afirma o relatório indica de PDSA(2005):

o fim dos anos 1940 e início de 1950 são marco dos diagnósticos da realidade dos países “pobres” voltados à captação de recursos dos países desenvolvidos, visando implementar planos de desenvolvimento. Foi nesse contexto que os economistas da CEPAL¹⁴ pleitearam um plano semelhante ao Plano Marshall¹⁵, o que foi criticado porque contrariava os interesses da divisão internacional do trabalho, pela qual cada país deveria especializar-se na produção daqueles bens para os quais apresentasse vantagens comparativas de custo.

No Brasil, o debate de desenvolvimento regional foi objeto dos estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951/1953) e do Grupo Misto BNDE-CEPAL (1953/1955), que ofereceram elementos para os planos nacionais e principalmente, apontaram problemas de carência de infraestrutura (energia, transportes, comunicações);, produção agrícola insuficiente, sobretudo de alimentos; oligopolização da comercialização, etc .

Em linhas gerais, esses problemas são preocupantes porque dificultam as inovações, quando se sabe que toda mudança tecnológica, apesar dos limites do crescimento, se reflete no aumento das produtividades marginais do trabalho e do capital.

Atualmente, as reflexões teóricas afirmam que a maximização da participação dos grupos sociais no produto total corresponde ao objetivo econômico da sociedade, que se traduz em máximo bem-estar com mínimo esforço.

¹⁴ CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago, Chile. É uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para coordenar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, coordenar as ações encaminhadas para sua promoção, e reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe, e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável.

¹⁵ Plano Marshall – executado no período de 1948/51 e serviu para recuperar o sistema produtivo europeu com o apoio do capital americano pós 2.ºGuerra Mundial e reter o comunismo.

Mas essa maximização, muitas vezes é obtida para um grupo em detrimento dos demais. A meta de uma sociedade para o seu desenvolvimento econômico, invocando o sentido de Pareto, é *“que o ótimo da sociedade é quando nenhum grupo consegue expandir sua participação no produto total, sem diminuir a dos demais”*.

Isso implica que somente com o aumento da produtividade haverá maior crescimento econômico refletindo no aumento da renda nacional, sem diminuição da renda de cada um.

É neste sentido de busca da meta, que as adaptações dos indivíduos e das instituições pode dar-se em detrimento de outros grupos ou ocorrer de forma incorreta diante das imperfeições de mercado. Cabe, portanto, ao Estado, regular a ação dos agentes econômicos e agir no sentido de maximizar o bem-estar social.

O resume sua idéia, de que se deve buscar um modelo que pode responder indagações a respeito da regulação dos agentes econômicos na perspectiva da maximização do bem estar social. Para tal apresenta, portanto, o modelo liberal tradicional de Estado, que é o contratual, e baseado nas comunidades de interesses. Nele o Estado aparece como provedor de bens públicos e de economias externas.

Em termos gerais, considerando o turismo dito “exótico” na ilha do Marajó, pode-se estabelecer que um dos focos de observação das ações de desenvolvimento seja pela teoria dos sistemas fundamentados nas observações de Beni (2006) para o setor.

Envolvendo o conjunto de ações e influências, não só das unidades focadas, mas também no estudo de seu meio ambiente, de suas relações e atributos, de suas necessidades e seus produtos e subprodutos, interligando-se à finalidade proposta que é o seu desenvolvimento.

Beni (2006) defende o turismo como uma atividade que busca, assim como qualquer atividade comercial, o lucro, mas considerando as partes integrantes

e fundamentadas num sistema turístico, o investimento não está pautado na rentabilidade simples. Segundo o referido autor deve-se considerar, por exemplo, que ao Estado, um dos elementos do sistema, impõe sua competência interligado com a infraestrutura e também, com um grande conjunto de ações voltadas para o investimento social, estabelecendo a inserção social como elemento motivador do desenvolvimento.

Outro ponto que pode ser usado como delimitador de observação para ações de desenvolvimento de uma região e de um determinado setor é a adoção de formas de Arranjos Produtivos Locais (APL).

O APL tem dois pontos básicos característicos da política de apoio ao desenvolvimento, que requisitam a teoria do planejamento e aperfeiçoam as atividades no setor produtivo. O primeiro representa um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva. O segundo representa as empresas, independente de seu porte (pequena, média, ou grande), dispostas a serem implementadas no local.

Visto desta forma, os APL para a Amazônia são instrumentos do planejamento que devem estar assentados na sustentabilidade dos recursos naturais de cada local e na mão-de-obra disponível, com vistas à produtividade regional.

Para o Governo Federal este tema está vinculado a algumas medidas do Programa 1015-APL, ou seja, está incorporado ao âmbito do PPA 2004-2007, e instituído pela Portaria Interministerial nº. 200 de 03/08/04 do Grupo de Trabalho Permanente para APL (GTP-APL), composto por 23 representantes de 11 ministérios e instituições não governamentais, todas de abrangência nacional, coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC).

O objetivo do GTP-APL é adotar uma metodologia de apoio integrado a arranjos produtivos locais, com base na articulação de ações governamentais. Atualmente, essas atividades estão focadas em 11 APL pilotos, distribuídas pelas cinco regiões do país, onde a metodologia ação integrada está sendo testada. Por essa metodologia os APL podem ser registrados em termos de

integração de território e em capacidade de cooperação entre firmas e entidades de apoio.

O GTP-APL levou em consideração os seguintes aspectos para selecionar os APL iniciais: o maior nº. de instituições atuantes no APL; pelo menos um APL por região do país, e alguma diversidade setorial no conjunto de APL selecionados.

Isto demonstra a proposta lógica de APL e se constitui em um conjunto de diferentes atores locais (empresários, instituições de classe, de educação, de capacitação, crédito, tecnologia, além de agências de desenvolvimento) que possa identificar e mobilizar, ordenadamente, suas demandas coletivas, seja por indução de entidades envolvidas com um dado segmento ou por iniciativa própria.

Esse processo indica como metodologia, a busca de um acordo entre os atores locais para a organização de um plano de desenvolvimento único, que venha comprometer os envolvidos com formas possíveis de solução atendendo às suas necessidades e demandas.

Como eixo principal, a metodologia utilizada pelo GTP-APL está voltada ao reconhecimento e à valorização de iniciativas locais por: a) estímulo à construção de Planos de Desenvolvimento Participativo; b) busca de acordo para uma interlocução local comum (articulação entre os atores locais).

Para complementar esta indicação metodológica é necessário promover o nivelamento do conhecimento sobre as atuações individuais nos APL; além deste se faz necessário compartilhar os diversos canais de interlocução seja local, estadual ou federal, alinhando as agendas das instituições para acordar uma estratégia de atuação integrada.

Segundo Santana (2003;p.115), os APL têm como desafio maior a saber:, a demarcação territorial e envolver uma combinação de indicadores (de emprego, de qualidade de vida, desenvolvimento tecnológico, crescimento econômico, etc.). Contudo, apesar destes fatores, não há um conjunto único de

indicadores que venham delimitar plenamente a identificação e o mapeamento geográfico de um APL.

De modo geral no Brasil os APL fazem parte de estudos específicos atendendo necessidades específicas. Desse modo o conceito de APL visa aplicar os fundamentos de economia espacial aliados às teorias clássicas e neoclássicas tendo, de acordo com Santana (2004):

território funcionando como um espaço que favorece o desencadeamento de um conjunto de relações intencionais e não intencionais, tangíveis e intangíveis, comercializáveis e não comercializáveis, que movem o processo de aprendizagem e de construção de competências –que se incorporam e evoluem de forma acumulativa, de modo a resultar em eficiências coletivas.

A proposta é que haja interação entre essas forças para estabelecer um grau de complementaridade dos atores locais formando redes entre si, e entre fornecedores, clientes ou instituições correlatas, exercitando o conceito de cluster (aglomerações empresariais).

Santana (2003; p.17) afirma que o conceito de APL fundamenta-se

na visão evolucionista sobre inovações tecnológicas e de gestão, envolvendo tudo que deriva do processo institucional de produção e difusão tecnológica e do momento dinâmico que ocorre no seu entorno por conta dos encadeamentos produtivos intra e interempresas; das transações comerciais, via mercado ou via rede hierárquica; da dinâmica do mercado de trabalho e da ação coletiva e voluntária protagonizada pelos atores em busca da realização de objetivos comuns.

O APL caracteriza-se, portanto, pela concentração de empresas de um setor cuja produção ou o serviço ocorre de forma desintegrada, mas provendo um inter-relacionamento entre as empresas, de qualquer porte, alocadas na cadeia produtivas, seja à jusante ou à montante.

Pode-se, portanto, caracterizar um APL como: a) serviços especializados de apoio à produção e comercialização; b) rede de instituições públicas e privadas

que dão sustentabilidade as ações dos agentes; e c) identidades sócio-culturais gerando bases para solidariedade e confiança mútua.

A funcionalidade de um APL implica em prover o desempenho competitivo formado, portanto, pela própria concentração de empresas prestadoras de bens e serviços em determinada escala geográfica predominante, pela atuação das organizações sociais locais, pelo mercado de trabalho, pela capacidade de produção e difusão de inovações tecnológicas e pela infraestrutura produtiva e comercial em uso.

3.7 CONSIDERAÇÕES GERAIS

O debate de desenvolvimento e sustentabilidade do turismo na Amazonia , portanto delimita-se entre as ações de políticas públicas , elementos de desenvolvimento e condições de formação e atuação de um APL

Considerando esses pontos, para o setor de turismo no Marajó, ainda são incipientes. Portanto busca-se, pelo estudo de casos, pontuar o setor de hospedagem do turismo rural para delimitar uma proposta preliminar de constituição de APL dos municípios de Soure e Salvaterra relacionando os pontos envolvidos no turismo rural como elementos integrantes de um “modelo de desenvolvimento local” atual na região.

Uma vez que, também se busca configurar um ambiente de sistema de turismo que implicará em especificidades e complexidades de relações e ações necessárias do turismo para o desenvolvimento local

REFERÊNCIAS

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Programa de Turismo Rural Na Agricultura Familiar**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretária de Políticas de Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural No Brasil**, Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. **Marcos conceituais –Segmentação do Turismo**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turistas estrangeiros gastaram mais no Brasil em 2007**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. acesso em: 05 fev. 2007.

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo : Senac 2006.539p.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO - EMBRATUR. **Estatísticas**. Disponível em: <[http://www.embratur.gov.br/ estatistica](http://www.embratur.gov.br/estatistica)>. Acesso em 20 jan. 2007.

ESTATÍSTICA Básica do turismo. Disponível em: <http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados_fatos/pesquisaanual/marco2007ano_iii_n_3_3a_edicao>. Acesso em 09 fev. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Conceitos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 24 fev.2007.

INSTITUTO ECOBRASIL – **Acordo de Mohonk 2000**. Disponível em: <[http://www.ecobrasil.org.br/publique/medi a/acordo_de_mohonk.pdf](http://www.ecobrasil.org.br/publique/medi_a/acordo_de_mohonk.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2008.

GALVÃO, E. **Guia das Exposições de antropologia** 3.ed. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi , 1973.

MIRANDA NETO,M.J. **Marajó: Desafio da Amazônia – aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento**. Rev e atual. Belém : EDUFPA 2005.218p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO – OMT. **Barômetro OMT del Turismo Mundial**, 2007. v.05.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE – PNUMA. **Oficina Regional para América Latina y el Caribe**. Disponível em: <<http://www.pnuma.org>>. Acesso em 23 maio 2008.

RABAHY, W. A. **Turismo e Desenvolvimento**: Estudos Econômicos e Estatísticos no Planejamento.. Baruerí, SP: Editora Manole Ltda., 2003.

RODRIGUES, A.B. Turismo Rural no Brasil: Ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, A. B (org) **Turismo Rural**: Práticas e Perspectivas. São Paulo Contexto 2001, p.101- 117. (Col. Turismo Contexto)

RODRIGUES,A.M. Desenvolvimento Sustentável e atividade turística . In SERRANO, C et al.(orgs) **Olhares contemporâneos sobre o turismo** . São Paulo Papirus, 2001, p 171-178. (Col. Turismo)

SANTANA, A. C. Elementos de economia, agronegócio e desenvolvimento local. Belém, PA : UFRA, 2005.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000. (Série Turismo, 1).

CAPÍTULO 4

PASSOS DO TURISMO RURAL NO MARAJÓ ORIENTAL: SOURE E SALVATERRA - ANÁLISE DE DADOS

RESUMO: Delimitado pelas bases do Plano de Demanda e Oferta Turísticas PDOT 2000 , documento fundamental de apoio ao Programa de Desenvolvimento de Turismo do Estado do Pará , conhecido como Plano Estadual do Turismo PET – Projeto Beija Flor e nas indicações do Plano Nacional de Turismo para o Setor Turismo Rural estabeleceu-se num contexto de Arranjo Produtivo Local – APL elementos para a delimitação metodológica de análise o objeto de pesquisa focado nas fazendas agropecuárias , tradicionais da região dos municípios de Soure e Salvaterra – Pa que exploram o turismo como mais uma alternativa de desenvolvimento local e a progresso do setor turístico regional.

Palavras chave- Arranjo produtivo local, metodologia , fazendas agropecuárias

ABSTRACT: Delimited by the bases of the Plan of Demand and Supply Tourist (PDTO 2000), an essential support to the Program of Development of Tourism of the State of Para, known as the State Tourism (PET) - Beija Flor Project and the guidelines of the National Plan for Rural Tourism Sector was established in the context of Local Productive Arrangement –(APL) elements for defining methodological analysis of the object of research focused on agricultural farms, the region's traditional municipalities of Soure and Salvaterra - Pa exploiting tourism as a development alternative location and progress of the regional tourist industry.

Key Words- local productive arrangement, methodological, agricultural farms.

4.1 INTRODUÇÃO

Com base teórica defendida para o desenvolvimento do setor turismo por Beni (2003), que ratifica elementos da teoria de sistemas objetiva-se identificar o turismo rural como elemento potencializador do desenvolvimento turístico em uma dada localidade.

Neste caso o universo apontado como foco são os agentes envolvidos como os condutores do turismo rural na delimitação do Pólo Marajó determinado pelo programa de turismo estadual – Projeto Beija Flor – que desde 2000 via o Programa de Diversificação da Oferta Turística PDOT – Sebrae/Fidesa(2003) Sebrae/Funpea(2006) busca promover o desenvolvimento do turismo local.

Os pontos destacados como delimitadores de observação de caminhos do desenvolvimento local para o setor turismo, especificamente, o turismo rural partiram dos agentes promotores da oferta turística, no caso as fazendas rurais que atuam no turismo rural. Porém existem questões delimitadoras para esse crescimento, como a logística, os aspectos sócio-culturais, econômicos e mercadológicos. O que se pretende é viabilizar, pelos agentes promotores do turismo rural na região, o desenvolvimento local.

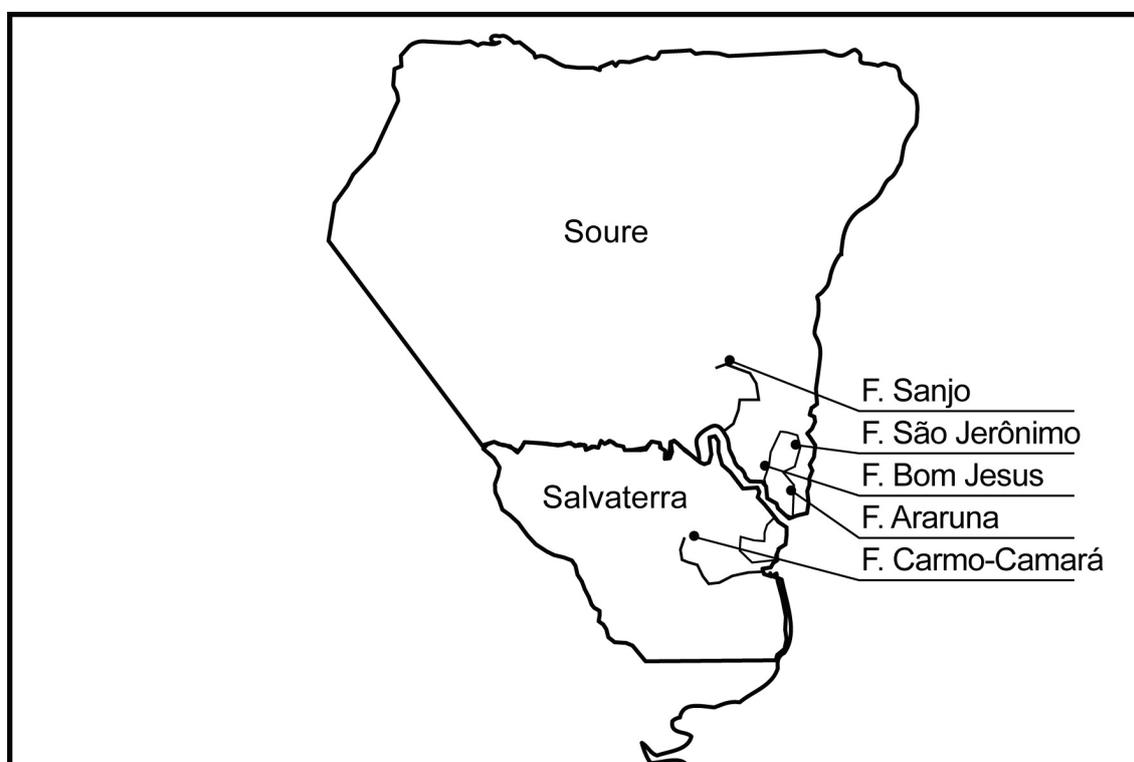
Vale lembrar que no Projeto Paratur, o turismo rural está desenhado oficialmente no Programa de Diversificação da Oferta Turística – PDOT - pela parceria entre Governo do Estado (Paratur), SEBRAE/PA e Consultoria Espanhola, priorizando os municípios de Soure e Salvaterra, onde se revelam possibilidades de atrativos e serviços turísticos.

Na busca da promoção do setor turístico o Governo Federal também, vem atuando com o turismo em diversas formas de parceria, de forma que o turismo rural insere-se no Plano Nacional do Turismo, desde sua versão – 2003/2007, e atua por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e estimulando ações via Programa Nacional de Agricultura Familiar-PRONAF.

A implementação do projeto foi viabilizado pelas diversas reuniões regionalizadas para prover os agricultores familiares de informações, desde 1998, que resultou no Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar dentro das diretrizes do desenvolvimento maior e sustentável.

Desta forma, estabelece-se a análise dos dados que envolveram 100 % do universo das fazendas rurais que oferecem atividades de turismo, de acordo com a (Figura 1) e (Quadro 12), que estavam inscritas no programa de PDOT, 2000 implantado pelo governo do Estado do Pará.

Figura 1- Localização das Fazendas Rurais inscritas no PDOT 2000



Quadro 12 - Natureza e localização das Fazendas de turismo rural de Soure e Salvaterra (2008)

Fazendas	Municípios	Natureza (2008)
Fazenda São Jeronimo	Soure	Hospedagem, restaurante e passeios
Fazenda Bom Jesus	Soure	Passeios
Fazenda Aruanas	Soure	Hospedagem e passeios
Fazenda do Carmo Camará	Salvaterra	Hospedagem, restaurante e passeios
Fazenda Sanjo	Soure	Hospedagem, restaurante e passeios

Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo – Corradi (2007/2009).

4.2 BASES METODOLÓGICAS

Reforçando que os dados analisados envolveram o universo de 100% das fazendas que desenvolvem atividades de turismo rural, localizadas nos municípios de Soure e Salvaterra onde serão delimitados os pontos ligados à logística, aos aspectos socioculturais, econômicos e mercadológicos. Estes devem indicar a viabilidade da ação e o desenvolvimento de cada fazenda rural num contexto esboçado de Arranjo Produtivo Local – APL -. Para tanto se estabeleceu uma de análise Swot para pontuar os fatores de forças, fraquezas, ameaças e oportunidades dos objetos de estudo.

Portanto para atender à proposta de observação houve uma revisão sobre os focos defendidos no PDOT aplicando-os sob dois enfoques base. O primeiro para destacar as fazendas que desenvolvem atividades turísticas os aspectos de natureza, econômicos, socioculturais, ambientais e mercadológicos. Em segundo. na proposta da análise Swot, procura-se levar em consideração elementos como logística de acesso, fluxo, oferta e demanda (mercado) e capacitação.

4.3 BASE PARA ANÁLISE DE DADOS

Na delimitação das ações e reações ligadas ao desenho do sistema de turismo rural na região dos municípios de Soure e Salvaterra serão destaque os pontos e/ou subsistemas representados por cada um dos produtos turísticos oferecidos pelas fazendas, que se constituem em 100% dos participantes indicados pelo Projeto Paratur (2000) e atualmente em funcionamento.

Desta forma, em cada uma das cinco fazendas, salienta-se os seguintes aspectos:

4.3.1 Natureza da atividade

Mapa e localização, formas de acesso, logística, descrição das atividades desenvolvidas pela fazenda, com seus recursos naturais e históricos, atrativos, aspectos de infraestrutura com o número e tipos de unidades de hospedagem, equipamentos disponíveis ou acessórios.

4.3.2 Aspectos econômicos

Estabelece no tempo de atividade das fazendas e sua relação com o setor turismo. Delimita o percentual de atuação por atividades desenvolvidas como prioritárias e secundárias, buscando estabelecer a relação do ciclo de vida do produto no setor turismo na região, assim como média de número de turistas, fluxo e procedência.

4.3.3 Aspectos Socioculturais

Verifica as formas de relações trabalhistas desenvolvidas em cada fazenda, buscando dados como média salarial, capacitação e treinamentos desenvolvidos na gestão administrativa de cada fazenda. No foco cultural verifica a ênfase dos atrativos históricos e culturais utilizadas nas ações turísticas de cada fazenda como elemento promotor do setor turístico, especificamente o rural.

4.3.4 Aspectos Ambientais

Identificar tipos de construção ou adaptações arquitetônicas ou mesmo uso de recursos alternativos, por exemplo: geração de energia alternativa, tratamento de resíduos, programas de conservação, manejo e reflorestamento, cuidados ambientais como reciclagem de água e programas de educação ambiental,

dentre outros. Estes podem promover integração, preservação do meio ambiente como elemento de sustentabilidade das ações e atividades turísticas desenvolvidas em cada fazenda de forma a priorizar os materiais e moldes típicos da região.

4.3.5 Aspectos Mercadológicos

Verifica como as fazendas no desenvolvimento das atividades e ações turísticas se posicionam no mercado consumidor de turismo rural, seja nas formas de relacionamento com seus parceiros/consumidores. Busca, também, delimitar uma proposta de posicionamento no contexto do APL do setor turístico, pela promoção e divulgação ou mesmo no foco específico das cadeias turísticas nacionais e internacionais.

Mesmo atuando no PDOT, no projeto de turismo rural, cada um dos empreendimentos tem suas próprias características e assim pontencializando-se como um produto único, dentro do indicativo de APL de turismo proposto para a região.

4.4 FAZENDAS RURAIS

Os dados analisados são integrantes e originários de todas as cinco fazendas rurais que atuam com o produto turístico desde a implementação do PDOT

ocorrida em 2000. Assim a amostra é o universo indicado nos registros e documentos do PDOT.

A coleta de dados ocorreu no período do 2.o. semestre de 2008, respeitando a disponibilidade dos proprietários/gestores das atividades turísticas de cada fazenda, vista como um produto ou mesmo como um prestador de serviços turísticos rurais.

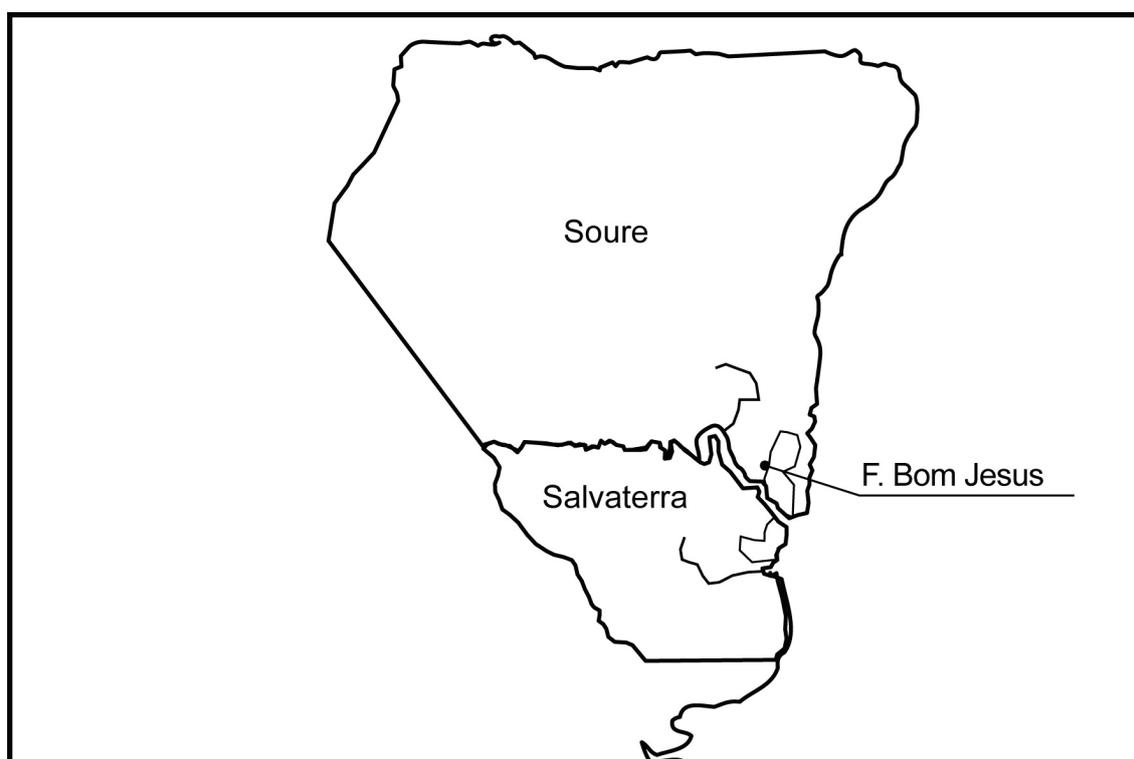
Desta forma os dados e percentuais estão focados na atividade turística não havendo, por parte dos informantes o repasse dos dados ligados às demais atividades originárias do setor agropecuário de cada fazenda.

4.4.1 Fazenda Bom Jesus – Soure

Bairro do Pedral/ Campina

Proprietário responsável – Eva Maria H. Abufaiad

Figura 2 – Localização da Fazenda Bom Jesus -Soure



Fonte Pretz, P.C. (2009)

4.4.1.1 Natureza da atividade

Localiza-se, aproximadamente a 13 km da sede municipal de Soure, (figura 2) a cerca de 3km do Aeroporto e a 13km da praia do Pesqueiro, tendo como via

de acesso, uma estrada vicinal de piçarra a partir da 4.a. rua da cidade de Soure que é asfaltada até o trevo de acesso à praia do Pesqueiro.

Atua há 13 anos como espaço de visitaçãoturística numa área agropecuária (produçãode coco, gado bovino e bubalino¹⁶) de mais de 60 anos, envolvendo em sua característica familiar seis proprietários, mas as responsáveis pela açãoturismo, basicamente, são duas das proprietárias.

Segundo a proprietária gestora, Eva Abufaiad (2008),¹⁷ as atividades ligadas ao turismo, as visitas acontecem de segunda a sábado, sempre a partir das 14h30. Os meses de maior movimento são junho, julho e agosto (verão/seco) já em janeiro, fevereiro e março (inverno/chuvas), o movimento cai.

Na opinião da gestora, o fluxo de turismo tem interferência direta não pelas condições climáticas, mas sim pelos períodos de férias dos europeus, que se apresentam na região com uma freqüência de 70% do total do fluxo de turistas nesta fazenda.

Salienta Abufaiad (2008) que o público de turistas brasileiros, que chega a representar 30% dos visitantes, não tem o hábito ou a cultura de conhecer e de se envolver com as ofertas turísticas de suas regiões.

¹⁶ Os indicativos estatísticos do setor agropecuário desenvolvido na F. Bom Jesus não foram divulgados, mas segundo a proprietária gestora a fazenda é essencialmente pecuária. Com um espaço representativo no contexto da fazenda de cerca de 10% destinados à plantação e comercialização de coco.

¹⁷ Entrevista obtida em 21/12/2008 em ações de pesquisa de campo em Soure com a proprietária gestora Sra Eva Maria H. Abufaiad.

De modo geral, a logística de recepção ao turista implica, neste caso, em aproveitar a estrutura institucional governamental onde o acesso à ilha do Marajó ocorre via fluvial seja por balsa ou por barcos, ambos com uma média de percurso de 3 horas, com chegada no porto de Camará, área municipal de Salvaterra.

Depois há um acesso rodoviário, em estrada de asfalto, de cerca de 30 km até ao local de embarque da balsa que faz a travessia entre os municípios de Salvaterra e Soure. O tempo de deslocamento da travessia é de aproximadamente 15 minutos.

Deste ponto, isso é da chegada da balsa em Soure os turistas que dispõem de veículos, percorrem cerca de 4 km até a residência urbana da proprietária da Fazenda Bom Jesus. Os que estão sem transporte negociam formas de acesso até a residência, seja de táxi ou no veículo da fazenda, para ir buscá-los em seus pontos de hospedagem, ou de Van, cujo serviço é incluso pela rede hoteleira da região. Também é possível ir a pé.

Seu atrativo turístico principal é um programa de onde é possível o contato direto com espécies de bubalinos:

Denominado pela proprietária gestora como “brincar com os búfalos” a visita divide-se em quatro (4) momentos. Inicialmente o grupo de visitantes (mínimo de duas e máximo de 20 pessoas) é recebido na varanda da casa, sede de fazenda Bom Jesus (Figura 3), onde se apresentam à proprietária gestora e sua mãe com os votos de boa estada e bom divertimento no município de Soure.

Figura 3- Fachada da Fazenda Bom Jesus Soure



Fonte – Corradi. A (2007)

Depois, o grupo encaminha-se a uma área próxima ao curral e estábulos da fazenda, passando por algumas construções representativas da casa de vaqueiros (funcionários básicos da lida no campo).

Neste momento, há a explicação da estrutura de uma fazenda marajoara com casa-sede e seus retiros (micro fazendas localizadas nas extremidades ou em pontos estratégicos das fazendas, os quais possibilitam melhores opções para o tratamento do gado e a locomoção dos tratadores).

Na área próxima ao curral, estão posicionados três funcionários segurando três búfalos. Com o grupo reunido, a proprietária gestora explica a origem e as

características básicas das raças de bubalinos criados no Pará, (Figura 4), salientando também algumas crenças e mitos existentes sobre a raça e sua criação. Como exemplo, o comentário que o gado chegou aqui originário de um naufrágio e ainda pela importação das espécies.

Figura 4 – Visita aos currais da Fazenda Bom Jesus



Fonte – Corradi,A (2008)

Depois das explicações se presencia uma demonstração de adestramento de um bubalino que após deitar sobre o comando da proprietária é colocado à disposição dos turistas/visitantes, para que possam ser fotografados junto ao animal, assim como fazer contato físico com ele, com carinhos e afagos. Também sob a orientação dos funcionários/vaqueiros, os turistas podem montar nos demais animais e dar um pequeno passeio pela área.

No segundo momento, ocorre a visita a uma capela construída com material antigo e tradicional das obras marajoaras que detém em seu espaço uma mostra de arte sacra com imagens com características barrocas do século XVIII e XIX. Neste espaço, há explanação de algumas ações ligadas à responsabilidade social, desenvolvida na fazenda, na forma de programas de preservação e de educação ambiental.

No terceiro momento, o grupo participa de uma degustação de sucos da época e canapés feitos de torradas de pão e geléias regionais, também é oferecido cafezinho e solicita-se de todos a assinatura no livro de registro da fazenda, uma tradição das fazendas marajoaras.

Por fim, no quarto momento, os turistas/visitantes são encaminhados a um passeio nas proximidades da reserva florestal onde podem fotografar e visualizar uma grande variedade de animais silvestres e selvagens¹⁸ originários da região. Aqui se destacam os guarás.

4.4.1.2 Aspectos econômicos

A fazenda Bom Jesus é uma das mais antigas do Marajó, tem mais de 60 anos no ramo da agropecuária e passou a atuar no turismo com disponibilidade de visitação há 13 anos.

¹⁸ Animais que nascem na região sem controle de criação como pássaros diversos, cotias, antas, jacarés entre outros. Dos pássaros regionais um dos mais famosos são os guarás pelo seu atrativo visual de ostentar uma coloração avermelhada vibrante durante as suas etapas de desenvolvimento.

Segundo a proprietária gestora, o turismo é uma atividade levada a sério, mas não representa economicamente uma força na propriedade por estar ainda no ciclo de vida de uma região turística, defendida por Butler (1980) apud Azevedo (2007)¹⁹, em sua fase inicial como produto.

Neste estágio de exploração, a base do empreendimento detém cerca de 80% de suas atividades na pecuária, seja de bovinos ou bubalinos e 20% no plantio de coco.

Ainda nos aspectos econômicos, reforça-se que a proprietária fala 6 (seis) idiomas, atendendo às demandas dos turistas e se estabelecendo como um diferencial aos que freqüentam o município.

Conforme a informação da proprietária, os turistas, em maior incidência, são franceses, alemães, italianos e portugueses. Em nível nacional a maior freqüência é de paulistas, paranaenses e gaúchos.

A média geral de visitas são de 10 a 18 pessoas por dia, operacionalizando-se com os preços que variam entre R\$25,00 a R\$30,00 por pessoa. A oscilação dos preços depende da disponibilidade de transporte do turista e por contato indireto, por preços menores considerando os turistas encaminhados pelos empreendimentos parceiros. Assim a renda bruta média diária originária das visitas turísticas perfaz R\$ 420,00.

¹⁹ Segundo Azevedo Luíndia (2007; 41-42) O Modelo Ciclo de Vida de Butler “de uma região turística apresenta 4 fases: exploração, desenvolvimento, consolidação e estagnação e todas estas fases estão relacionadas com o fluxo de turistas. Na fase de exploração o crescimento é lento nas vendas porque os custos de promoção e distribuição são altos; em desenvolvimento há uma melhora substancial dos lucros com uma rápida extensão das vendas; na consolidação pode haver um período de redução de crescimento das vendas porque o produto foi aceito pela maioria dos compradores. Entre a consolidação e a estagnação existe uma área de ação crítica que pode ter como consequência a renovação onde se pode apresentar outro produto ou fazer uma revitalização no mesmo. Esse modelo tem um efeito muito importante no turismo sustentável porque aparece em cada fase fatores positivos e negativos.”.

A promoção do empreendimento, segundo a proprietária, está limitada às indicações oriundas dos hotéis da região, dos hotéis parceiros e da repercussão do “boca-à-boca” que, de certa forma, é um dos meios de comunicação mais usados em processos de produto de turismo sustentável.

Sobre a promoção e divulgação, notou-se que numa busca na *web* podem ser encontradas diversas referências do empreendimento em *sítes* ligados ao turismo²⁰, sejam de órgãos e instituições públicas, de empresas promotoras ou prestadoras de serviços de turismo, de agências, de operadoras, de hotéis, entre outros.

4.4.1.3 Aspectos Socioculturais

As ações desenvolvidas na fazenda, seja a pecuária, a agricultura ou o turismo, são simultâneas, portanto são considerados como mão-de-obra. Os 50 empregados são registrados de acordo com a legislação trabalhista.

Na atividade turística, as visitas têm hora marcada, portanto acontecem das 14:30h às 18h. Neste período estão envolvidos cinco funcionários, sendo duas senhoras de apoio no coquetel e três vaqueiros²¹, que desempenham

²⁰ Guia 4 Rodas-http://viajeaquil.abril.com.br/g4r/busca/atracoes/pop_atr.php?cod_atracao=134575Brasil Local-
<http://www.brasilocal.com/para/arari/soure.html#=#=media>
Alis adventure <http://aqsouza.multiply.com/journal/item/20>
Echo Tour Operatorhttp://www.echo.tur.br/rot_marajo_aventura.htm
Eco Viagemhttp://www.ecoviagem.com.br/hotel-hospedagem/para/soure-ilha-de-marajo/ho_tel-marajo.asp
Portal Brasileiro de Turismo – MTUR - http://www.braziltour.com/site/pl/cidades/materia.php?id_cidade=7744®ioes=1025&estados=1222

²¹ Funcionários das fazendas marajoaras que trata do gado.

atividades de apoio operacional, no trato dos búfalos que ficam disponibilizados para os turistas.

Os vaqueiros não têm treinamento direcionado, ou específico para atividades do turismo, apenas recebem orientação da proprietária para procedimentos quanto à postura e ao comportamento diante das pessoas visitantes.

A proposta da visita é mostrar ao turista como é o trabalho dos vaqueiros e como eles tratam o gado, cuidados com equipamentos, entre outros.

Sobre os aspectos socioculturais, reforça Abufaiad (2008) que os seus empregados e respectivos familiares têm uma postura orgulhosa e preservacionista em suas atividades profissionais e culturais, das condições de vida/lida do campo.

Afirma ainda a proprietária que ao mesmo tempo os empregados e suas famílias se preocupam em se apresentar bem, aprimorando suas atitudes, seus comportamentos e falas diante dos turistas, “falam sem vergonha do que são e explicam claramente como desenvolvem suas atividades, e também se vestem com mais esmero e cuidados de auto-apresentação”.

Ainda segundo informações da proprietária os funcionários possuem agora, uma dimensão da importância de tratar bem o turista, pois além de ter oportunidade de conhecer pessoas novas, que acolhem sua cultura, também recebem gratificações, como gorjetas e presentes dos pelo bom serviço

prestado. Alguns funcionários, inclusive, já falam algumas palavras em outros idiomas como o francês e inglês.

Conforme depoimento, há cinco anos os turistas vêm demonstrando serem pessoas mais conscientes de um comportamento e de uma postura de maior respeito ao meio ambiente. Este aspecto vem demonstrando mais sensibilização e conscientização em relação ao meio ambiente, não só em relação ao destino do lixo, mas também em respeito ao espaço e aos animais integrantes do atrativo da visita, sejam os bubalinos ou os animais silvestres.

Contudo, conforme Abufaiad, ainda se faz necessário explicar a cada visitante que não é permitido cutucar ou jogar coisas para os animais.

Culturalmente, a fazenda dá ênfase à sua atividade econômica principal - a pecuária - já que mais de 40 anos de atuação no setor sendo gerenciada por uma mulher, que se tornou reconhecida por sua capacidade e experiência profissional como veterinária.

Diante do exposto, a proprietária também passa a ser um elemento de atratividades socioculturais das atividades da fazenda rural ao receber os turistas pessoalmente, inclusive se expressando em seis idiomas.

No contexto de uma empresa familiar, a participação da genitora e da proprietária também são pontos de atratividade. Elas são responsáveis pelo coquetel oferecido aos turistas e supervisionam a produção de geléias de frutas regionais.

4.4.1.4 Aspectos Ambientais

Há um limite de carga de 20 pessoas por visita, troca sistemática dos búfalos de demonstração para que não se estressem, explicações de comportamento e procedimentos no campo, uso de produtos regionais no lanche.

A fazenda não sofreu qualquer tipo de alteração específica nos últimos anos para atender aos turistas, usa sistema de abastecimento de água de poço artesiano e energia elétrica oriunda da rede pública convencional. Disponibiliza sanitários distintos para atendimento do público masculino e feminino, devidamente higienizados.

No momento da exposição da capela, na visita programada, são vistos os cuidados e procedimentos de manutenção não só quanto à limpeza, como também quanto à preservação da madeira do assoalho, feito por reaproveitamento de material antigo e tradicional das construções marajoaras.

Os móveis expostos são de época, oriundos dos séculos XIX e XX, portanto incluem nos procedimentos restrições quanto ao uso de flash fotocinematográfico, diante das obras sacras e móveis expostos na capela da fazenda.

A fazenda tem uma área distinta destinada à pecuária, ao plantio do coco e também à área de reserva florestal, mas não há ações programadas e sistematizadas de reflorestamento ou de manejo florestal.

A visita não tem ações diretas na área da pecuária, já que os búfalos usados para exposição e montaria dos turistas, são de certa forma, adestrados para atender à demanda dos visitantes. Já na área de reserva florestal, o acesso é limitado e controlado, em relação ao nível de aproximação dos animais silvestres e selvagem da área.

A Fazenda Bom Jesus não desenvolve ações de responsabilidade social ligadas à ação “visita turística”, mas atua em dias específicos promovendo visitas do produto turístico para crianças ligadas a escolas públicas e privadas de Soure, dos municípios vizinhos e da capital do Estado, promovendo uma visão de como é a vida no campo para as crianças que só conhecem a vida urbana. Em média, esse atendimento envolve cerca de 400 crianças por ano. São sistematizadas as visitas de grupos de estudantes de escolas públicas e privadas, onde há a aproximação e apresentação das formas de viver no campo às crianças da cidade.

Também sob os aspectos de responsabilidade social, existe um convênio feito com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA – em que os animais aprendidos pelo órgão são encaminhados à área de reserva de floresta existente nas proximidades da casa-sede da fazenda usada como área de tratamento e preservação.

4.4.1.5 Aspectos Mercadológicos

A fazenda Bom Jesus dispõe de um produto turístico que é a visita às suas instalações. Esse é um elemento de oferta turística regional, apesar de não manter qualquer tipo de promoção mais elaborada pela mídia, como, por exemplo, a divulgação turística destes atrativos, como os *site/ page web* próprio, programas de mala-direta por email, *folders*, campanhas publicitárias *in* ou *out door*.

Mas contudo numa busca na *web*, a fazenda pode ser encontrada em diversas referências de *sites* oficiais dos governos federal e estadual, *sites* de aventura e turismo, *blogs* com depoimentos de visitantes, agência de operadores de turismo entre outros. Nestes espaços, via internet é possível encontrar características do produto, Fazenda Rural Bom Jesus e depoimentos sobre o mesmo com informações obtidas nos demais empreendimentos ligados ao APL de turismo local especificamente.

Neste sentido há um acordo com o Hotel Guarás de Salvaterra, município vizinho, que envia seus hóspedes pela oferta de um pacote de atratividade rural local. Mas no município de Soure, a divulgação da visita promovida na fazenda ocorre mais por dedicação e curiosidade do turista do que por uma ação de parceria ou de integração básica de subsistência de um APL.

Sua maior forma de divulgação é o histórico “boca-à-boca”, conforme diz a proprietária, decorrente das pessoas que já estiveram no local.

4.4.1.6 Análise Swot – Fazenda Bom Jesus – Soure

No segundo momento, há uma busca pela padronização na análise de viabilidade dos produtos turísticos oferecidos pela fazenda Bom Jesus, reforçando e confrontando os dados por meio da análise de Swot dos aspectos de natureza da atividade turística, socioculturais, econômicos, ambientais e mercadológicos.

A análise de Swot é um método que dimensiona as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades estabelece similitudes e diferenças acerca da situação nos aspectos de acesso, promoção/divulgação, fluxos turísticos e parcerias.

Sendo assim apresenta-se (Quadro 13) com os elementos referentes a Análise Swot da Fazenda Bom Jesus:

Quadro 13 – Análise Swot da Fazenda Bom Jesus – Soure

Aspectos		
Acesso	Forças	Fraquezas
	Estrada disponível da sede do município até à fazenda durante o	Não há meios de transporte próprio para atrair os visitantes

	ano todo. Tem veículo disponível para transporte de visitantes dentro de Soure.	desde de Belém.
	Ameaças	Oportunidades
	Tempo de duração e nível de conforto/desconforto na viagem de Belém – Soure.	Possibilidade de ter uma linha de embarcação Belém – Soure direto.
Promoção/divulgação	Forças	Fraquezas
	Promoção do “boca-à-boca”. Tem citações na web em diversos sites ligados ao setor turismo	Não há material específico próprio.
	Ameaças	Oportunidades
	Falta de integração dos instrumentos de comunicação; a exemplo da tecnologia virtual. Falta de campanhas de divulgação do turismo rural e do empreendimento.	Criação de instrumentos próprios e específicos. Criação de campanhas próprias de divulgação.
Fluxos turísticos	Forças	Fraquezas
	Presença de turistas nos meses considerados de verão/seca na região. Manutenção do sistema de transporte durante o ano de maneira regular.	Ausência de turistas nos meses considerados de inverno/chuvas na região
	Ameaças	Oportunidades
	Impactos decorrentes de problemas socioeconômicos regional e nacional	Promover facilidades para os turistas regionais e nacionais
Parcerias	Forças	Fraquezas
	Contatos e acordos com um empreendimento hoteleiro	Falta de maior integração e acordos com a rede hoteleira
	Ameaças	Oportunidades
	Não ter interrelacionamento com demais atores sociais do turismo, o que não estimula o fluxo de turistas na região	Estabelecer contatos que venham ajudar na manutenção dos fluxos turísticos

Fonte – Dados obtidos em pesquisa de campo- Corradi- (2007/2009)

4.4.1.7 - Resultados e discussão da Fazenda Bom Jesus

A compilação dos dados referentes à atividade turística da Fazenda Bom Jesus em seus dois enfoques: (1) aspectos ligados à natureza da atividade,

socioculturais, econômicos, ambientais e mercadológicos; (2) análise Swot com elementos de logística de acesso, promoção/ divulgação, fluxos turísticos e parcerias, até então apresentados, permeia na identificação da capacidade empreendedora de prover o segmento turismo rural na localidade, no caso município de Soure.

Assim os resultados obtidos na fazenda Bom Jesus refletem os seguintes pontos nos itens de logística de acesso: aspectos socioeconômicos, na relação dos elementos econômicos e mercadológicos indicando as potencialidades de viabilidade do produto turístico.

As condições de acesso dos turistas na área da Fazenda Bom Jesus implicam na utilização do sistema institucionalizado comercialmente por concessão estadual de exploração na parte fluvial, seja via balsa ou barcos e na parte terrestre. O não uso da logística pública implica que os turistas têm que usar recursos próprios, ou mesmo utilizar os serviços oferecidos por outros agentes de serviços turísticos, pois a fazenda dispõe próprio apenas um veículo que pode ser utilizado no transporte dos turistas.

A estrada de acesso à fazenda esta disponível durante todo o ano, não sofrendo interrupções por conta das condições climáticas, comum na região com as alterações de chuvas/inundações e seca. Este fator se apresenta como uma vantagem competitiva quanto às demais fazendas.

Segundo a proprietária das atividades desenvolvidas na fazenda Bom Jesus²², a prioritária é a pecuária, a secundária é a agrícola, com o plantio de coco, e a turística não tem para sua avaliação pessoal representatividade econômica.

Mesmo assim, registra-se que a média de visitação à fazenda Bom Jesus²³ no período identificado como baixa temporada (inverno/chuvas) meses de dezembro a junho é de 12,14% e no período de alta temporada (verão/ seca) é

²² Não foram fornecidos os dados, em relação aos valores ou porcentagem econômicas das atividades pecuária e agrícola.

²³ Os percentuais obtidos a partir de informação e dados fornecidos pela proprietária, em pesquisa de campo no período de 2007/2008.

de 73,33%. Isto representa uma média anual de 42% de visitantes participando da atividade turística oferecida.

Das fazendas integrantes do PDOT, desde de 2000, a fazenda Bom Jesus é a única a atuar apenas com o produto visitação, sem hospedagem como as demais fazendas. Elementos de atratividade apontam para a ênfase ecológica e culturais conforme (Quadro 14).

Quadro 14 – Enfoques de atividades desenvolvidas para Fazenda Bom Jesus – Soure

Atratividade	Enfoque de turismo ecológico	Enfoque de turismo cultural
Apresenta�o de flora e fauna	X	
Observa�o etnobotânica	X	
Montaria de gado	X	
Museu de arte sacra		X

Fonte- dados obtidos em pesquisa de campo – Corradi (2007/2008)

Nos aspectos socioculturais e econômicos a fazenda Bom Jesus   uma empresa familiar de origem essencialmente agropecuária.   uma das pioneiras no desenvolvimento de atividades turísticas, não dispõe de programas de capacita o profissional específicos na forma o e utiliza o de seu quadro funcional para a atividade turística. As adequa es necessárias para o desenvolvimento de seu quadro funcional para atuar com o setor turismo são implementadas sob o enfoque pessoal dos gestores e não na forma de treinamentos específicos disponíveis aos serviços e produtos turísticos, a exemplo do SEBRAE/PA e outras consultorias.

Os funcionários são devidamente registrados, de acordo com a legisla o trabalhista e alguns são orientados e direcionados para o atendimento das necessidades da demanda turística na concretiza o do produto turístico: a visita o.

Destaca-se também, nos aspectos sociais, que a fazenda Bom Jesus desenvolve junto à rede educacional, tanto local como regional, algumas atividades de interrelacionamento comunitário promovendo ações de cuidados e conhecimentos ambientais para os estudantes dos níveis fundamental e médio

Em relação aos aspectos de ações de preservação do meio ambiente há ação pelo convênio com o IBAMA recebendo animais para cuidados e guarda.

No tocante aos aspectos econômicos, os dados obtidos na fazenda Bom Jesus, identificam uma necessidade de ações mais pontuais na implementação das políticas públicas em diversos pontos como melhoria de infraestrutura de transporte, e também melhoria nas ações de promoção não só da região, mas também dos produtos e serviços oferecidos.

Em relação ao tema mercado, faz-se uma relação com os aspectos de promoção no atendimento às necessidades de divulgação dos produtos turísticos da fazenda Bom Jesus, como sites, blogs, emails dentre outros.

Assim a fazenda Bom Jesus não tem um sistema integrado de promoção e divulgação, o que vem a limitar, de certa forma, a sua possibilidade de articulação no contexto da cadeia produtiva turística, nacionais e internacionais. Limitando, conseqüentemente, as alternativas de incremento da demanda turística.

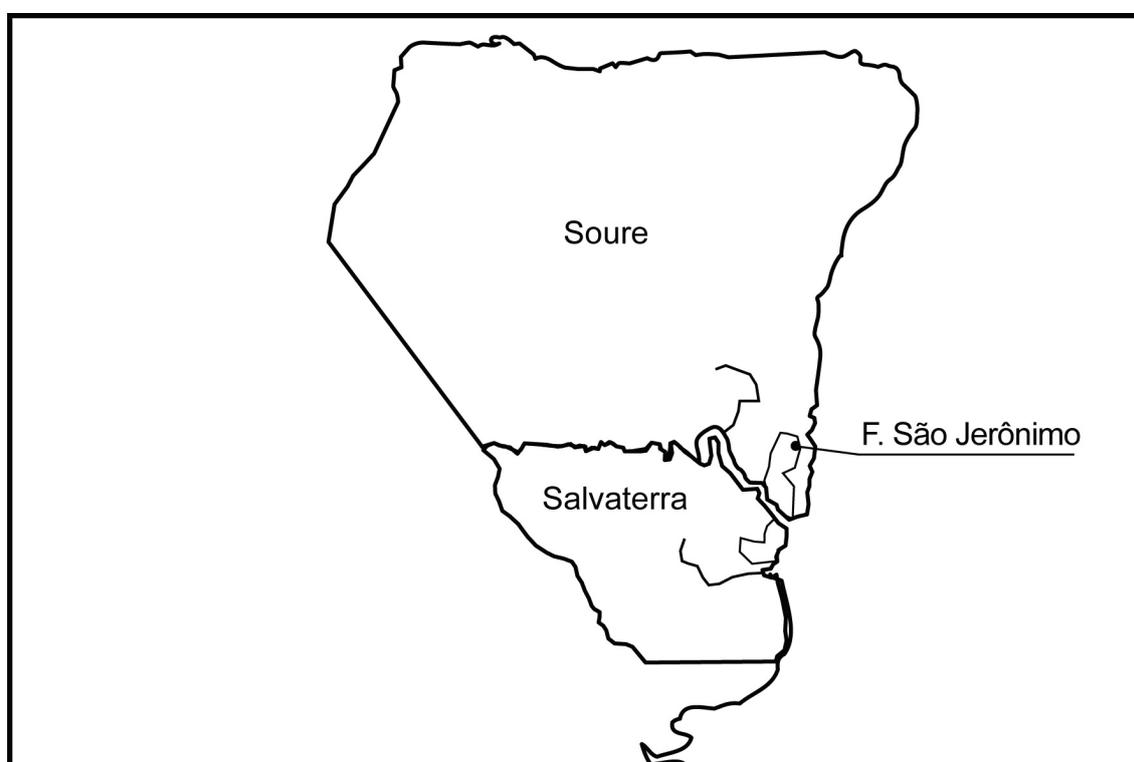
4.4.2 Fazenda São Jerônimo – Soure

I. C. Barbosa de Brito- ME

Rodovia Soure- Pesqueiro, km 3

Proprietário responsável- Raimundo Cordeiro de Brito

Figura 5- Localização da Fazenda São Jerônimo – Soure



Fonte – Pretz C. P, (2009)

4.4.2.1 - Natureza da atividade

A fazenda têm cerca de 40 anos com produção de coco, e um pequeno rebanho de bubalinos e cavalos marajoaras²⁴, iniciou suas atividades em

²⁴ Os dados estatísticos e percentuais não foram divulgados em relação os aspectos pecuários e agrícolas pelo proprietário. Houve uma indicação que a produção destas atividades não chegam a ter um significado de rentabilidade econômica.

turismo há seis anos e, legalmente, se constituiu, em 2008, como a razão social de I. C. Barbosa de Brito.

Localiza-se na estrada Soure-Praia do Pesqueiro (Figura 5) distante cerca de 5 km da referida praia e a 6 km do centro do município, a 3 km do aeroporto municipal e a 7 km do acesso à balsa que interliga o município com Salvaterra.

As ações de recepção aos turistas e visitantes acontecem por parcerias de indicação dos demais agentes de turismo na região, que propalam o passeio e a hospedagem na fazenda São Jerônimo. Portanto como logística de acesso é usado a estrutura do município, ou seja o acesso por balsa e embarcação das linhas comerciais existentes.

Especificamente, para a atividade passeio há indicação dos demais integrantes da rede hoteleira da região até à fazenda São Jerônimo. Os turistas usam seus carros ou podem utilizar o sistema de Van ou táxis da cidade. A fazenda não tem nenhum sistema próprio de locomoção para os turistas.

Suas atividades turísticas (figura 6) iniciais surgiram quando sua área serviu de locação para a realização da produção de um dos programas de *Reality Show* de aventura da Rede Globo –No Limite-3²⁵ (2001).

²⁵ A terceira e última temporada estreou no dia 28 de Outubro de 2001 e se tornou uma volta à primeira temporada da série. Gravada na Ilha de Marajó, a competição mudou muito pouco. Com 12 jogadores, divididos em duas tribos de 6 e uma fusão com 7 participantes. Após 3 eliminações, foi disputada a semi-final com apenas 4 pessoas. Duas seguiram direto para a final, enquanto os 6 últimos eliminados foram para o Vale dos Exilados, onde competiram pela volta ao jogo. A extinção do programa No Limite se deve ao fato de o produtor do programa Survivor, Mark Burnett, ter acusado o programa brasileiro de ter copiado a versão americana. Segundo ele, não haveriam problemas se o programa fosse um formato comprado, para uma adaptação. Porém, por ter sido copiado e, portanto, sem autorização da emissora detentora dos direitos originais, a Rede Globo foi processada e, ciente de uma derrota, determinou o fim do No Limite. (http://pt.wikipedia.org/wiki/No_Limite#No_Limite_3 acesso em 12/12/2008)

Figura 6 – Fachada da entrada da Fazenda São Jerônimo- Soure



Fonte – Corradi. A (2008)

Aproveitando, portanto, os espaços/cenários criados à época pela equipe de produção da Rede Globo, quando o proprietário disponibilizou para visita. Como apoio ao pernoite das visitas, foram construídas cinco suítes, tipo triplo, com ar condicionado, frigobar e varanda individual.

A infraestrutura possui uma área comum que comporta um restaurante com capacidade para 80 pessoas, que pode ser utilizada para eventos, reuniões e apresentações culturais. Algumas áreas são utilizadas para aventuras radicais como rafting, labirinto, tirolesa, criadas pelo programa.

Atualmente, apesar de oferecer hospedagem, o foco das atividades turísticas da fazenda é direcionado aos passeios que envolvem trilhas (caminhadas em

mata de vegetação típica da região – manguezais), passeios de barco e montaria de búfalos, assim como aluguel de cavalos marajoaras (raça típica de região).

Já a fazenda São Jerônimo funciona como restaurante, prioritariamente, no horário de almoço e em finais de semanas, sendo que, a mesma, já participou de encontros gastronômicos nacionais²⁶ representando pratos típicos regionais vencendo as categorias pela a região Norte.

Por meio de um acordo feito com um conhecido *chef* da cozinha paraense, Paulo Martins, o restaurante da fazenda faz parte de um projeto piloto de turismo gastronômico no Estado do Pará.

4.4.2.1.1 Dinâmica do produto turístico: Visitação

Com duração de aproximadamente 2h30min podendo atender a grupos de até 8 pessoas por embarcação, o produto turístico visitaçã se divide em cinco momentos.

Inicialmente, o grupo de visitantes /turistas é orientado quanto ao uso de calçados e vestimentas adequados para percorrer os trechos de mata ciliar da região, antes de ser conduzido por uma trilha a pé, de mata ciliar por cerca de 30 min. Neste, o guia, geralmente o proprietário, que também fala em inglês básico, explica detalhes sobre o tipo de vegetação e fauna local.

²⁶ Publicado no Jornal Liberal de 15/08/2006 sob o título "Culinária do Marajó é estrela de série"o lançamento do no segundo volume da coleção "Sabores do Brasil", um DVD e um livro que retrata a culinária típica da região através da sabedoria popular e de receitas criadas pelo *chef* Paulo Martins.O DVD, digirido por Camila Kzan, tem um documentário de trinta minutos com depoimentos colhidos entre os moradores da ilha e receitas regionais, as quais também estão no livro ilustrado com fotos de Renato Chalu, diretor de fotografia do vídeo. O projeto é patrocinado pela Tim e pelos Supermercados Nazaré.

No segundo momento, o grupo vai num barco a remo, com capacidade para dez pessoas, inclusive com a disponibilidade de coletes salva-vidas para os turistas, no trajeto do rio Tucumandubinha até o rio Pará.

Durante o passeio há explicações sobre o tipo de embarcação usado, montaria, como proposta de preservação do meio ambiente, pois não há poluição pelo uso de combustível, o que evita o assoreamento das margens e, ainda, por reduzir barulhos e ruídos que venham a prejudicar a vida da fauna e flora.

No terceiro momento, tem uma nova caminhada do grupo dentro da área de mangal pelas palafitas (pontes, neste caso, feitas de bambu ou tabocas). Esse trecho implica numa caminhada de cerca de 350m entre as raízes aéreas dos mangais e sob a sombra dos mesmos, cujos troncos podem alcançar alturas de mais de 40m.

Saindo do mangue, o grupo, no quarto momento do passeio, anda por uma praia, que conforme a época do ano, sofre influência das águas do oceano Atlântico.

Nesta praia, há uma maloca construída segundo a tradição local com cobertura de folha de buriti, onde os visitantes/turistas podem degustar água de coco.

No quinto e último momento, há búfalos preparados para a montaria, guiados por adolescentes da região que repassam aos visitantes/turistas algumas curiosidades da cultura local, da fauna e da flora disponíveis no trajeto de cerca de 20min até à sede da fazenda.

4.4.2.2 Aspectos econômicos

A fazenda São Jerônimo foi registrada, como uma microempresa legalmente, em 2008. Atua com o turismo há 6 anos e funciona como fazenda rural de

pequeno porte cerca de 40 anos, segundo Brito (2008)²⁷ com uma pequena criação de gado bubalino, de cavalos marajoaras e produção de coco.

A fazenda, considerando suas dimensões e sua atividade agropastoril de pequeno porte, atua com o trabalho do proprietário, esposa e mais dois funcionários permanentes.

Quando há um fluxo maior de turistas ou necessidade específica da lida no campo como a criação ou com o colheita de coco, segundo o proprietário, há contratação de alguns funcionários temporários de maneira bem esporádica. Neste contexto, a fazenda funciona mais como residência dos proprietários.

Atualmente, a rentabilidade obtida, segundo o proprietário, da atividade turística está diretamente ligada ao produto passeio. O valor do passeio é de R\$ 40,00 por pessoa, e a média é de 15 visitantes por semana, portanto perfaz uma renda de R\$600,00 semanal somente com o produto passeio.

Quanto à hospedagem, os preços da diária variam entre R\$ 110,00 a R\$150,00 do *single* ao triplo com direito ao café da manhã. Contudo, é comum a venda de pacote por período de menor fluxo turístico: 1 noite e 2 dias por R\$ 400,00 por pessoa com direito ao café da manhã e refeições. Na alta temporada, o maior pacote corresponde a 4 noite e 5 dias ao preço de R\$ 800,00.

Segundo o proprietário, a taxa de ocupação nos meses de junho a dezembro, considerados de maior faturamento, é de 50%, gerando aproximadamente cerca de R\$1.600,00.

Desta forma, segundo o proprietário, a relação custo de manutenção e receita média, de acordo com o fluxo de ocupação para a atividade hospedagem, não está compensando. No momento está sendo avaliada a possibilidade de transformar a hospedagem em locação das suítes nos meses de férias (janeiro, fevereiro e julho) ou por temporadas.

²⁷ Entrevista de pesquisa de campo realizada com o Sr Raimundo Brito, proprietário da Fazenda São Jerônimo em 20/12/2008.

A fazenda manteria desta forma, o foco da prestação de serviços nas visitas de passeios, alugueis de animais e na disponibilidade do restaurante. A média do preço das refeições é de R\$30,00.

De acordo com o modelo ciclo-de-vida do produto turístico, no foco da hospedagem e dos passeios se encontra na fase exploratória, buscando seus potenciais e vantagens.

Salienta-se que a base financeira da fazenda São Jerônimo²⁸ é a produção do coco e aposentadoria do casal de proprietários, que reconhecem que os custos das atividades turísticas são maiores do que seus benefícios.

4.4.2.3 Aspectos Socioculturais

A fazenda São Jerônimo, embora registrada como micro-empresa, atua apenas com a força de trabalho do proprietário, sua esposa e mais dois empregados permanentes e, esporadicamente, chega a contratar prestadores de serviços específicos. Sem vínculos profissionais ocasionalmente, conta com a ajuda e a participação de parentes como filhos e cunhados tanto nas necessidades da lida no campo como no atendimento das atividades turísticas.

Ocasionalmente, o proprietário e sua esposa participam de treinamentos, palestras e reuniões promovidas pelo Governo do Estado pela Paratur, ou mesmo pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Pará – Sebrae/Pa e demais entidades que venham promover ações de turismo na região.

²⁸ Os valores específicos não foram divulgados pelo proprietário.

4.4.2.4 Aspectos Ambientais

A exploração turística da fazenda São Jerônimo se iniciou utilizando na infraestrutura de construção da área de hospedagem o sistema de alvenaria. Na área comum, o restaurante, foram utilizados materiais como madeiras, palhas reaproveitadas da mata local, indicando o uso de formas tradicionais de construção utilizadas na própria ilha.

A fazenda usa energia elétrica fornecida pela concessionária oficial do município e o sistema de água é de poço artesiano e o saneamento é feito por fossa séptica.

No geral, há uma preocupação local por programas de preservação. Os atos de preservação estão diretamente ligados em sua concepção aos mitos locais que se manifestam em ações específicas, assim como, o material coletado para construção das pontes/palafitas, por exemplo, só é coletado, seguindo as lendas e mitos locais em noite de lua certa para durar mais. Os animais criados na fazenda (bubalinos ou equinos) são para uso restrito das atrações turísticas propostas.

A fazenda, potencializando a sua área de mata natural, em função de convênio com o IBAMA, recebe animais apreendidos pelo órgão, mas que não necessitam de tratamento veterinário específico.

4.4.2.5 Aspectos Mercadológicos

A proposta da fazenda São Jerônimo, de acordo com o proprietário, é se manter no setor turismo melhorando os produtos: visita e restaurante, fortalecendo assim as características de diferenciação dos demais produtos oferecidos pelos concorrentes.

Considerando a promoção e divulgação como elemento motriz do posicionamento no mercado, e na busca de fortalecer a relação oferta e demanda do setor turístico, a fazenda São Jerônimo é referenciada na região como produto. Na promoção de seus produtos turísticos a Fazenda utiliza como processo de divulgação um *site* <http://www.fazendasaojeronimo.hpg.ig.com.br/pousada.htm>, assim como numa *web*²⁹ aparece, ora como citações, ora como *link* de referência de *sites* oficiais dos governos Federal e Estadual, assim como de agências e operadoras de turismo, até mesmo em *sites* de aventura.

Ainda como instrumentos de divulgação e promoção nacional tem o uso de folder produzido em papel *couchê* e colorido com endereço, telefones e email para contato.

Incrementando o processo de divulgação pelo sistema de articulação de informações, há também ações de parceria informal com a rede hoteleira da região, nos municípios de Soure e Salvaterra. Mas não há qualquer ação ou parceria institucionalizada, por exemplo, com a Paratur, buscando atingir

²⁹ Eco Viagem <http://www.ecoviagem.com.br/fique-por-dentro/viajantes/equipe-ecoviagem/viagens-nacionais/ilha-de-marajo-fazenda-sao-jeronimo-6121.asp>

Mundi beta – Procurador de Viagens <http://www.mundi.com.br/Hotel-Fazenda-Sao-Jeronimo-Soure-133875.html>

Cia e EcoTurismo http://www.ciaecoturismo.com.br/destinos/hospedagem.asp?dest_ino=16&idioma=pt&type=1

Guia 4 Rodas http://viajearqui.abril.com.br/g4r/busca/hoteis/pop_hosp.php?cod_ho_sp=161121&destino=7201

diretamente os turistas e os parceiros agentes de turismo em nível internacional.

Apesar de todos os instrumentos de divulgação Brito (2008) salienta que o sistema “boca-à-boca” realmente é bem eficiente e que recebe muitos turistas que vêm indicados pelos turistas que já estiveram na fazenda.

Mesmo na informalidade, a parceria existente entre a rede hoteleira local, envolvendo os municípios de Soure e Salvaterra, implica no incremento de elementos potencializadores das características de um Arranjo Produtivo Local APL.

4.4.2.6 Análise Swot Fazenda São Jerônimo – Soure

No segundo momento, de observação dos dados, sobre a fazenda São Jerônimo se estabelecem as relações dos pontos de força, fraqueza, ameaças e oportunidade sintetizadas no (Quadro 15).

Quadro. 15 – Análise Swot da Fazenda São Jerônimo – Soure

Aspectos		
Acesso	Forças	Fraquezas
	Proximidade da sede do município. Estrada disponível durante todo o ano.	Não possui logística de transporte com veículo próprio para atender à demanda em Soure. Sem transporte próprio para atrair o turista de Belém a Soure.
	Ameaças	Oportunidades
	Tempo de duração e o nível de conforto e desconforto na viagem de Belém-Soure	Possibilidade de ter uma linha comercail de embarcação Belém –Soure direto. Montar logística prrópria desde de Belém.
Promoção/divulgação	Forças	Fraquezas
	Tem folhetos e site próprio. Citações na web em diversos sites ligados ao setor turismo.	Não tem integração maior entre seus prrórios instrumentos de comunicação
	Ameaças	Oportunidades
	Melhor aproveitamento da integração dos instrumentos de comunicação virtuais	Produção de uma campanha própria de divulgação.
Fluxos turísticos	Forças	Fraquezas
	Presença regular de turistas nos meses considerados de alta temporada verão/seca na região.	Ausência de turistas nos meses considerados de baixa temporada inverno/chuvas na região
	Ameaças	Oportunidades
	Reduzido fluxo de turistas (estrangeiros, nacionais e regionais) para atividade hospedagem	Promover facilidades e condições de atratividade de turistas em geral.
Parcerias	Forças	Fraquezas
	Contatos e acordos informais com a rede hoteleira de Soure e Salvaterra	Falta de maior integração e institucionalização de acordos com a rede hoteleira regional , nacional e internacional.
	Ameaças	Oportunidades
	Não estimular o fluxo de turistas na região	Estabelecer contatos que venham ajudar na manutenção dos fluxos turísticos. Implementar pacotes customizados para a região.

Fonte – Dados obtidos em pesquisa de campo- Corradi- (2007/2009)

4.4.2.7 - Resultados e Discussão da Fazenda São Jerônimo

O s resultados referentes aos dados obtidos da atividade turística da Fazenda São Jerônimo destacam dois enfoques: (1) aspectos ligados à natureza das atividades, socioculturais, econômicas, ambientais e mercadológicas; (2)

análise Swot com elementos de logística de acesso, promoção/ divulgação; fluxos turísticos e parcerias).

Na discussão de dados referentes à fazenda São Jerônimo se destacam os seguintes pontos nos itens: logística de acesso; aspectos socioeconômicos, na relação dos elementos econômicos; e mercadológicos indicando as potencialidades de viabilidade do produto turístico.

Assim como as demais fazendas objetos também há a utilização do sistema institucionalizado de transporte comercial por concessão estadual de exploração na parte fluvial, seja via balsa ou barcos e na parte terrestre.

Por sua vez, os turistas têm que ter recursos próprios, ou mesmo se utilizar dos serviços oferecidos por outros agentes de serviços turísticos, pois a fazenda não dispõe de um esquema próprio de locomoção dos turistas. Normalmente há a indicação de prestadores de serviços de transporte tipo taxi, vans entre outros.

Considera-se a localização da fazenda e a estrada de acesso a ela como ponto diferencial de potencialidade, pois fica no trecho que interliga a praia do Pesqueiro (também ponto turístico de atratividade local) e a sede do município.

Sob a responsabilidade de manutenção municipal, a estrada está disponível durante todo o ano não sofrendo interrupções por conta das condições climáticas comuns na região com as alternâncias de chuvas/inundações e seca.

Na fazenda São Jerônimo, segundo o proprietário, as atividades de pecuária e agricultura, mesmo sem divulgar os valores específicos, são atividades secundárias no desenvolvimento das atividades rurais do local. A base de receita são respectivamente os passeios e depois a gastronomia com o funcionamento do restaurante. Contudo reforça Brito (2008), “a fazenda é base residencial e a receita referente a valores de aposentadoria dos proprietários ainda é o que mantém o local.”

O proprietário revela que a média de ocupação relacionada entre as atividades hospedagem e visitação, no período identificado com baixa temporada (inverno/chuvas), meses de dezembro a junho, é de 10% e no período de alta temporada (verão/ seca) é de 50% o que representa uma média anual de 30% de turistas participando das atividades oferecida, gerando uma média de R\$960,00.

Em relação aos elementos de atratividade, a fazenda São Jerônimo destaca em seus produtos as características ecológicas de acordo com o (Quadro 16) abaixo.

Quadro 16 – Enfoques de atratividades desenvolvidas para Fazenda São Jerônimo – Soure

Atratividade	Enfoque de turismo ecológico
Apresentação de flora e fauna	X
Observação etnobotânica	X
Montaria de gado	X
Cavalgadas	X
Passeio de charretes-cavalos/búfalos	X
Passeio fluvial	X

Fonte- dados obtidos em pesquisa de campo – Corradi (2007/2008)

A fazenda São Jerônimo, nos aspectos econômicos, é registrada como micro-empresa, pois possui número reduzido e permanente de dois funcionários. Não dispõe de programas de capacitação profissional específicos na formação e utilização de seu quadro funcional para a atividade turística. Há ações de atualização e aperfeiçoamento realizadas pelos proprietários que repassam aos funcionários as informações buscando a melhoria do atendimento da demanda turística.

Apesar de se declarar sensibilizado por aspectos sociais o proprietário afirma que não participa, sistematicamente, de ações sociais, mas busca nas ações gerenciais internas, estabelecer hábitos e costumes de preservação do meio ambiente.

Mantém, neste sentido, um convênio com o IBAMA em que acolhe os animais apreendidos nas ações operacionais e fiscalização do mesmo.

Na promoção e divulgação, destaca-se um programa envolvendo diversos instrumentos de comunicação, como *folders* e *site* o que, segundo o proprietário, ajuda no repasse de informações aos turistas, assim como há um expectativa dos gestores de que haja ações mais pontuais e sistematizadas oriundas das políticas públicas reforçando as ações de divulgação dos produtos turísticos da ilha, e não a divulgação geral dos potenciais da mesma.

4.4.3 Fazenda Araruna – Soure

14.o. Rua entre 18.o. e 19.o. Travessa

Proprietário responsável- Maria Amélia Barbosa Ribeiro

Figura 7 - Localização da Fazenda Araruna- Soure



Fonte Pretz P.C (2009)

4.4.3.1 Natureza da atividade

A Fazenda Araruna localiza-se dentro da área urbana do município de Soure, na 14ª Rua entre as Travessas 18ª e 19ª, vizinha às dependências da Unidade Campi/Soure da Universidade Federal do Pará (Figura 7). Distante a 2 km do centro municipal, a 7 km do aeroporto e a 2 km do acesso da balsa de Soure a Salvaterra.

Pertence à família Edmar Barbosa há 60 anos, tendo sua ênfase nas características de agropecuária com produção de bubalinos em pequena quantidade e plantio de coco.

Há 10 anos incluiu as visitas turísticas em suas dependências e há dois anos disponibilizou hospedagem com a construção de alvenaria convencional (Figura 8) de 5 suítes, tipo triplo, com ventilador de teto, janelas teladas e TV aberta disponível em área comum. Neste local é servido somente café da manhã.

Figura 8 - Entrada das suítes da fazenda Araruna – Soure



Fonte – Corradi A. (2007-2008)

Em linhas gerais mantém uma boa taxa de ocupação nos meses de janeiro, fevereiro e julho, pois pela proximidade de localização é uma opção de professores e profissionais envolvidos com os cursos modulares oferecidos pela UFPA, períodos considerados de férias e/ou recesso no sistema tradicional de ensino brasileiro.

Já para os turistas de entretenimento, a maior procura é nos meses de julho, agosto e setembro, e segundo Ribeiro (2008)³⁰ com destaque para o público estrangeiro, com predomínio de franceses. Em nível nacional, os baianos; já no âmbito regional se destaca a presença de turistas e visitantes paraenses.

4.4.3.1.1 Dinâmica do produto turístico - Visitação

³⁰ Entrevista de campo com a proprietária Maria Amélia Barbosa Ribeiro realizada em 21/12/2008.

Especificamente a fazenda atua com vários tipos de passeios assim divididos:

- a) Passeio carroça de búfalo para percorrer os campos da fazenda, por cerca de 2 horas, depois passa por estrada interna até o trecho de praia e de área de mangue. No final do trajeto há um lanche com sucos regionais, café, leite e queijo de búfala, bolinho de farinha de tapioca e pão caseiro.
- b) Montaria de búfalo, percorrendo também campos, com trechos de praia e mangue, inclusive igarapés com observação de pássaros regionais (garças e guarás).
- c) Passeio de montaria (canoa primitiva) com capacidade para oito pessoas por embarcação, com a hora determinada pela disponibilidade da maré. O passeio percorre os limites geográficos da fazenda, pelos igarapés Manguinho, Limão e Sarue. Área de mangue termina num acesso próximo à praia do Araruna onde os visitantes caminham por 300m e recebem água de coco.
- d) Cavalgada com cavalos marajoaras, raça típica da região conhecida pelas suas características de força e resistência para enfrentar os campos alagados no período de inverno, isto é chuvas na ilha do Marajó. O passeio percorre área de estrada, campo, tesos³¹ de mangues e praia encerrando também com degustação de água de coco.

Todos os passeios reforçam os aspectos do meio ambiente e o uso de costumes das tradições pecuárias e ribeirinhas da ilha do Marajó.

4.4.3.2 Aspectos econômicos

³¹ Tesos – áreas que ficam secas nos períodos de inundações.

Para Ribeiro (2008) o empreendimento tem 60 anos de existência na área, mantendo a tradição pecuária, simultaneamente com o plantio de coco. Há cerca de 10 anos se envolveu com as visitas turísticas e recentemente, há dois anos atua no serviço de hospedagem fazendo da atividade uma força econômica também significativa.

A diária é individual e sai por R\$ 50,00, duplo R\$ 80,00 e triplo R\$ 100,00. Os passeios são divididos em carroça conduzida por búfalo, charrete, cavalgada do mangue e montaria (canoa primitiva). Todas as opções têm duração de aproximadamente duas horas com preços individuais de R\$ 20,00, exceto o passeio de montaria, que inicia no valor individual de R\$ 40,00 reduzindo para R\$20,00 quando há um número maior de visitantes. Os melhores meses para as visitas são janeiro, fevereiro, julho, agosto e setembro.

Considerando a taxa de ocupação informada pela proprietária, a média anual é de 40% o que representa cerca de R\$1.200,00 por mês no produto hospedagem e, aproximadamente, de R\$1.000,00 por mês, no composto de passeios turísticos.

4.4.3.3 Aspectos Socioculturais

A fazenda Araruna tem subdivisões de gestão, ou seja, a parte da agropecuária é prioridade do patriarca da família e a parte ligada à atividade turística é gerenciada pela Sra. Amélia Ribeiro, que envolve atendimento aos turistas por três funcionários permanentes. No apoio às necessidades dos passeios todos os envolvidos são terceirizados (carroças, canoas, guias, etc.).

Ribeiro (2008) reconhece que por ter pessoalmente outras atividades profissionais, a gestão turística está num nível amador. Segundo informação da proprietária, a mesma poderá se dedicar com mais profissionalismo nas ações turísticas realizadas na fazenda, inclusive registrando-a como micro empresa a partir do ano de 2009 junto aos órgãos competentes.

Culturalmente, as atividades da fazenda Araruna ressaltam as características ambientais buscando divulgar cuidados com o meio ambiente e destacando aspectos ligados à tradição pecuária, pelos seus passeios, seja de charrete ou mesmo de gado, assim como nos passeios fluviais com embarcações típicas tradicionais conhecidas como montaria.

4.4.3.4 Aspectos Ambientais

A construção da área de hospedagem é de alvenaria convencional sem qualquer uso de material reciclado ou regional. O uso de energia elétrica vem da concessionária local, o sistema de água é poço artesiano e fossa séptica.

Considerando que as maiores atividades turísticas do empreendimento são os passeios, há uma preocupação de que haja manutenção dos trechos nos elementos da ação de cada um dos passeios oferecidos. Portanto neste contexto, se observou o cuidado com a preservação do meio ambiente sem

propostas ou programas de manejo ou reflorestamento de espécies da fauna ou da flora.

Segundo a proprietária existe uma área que por acordo antigo firmado entre seu pai, proprietário majoritário, que autoriza o acesso da comunidade banhista às praias Araruna e Barra Velha. Para minimizar os impactos se propõe, sistematicamente, realizar palestras de educação ambiental e o acesso é controlado apenas para salientar aos banhistas os cuidados com o tratamento do lixo e meio ambiente.

4.4.3.5 Aspectos Mercadológicos

A fazenda Araruna no seu processo de promoção e divulgação buscando atender às necessidades e atratividade para a demanda, foca seus instrumentais comunicacionais por meio das informações divulgadas “boca-à-boca”. Não tem *site* próprio, mas pode-se obter informações na rede *web*³² pelos *sites* oficiais dos governos federal e estadual, assim como de operadores e agências de turismo e prestadores de serviços no setor turísticas.

Na atividade de hospedagem, a ação não está vinculada a qualquer parceria recorrente de Arranjo Produtivo Local APL, já para os passeios há um acordo informal com alguns hotéis de Soure e de Salvaterra para indicação das disponibilidades.

³² Portal Brasil adentro -www.brasiladentro.com.br/100662/br/hoteis-pousadas.
Eco Viagem - www.ecoviagem.com.br/brasil-viagem-turismo/para/soure-ilha-de-marajo/hotel-pousada-hospedagem.asp
Paratur-www.paraturismo.pa.gov.br/destinos/marajo_roteiros.asp.
Veja – Edição Especial- O melhor do Brasil veja.abril.com.br/especiais/brasil_2008/p_066.html

4.4.3.6 Análise Swot Fazenda Araruna – Soure

O destaque dado pela proprietária aos pontos de forças, fraquezas, oportunidade e ameaças possibilita mais um recorte de informações para se estabelecer a viabilidade de promoção e desenvolvimento do segmento de turismo rural conforme o (Quadro 17).

Quadro. 17 – Análise Swot da Fazenda Araruna – Soure

Aspectos		
Acesso	Forças	Fraquezas
	Proximidade da sede ao município. Estrada disponível durante todo o ano.	Não possui logística de transporte com veículo próprio para atender a demanda em Soure. Sem transporte próprio para atrair o turista de Belém a Soure.
	Ameaças	Oportunidades
	Tempo de duração e nível de conforto e desconforto na viagem de Belém-Soure	Possibilidade de ter uma linha comercial de embarcação Belém – Soure direto. Montar logística própria desde de Belém.
Promoção/divulgação	Forças	Fraquezas
	Apresenta folhetos/ <i>folders</i> . Citações na web em diversos sites ligados ao setor turismo	Não tem integração maior entre seus próprios instrumentos de comunicação
	Ameaças	Oportunidades
	Falta melhor aproveitamento da integração dos instrumentos de comunicação inclusive os virtuais	Produção de uma campanha própria de divulgação.
Fluxos turísticos	Forças	Fraquezas
	Presença de turistas nos meses considerados de alta temporada verão/seca na região. Pequeno fluxo de turismo de negócio.	Reduzida presença de turistas nos meses considerados de baixa temporada inverno/chuvas na região

	Ameaças	Oportunidades
	Reduzido fluxo de turistas (estrangeiros, nacionais e regionais) para atividade hospedagem	Promover facilidades e condições de atratividade de turistas em geral. Ampliação da capacidade de hospedagem.
Parcerias	Forças	Fraquezas
	Contatos e acordos informais com a rede hoteleira de Soure e Salvaterra.	Falta de maior integração e institucionalização de acordos com a rede hoteleira regional, nacional e internacional.
	Ameaças	Oportunidades
	Não estimular o fluxo de turistas regionais para o empreendimento.	Estabelecer programas que venham ajudar na manutenção dos fluxos turísticos. Implementar pacotes customizados para a região.

Fonte – Dados obtidos em pesquisa de campo- Corradi- (2007/2009).

4.4.3.7 Resultados e discussão da fazenda Araruna

Observando os dois enfoques de coletas de dados apresentados, como base metodológica, a fazenda Araruna também utiliza para a sua ação de logística de acesso o sistema institucional comercial de concessão de transportes fluviais, seja por balsa ou barcos.

Depois para o acesso terrestre o turista pode dispor de veículo particular ou do serviço de locação por táxi ou Van. Considerando que a fazenda fica no contexto urbano do município de Soure, esta ação passa a ser vantajosa.

A fazenda Araruna é administrada por dois proprietários, sendo que o majoritário administra a área e as atividades de pecuária (bubalinos e bovinos) e agricultura com plantio de coco³³.

Já a parte de atividade turística é gerenciada pela Sra. Ribeiro que declara, que no contexto geral da fazenda, se comparada às atividades de pecuária e agricultura, é a atividade mais rentável.

³³ A Sra. Ribeiro, em entrevista de pesquisa de campo, não divulgou os dados estatísticos e valores sobre o setor pecuário e agrícola.

Das duas atividades turísticas que envolve os produtos passeio e hospedagem, garante Ribeiro (2008), que a prioritária é a hospedagem. Afirma ainda, que pela proximidade de localização com o *campi* Soure, da Universidade Federal do Pará têm um regularidade na taxa de ocupação.

Na baixa temporada, nos meses de dezembro a junho, tem a taxa de ocupação média de 32,14% e na alta temporada, nos meses de julho a novembro, de 49,16%. Portanto a média anual é de aproximadamente 41%, delimitada pela proprietária com um valor médio de R\$1.200,00 para a atividade de hospedagem e de R\$ 1000,00 pelas atividades de passeio.

Como ponto de atratividade todas as suas opções de passeio e serviços turísticos, excluindo a hospedagem, têm características ecológicas conforme o (Quadro 18) .

Quadro 18 – Enfoque de atratividade desenvolvidas pela fazenda Araruna-Soure

Passeios	Enfoque de turismo ecológico
Apresentação de flora e fauna	X
Observação etnobotânica	X
Montaria de gado	X
Cavalgadas	X
Passeio de charrete – cavalos e búfalos	X
Passeio fluvial	X

Fonte – dados obtidos em pesquisa de campo- Corradi (2007-2008).

A fazenda Araruna dispõe para a atividade turística de cinco funcionários registrados pela legislação trabalhista. Quando há maior movimento ocorre a contratação de serviços temporários visando atender a demanda.

Na fazenda não há programas de treinamentos, capacitação ou de atualização, voltados aos serviços de atividades turísticas.

Há algumas atividades esporádicas, junto à comunidade local, para conscientizar a preservação do meio ambiente. O foco é aplicado aos

moradores de Soure que frequentam a praia da Barra Velha e que precisam percorrer a área da fazenda Araruna para chegar naquele local.

Nos seus elementos de promoção e divulgação, buscando a relação mercadológica de oferta e demanda, a fazenda Araruna se utiliza dos instrumentos e estratégias de comunicação como o “boca-à-boca” e *folder*. Não tem *site* próprio, mas pode ser localizada como indicativo de atividades turísticas em diversos *web sites*.

Com o reduzido instrumental comunicacional, a fazenda Araruna também tem poucas ações de parcerias, já que seus contatos são todos informais, estabelecendo uma fragilidade no elemento promoção e divulgação no processo produtivo do turismo do APL.

4.4.4 Hotel Fazenda Sanjo – Soure

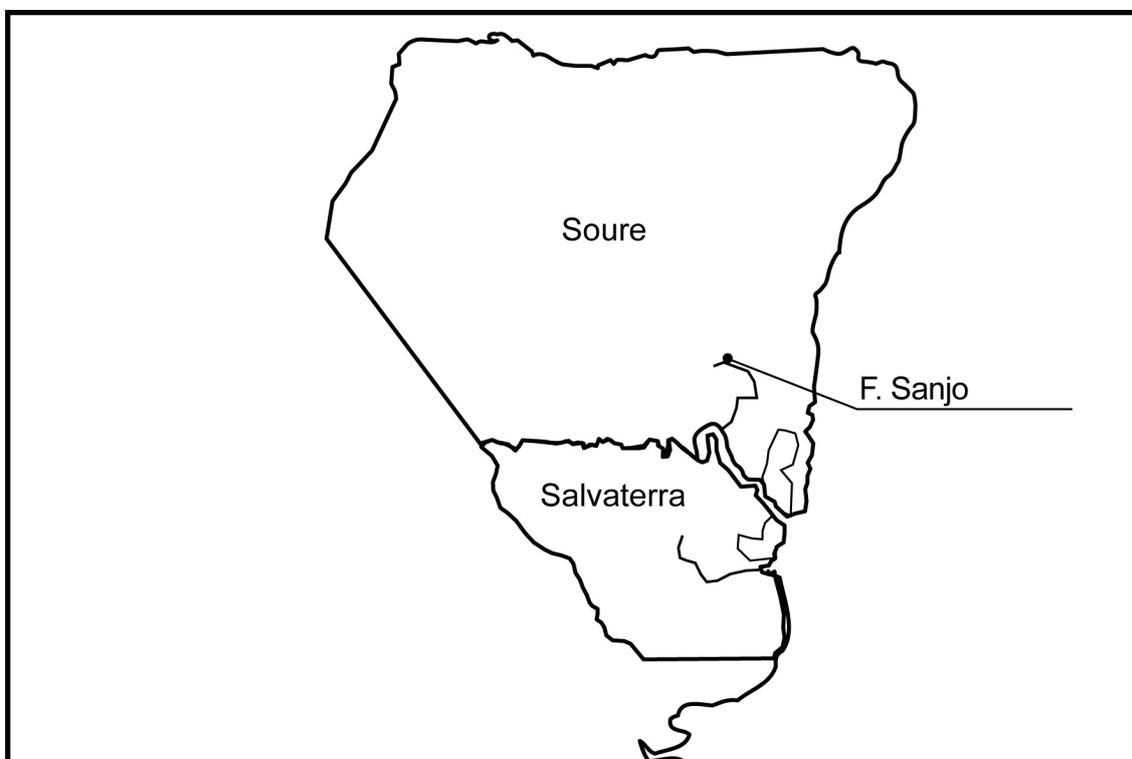
M. G.A.A.Nunes- ME

Margens do Igarapé São Sebastião, afluente do Rio Paracauary (35km de Soure)

contato- Travessa 14 de março, 1494 apto 402-Belém Pará

Proprietários responsáveis – Ana Tereza A. Nunes e Carlos Nuno

Figura 9 - Localização da Fazenda Sanjo - Soure



Fonte :Pretz P.C (2009)

Localiza-se a 35 km na direção noroeste da sede municipal de Soure (Figura 9) e o seu acesso prioritário é fluvial (aproximadamente 1h30min partindo de Soure). Pode-se de chegar de avião até Soure e somente no verão, período de seca, há acesso de veículos.

4.4.4.1 Natureza da atividade

A fazenda Sanjo tem 40 anos de existência com ênfase na pecuária, incluindo, há 6 anos, a atividade turística. É constituída como micro empresa legalmente registrada M.G.A.A.Nunes-ME, como hospedagem.

Para o atendimento de infraestrutura de hospedagem e de passeios com os turistas conta com uma lancha voadeira, um barco regional, uma carreta puxada por búfalos, cavalos e búfalos mansos para montaria e também têm uma queijaria com produção destinada ao consumo dos turistas e vaqueiros.

Oferece condições para cavalgadas pelos campos da fazenda, passeio de barco puxado à vara ou em canoa a remo. Trilha ecológica com observação da fauna e da flora a montaria em búfalos, visita ao museu arqueológico (cerâmicas indígenas verdadeiras), réplica de um cemitério indígena (para se conhecer como as peças eram descobertas). Tem pescaria de piranhas e outros peixes da região. Há também uma oportunidade, para vivenciar a rotina dos vaqueiros em seus trabalhos diários, cavalgada buscando os búfalos pelos campos.

As refeições incluem iguarias típicas e de produção artesanal da própria fazenda e junto com demais atividades estão incluídas no pacote de hospedagem.

Desta forma, os hóspedes têm diversas opções de atividades durante a estadia: trilha ecológica; passeio com cavalos marajoaras, búfalos murrá, carreta puxada por búfalos; cavalgadas guiando os búfalos no campo acompanhados pelos vaqueiros da fazenda; pescaria; passeios de canoa empurrada a vara ou a remo; visita na queijaria da fazenda; visita ao museu arqueológico na sede da fazenda com peças indígenas.

4.4.4.2 Aspectos Econômicos

A fazenda está registrada, há seis anos e atua com pacotes turísticos, recebendo no mínimo duas pessoas pelo período mínimo de 3 dias e 2 noites. A diária média é de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por pessoa.

A fazenda mantém todas as suas atividades agropecuárias originais, priorizando a criação de gado tanto bovino quanto bubalino e com produção de queijos. De acordo com a classificação de Butler (1980) sobre o ciclo do produto turístico, a fazenda Sanjo está no nível de desenvolvimento consolidado.

Para a atividade turística mantém contatos e acordos com operadoras de turismo internacionais, especificamente, empresas espanholas. Seu fluxo turístico provém da Europa, principalmente da Espanha e os proprietários responsáveis falam espanhol, inglês e francês. Alguns dos funcionários também se comunicam com os estrangeiros.

Em segundo lugar vêm poucos turistas nacionais, com uma média de 30% da taxa de ocupação, geralmente são oriundos das regiões Sudeste e Sul do país.

Como o maior fluxo de turistas são os estrangeiros, cerca de 70%, não há qualquer posicionamento da fazenda para parcerias pelos atores sociais do setor turismo em nível municipal, seja com Soure, Salvaterra.

No geral a taxa de ocupação média em baixa temporada (meses dez a junho) é de 22,14% e a alta temporada (julho a novembro) de 90% o que reflete uma média anual de 56% isto é, uma média mensal de receita no valor de R\$11.500,00.

4.4.4.3 Aspectos Socioculturais

No atendimento à atividade do turismo, a fazenda, tem registrado cinco empregados que desempenham atividades da sede e, caso seja necessário há mais empregados /vaqueiros que podem estar a serviço da demanda, os quais recebem, segundo a proprietária, treinamento específico, para o atendimento ao turista.

A ênfase dos atrativos é de natureza ecológica com o usufruto dos recursos de fauna e flora, seja com o processo de observação pelas trilhas e passeios com montaria de animais ou fluvial, ou ainda, com pescaria de diversas espécies regionais, inclusive a exótica piranha.

Em menor proporção são ofertadas tradições da vida/lida do campo, com os aspectos da pecuária pela com a variedade de gado bovino e bubalino, cavalos marajoaras e, até mesmo, com envolvimento específico, como queijaria.

Culturalmente, a fazenda destaca a influência indígena seja na exposição de peças originais em seu museu, seja na réplica do cemitério indígena que mostra como as peças foram encontradas e como se manifesta alguns dos hábitos dos ancestrais moradores da região marajoara.

4.4.4.4 Aspectos Ambientais

A fazenda recebe seus hóspedes no prédio já existente como sede e que sofreu pequenas reformas e alterações. Para a adaptação das unidades de hospedagem houve preocupação com o posicionamento das mesmas em relação às condições climáticas do fluxo de ventilação.

A fazenda disponibiliza, atualmente 4 suítes com possibilidade de hospedagem de 4 pessoas, e 2 quartos triplos com 3 banheiros em área comum. O sistema elétrico é proveniente de gerador por combustível e há ventiladores nas unidades de hospedagem. A água é de poço artesiano e saneamento por fossas sépticas.

Houve um trabalho interno de educação ambiental junto aos funcionários e aos respectivos familiares para que não haja nenhuma poda, corte de árvores e da mata, e nem matança de quaisquer tipo de animal em toda a área da fazenda.

Nas atividades turísticas há uma preocupação de manutenção dos espaços em suas condições para que exista um fluxo natural no desenvolvimento da vegetação e da fauna. Portanto além dos funcionários também são repassados alguns cuidados de preservação aos hóspedes e visitantes no uso dos materiais disponíveis nas diversas atividades de entretenimento.

4.4.4.5 Aspectos Mercadológicos

Como a atividade turística é tratada de forma comercial, mantendo acordos de divulgação e promoção internacional com as operadoras espanholas, a fazenda mantém um posicionamento de ciclo de produto turístico na fase de desenvolvimento.

Tem o produto formatado portanto é uma oferta que atende às expectativas da demanda, em sua maioria estrangeira que busca o conceito do exótico e do não cotidiano.

Usa como instrumento impresso *folder* bilíngüe português/inglês, feito de papel *couchê* de duas dobras com impressão colorida e com muitas fotos do empreendimento.

Tem também um *site* próprio <http://www.sanjo.tur.br> e na *web* há diversas formas de acesso às informações seja em *sites* oficiais dos governos federal e estadual, seja de operadoras e prestadoras de serviços turísticos³⁴.

O empreendimento mantém uma participação institucional junto com os demais empreendimentos de turismo rural da região pela Associação do Turismo Rural do Marajó ATURMA, entidade que está desestruturada desde 2006.

4.4.4.6 Análise Swot da Fazenda Sanjo

Acrescentando a análise Swot na coletânea de dados da fazenda Sanjo, podemos observar de acordo com o (Quadro 19).

³⁴ Abraturr=http://www.turismorural.org.br/abaturr/scripts/imprensa/040917_apoio.asp
Eco Viagens <http://www.ecoviagem.com.br/fique-por-dentro/viajantes/familia-oldschmidt/expedicao-giro-pela-america/fazenda-sanjo-1646.asp>
Guia de hospedagem <http://www.ecoviagem.com.br/fique-por-dentro/viajantes/familia-oldschmidt/expedicao-giro-pela-america/fazenda-sanjo-1646.asp>
About.com. <http://gobrazil.about.com/od/brazilwheretostay/p/fazendasanjo.htm>

Quadro 19 – Análise Swot da Fazenda Sanjo – Soure

Aspectos		
Acesso	Forças	Fraquezas
	Tem embarcações próprias utilizadas para transporte dos turistas desde de Soure.	Não tem logística de acesso aéreo direto.
	Ameaças	Oportunidades
	Tempo de duração e nível de conforto e desconforto na viagem de Belém-Soure Distância da sede do município	Possibilidade de ter uma linha comercial de embarcação Belém-Soure direto. Montar logística própria desde de Belém.
Promoção/divulgação	Forças	Fraquezas
	Tem folhetos/ <i>folders</i> e <i>site</i> elaborados, coloridos e bilíngües. Citações na web em diversos sites ligados ao setor turismo	Não promove divulgação ao turista regional e nacional
	Ameaças	Oportunidades
		Produção de uma campanha própria de divulgação em nível regional e nacional. Criação de novos produtos na busca de um diferencial maior que o turismo rural.
Fluxos turísticos	Forças	Fraquezas
	Presença maior de turistas estrangeiros nos meses considerados de férias européia.	Não estimula a presença de turistas regionais ou nacionais
	Ameaças	Oportunidades
	Reduzido fluxo de turistas (nacionais e regionais)	Promover facilidades e condições de atratividade de turistas em geral. Ampliação da capacidade de hospedagem.
Parcerias	Forças	Fraquezas
	Contatos e acordos com operadores e agências de viagens estrangeiras/espanholas.	Falta de maior integração e institucionalização de acordos com a rede hoteleira regional , nacional.
	Ameaças	Oportunidades
	Não estimular o fluxo de turistas na região	Estabelecer contatos que venham ajudar na manutenção dos fluxos turísticos. Implementar pacotes customizados para a região.

Fonte – Dados obtidos em pesquisa de campo- Corradi- (2007/2009).

4.4.4.7 Resultados e discussão da Fazenda Sanjo – Soure

A fazenda Sanjo apresenta como diferencial um sistema de logística e de acesso que é um conjunto de infraestrutura própria e institucionalizada.

Uma das suas características marcantes é que o produto turístico desta fazenda é isolar o turista da vida urbana, uma vez que dentre todas as fazendas rurais pesquisadas que atuam com o turismo em Soure e Salvaterra, ela apresenta uma maior distância de acesso em relação a sede do município.

Em aspectos econômicos pontuam-se, segundo Nunes (2008) a taxa média de 56% em ocupação, o que faz da atividade turística uma parceira de rentabilidade no composto formado ainda com as atividades de pecuária e agricultura³⁵. Reforça ainda a proprietária que, praticamente, a rentabilidade entre as atividades é de 50% para o turismo e de 50% para a pecuária e a agricultura.

No conjunto de itens de atratividade, a fazenda Sanjo se destaca pela oferta de elementos de turismo ecológico e cultural , conforme o (Quadro 20)

³⁵ Faz necessário destacar que não foram repassados, pelos proprietários em pesquisa da campo realizada em 2008, os valores, percentuais e dados estatísticos referente as atividades pecuária e agricultura desenvolvidas na Fazenda Sanjo

Quadro 20 – Enfoques de atratividade desenvolvidos pela fazenda Sanjo-Soure

Passeios	Enfoque de turismo ecológico	Enfoque de turismo cultural
Apresentação de flora e fauna	X	
Observação etnobotânica	X	
Focagem de animais	X	
Montaria de gado	X	
Cavalgadas	X	
Passeio de charretes Cavalos/búfalos	X	
Passeio fluvial	X	
Visita a queijaria		X
Visita arqueológica		X
Museus indígenas		X
Réplica de cemitério indígena		X

Fonte- Dados obtidos em pesquisa de campo – Corradi (2007/2008).

Nos aspectos socioculturais a fazenda Sanjo tem todos seus funcionários registrados de acordo com a legislação trabalhista.

Contudo, no item capacitação, a fazenda não tem nenhum programa instituído de treinamento, capacitação para os funcionários ligados às atividades turísticas.

A fazenda Sanjo mantém um sistema formal e comercial com agentes e operadores de turismo internacionais e utiliza, como apoio promocional, material de mídia impressa, como folders, encartes, e mídia eletrônica se localizam em sites de referência em diversas web. Desta forma consegue manter-se em um nível de visibilidade/promoção em suas atividades turísticas.

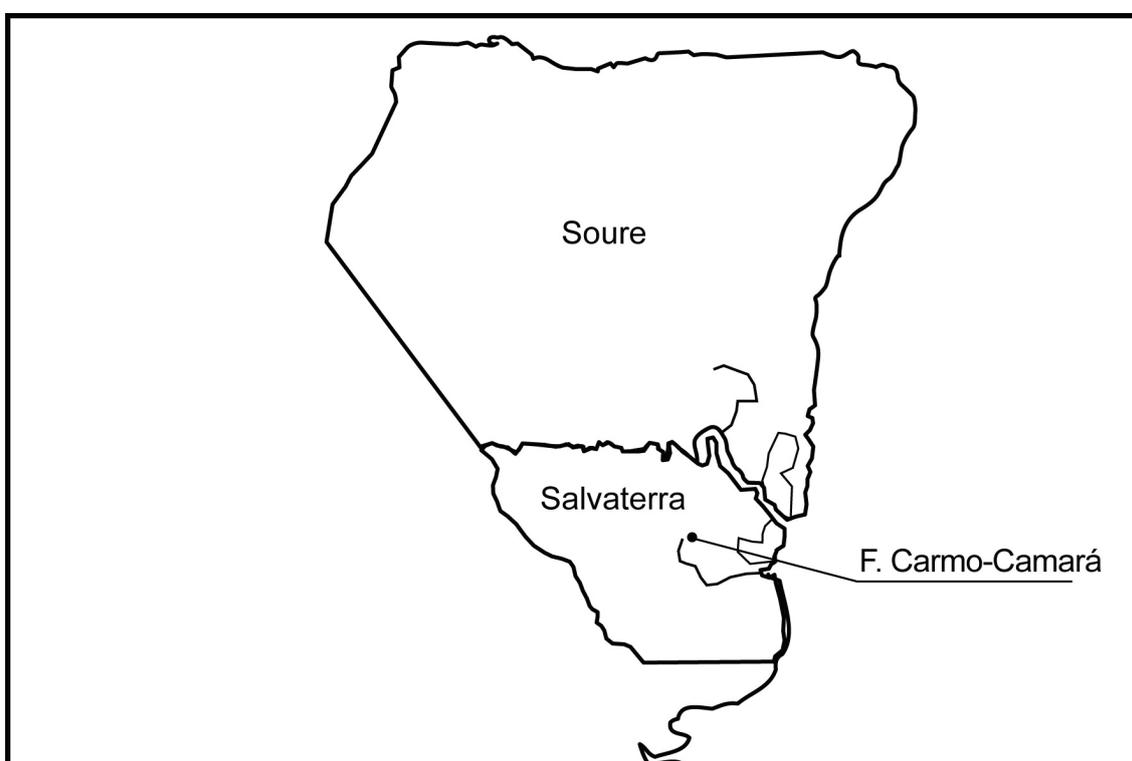
4.4.5 Fazenda Nossa Senhora do Carmo – Carmo/Camará- Salvaterra

Margens do Rio Camará – 50 Km da sede municipal- Salvaterra

Contato – Rua Veiga Cabral, 1074

Proprietários responsáveis- Cláudio Momard Dias e Circe Dias.

Figura 10 – Localização da Fazenda do Carmo/ Camará - Salvaterra



Fonte- Pretz P.C (2009)

O acesso até o empreendimento envolve balsa e embarcações institucionalizadas no sistema de transporte local, depois há um deslocamento na rodovia Salvaterra/Cachoeira do Arari, que interliga os municípios. Esse trecho é feito de táxi ou Van do Porto de Camará até o Beiradão do Camará³⁶, a partir deste ponto o acesso é fluvial realizado por embarcações da fazenda do Carmo.

³⁶ Margens do rio Camará que é marco geográfico entre os municípios de Salvaterra e Cachoeira do Arari e local de travessia de balsa de acesso entre respectivas áreas municipais.

4.4.5.1 Natureza da atividade

A Fazenda Nossa Senhora do Carmo é conhecida como Fazenda do Carmo ou do Carmo/Camará (Figura 10) e pertence à família Dias desde 1883, o que significam 126 anos de atividade pecuária. Atualmente o predomínio é a criação de gado bovino em relação ao gado bubalino. Atua ainda em atividades turísticas como hospedagem e passeios há 16 anos.

A hospedagem está dividida em quatro suítes com capacidade tripla na Casa Grande e com quatro quartos com banheiros coletivos. Todas as unidades de hospedagem ficam posicionadas a favor da ventilação, já que a energia local é 80% oriunda de gerador e 20% de placas solares.

Na área comum tem TV aberta, acesso à telefonia por celular. Para a alimentação são utilizados produtos regionais feitos na fazenda como parte do pacote de hospedagem.

A Nossa Senhora do Carmo tem três embarcações de médio porte (10 pessoas) para apoio às suas atividades operacionais e recreativas, duas a motor e uma a remo. A fazenda também tem acesso aéreo com pista de pouso, mas sem aeronave própria.

A fazenda fica às margens do rio Camará (próxima à cabeceira do rio) (Figura 11) com acesso terrestre apenas nos meses de verão/seca (maio/setembro), na frente da casa grande – sede da fazenda – tem um lago de água doce propício para o banho natação/contemplação.

Figura 11 - Fachada da Fazenda do Carmo / Camará



Fonte – arquivo faz. Carmo-Camará (2008)

Há também diversos ambientes naturais com grande variedade de fauna e flora e vários tipos de passeios e entretenimento, como cavalgadas de cavalos marajoaras, montaria de búfalos, focagem de animais como jacaré, capivaras, serpentes e pássaros, pescaria amadora, observação de fauna e flora e de aspectos e apetrechos indígenas.

4.4.5.2 Aspectos econômicos

Fazenda Nossa Senhora do Carmo tem 126 anos de existência atuando com pecuária e 16 anos no turismo. Segundo Dias,³⁷ a rentabilidade do empreendimento vem 50% do turismo e 50%³⁸ da pecuária.

A capacidade da fazenda para o turismo é de receber, no máximo, 20 pessoas/dia. O custo *per capita* é de R\$ 230,00 por pessoa, livres de quaisquer

³⁷ Entrevista de campo com Cláudio M. Dias proprietário gestor da atividade turística em 14/02/2009.

³⁸ Não houve o repasse dos valores e dados estatísticos referentes as demais atividades econômicas desenvolvidas na fazenda do Carmo-Camará, pelo Sr Dias.

despesas relacionadas ao transporte, até o acesso na embarcação própria da fazenda no Beiradão do Camará.

A fazenda do Carmo-Camará tem como parceiros algumas operadoras de turismo locais e nacionais³⁹ o que minimiza seus custos operacionais de promoção e divulgação do turista, centralizando seus custos nos aspectos logísticos de infraestrutura da fazenda.

Com 16 anos de atividades o ciclo de vida do produto turístico é de desenvolvimento e consolidação com um fluxo de turistas de cerca de 70% de europeus (com predomínio de franceses, alemães, belgas, holandeses) asiáticos (japoneses) e 20% de brasileiros (com predomínio de mineiros, paulistas e cariocas), 10% destes correspondentes a paraenses ou moradores no Pará, mas originários de outros Estados.

Salienta-se que para as atividades turísticas da fazenda do Carmo-Camará, os meses de julho a novembro (verão/seca), considerados de alta temporada, obtiveram um taxa de ocupação de (90%); os meses de dezembro a maio (inverno/chuvas), de menor ocupação, atingindo o máximo de 20%.

A rentabilidade da atuação da atividade turística implica numa média anual de 55%, permeando o valor de mensal de R\$30.360,00 como receita bruta para o setor turístico desenvolvido na fazenda do Carmo.

4.4.5.3 Aspectos Socioculturais

³⁹ AmazonStar; Amazon Service; Rumo Norte; Traveil In; ATS Turismo; Jacaré Travel e Free way turismo.

A estrutura da fazenda está dividida em dois aspectos: pecuária e turismo. Neste último, estão envolvidos nas atividades dois proprietários, Sr. Cláudio Dias, sua esposa, Sra. Circe Dias, e cinco funcionários registrados de acordo com CLT. Esses atuam como apoio as atividades de manutenção, limpeza e de entretenimento dos turistas. Todos os funcionários são orientados pelos gestores, mas não participaram de quaisquer tipo de processo de capacitação institucionalizados.

A fazenda por sua antiguidade tem uma tradição histórica que remonta ao século passado, tendo alguns costumes e artefatos indígenas históricos que são preservados e apresentados em cada visita.

Na área física, geográfica da fazenda há registros de civilizações indígenas, assim como aspectos da diversidade da mata ciliar e da planície dos campos marajoaras enfatizando, portanto, os aspectos da flora e fauna.

Quanto ao atendimento ao turista estrangeiro, não há nenhum proprietário ou funcionário que seja fluente em idiomas como em inglês e francês. Segundo Dias, ele fala algumas palavras em francês e o seu guia de floresta guarda bem algumas expressões estrangeiras, tanto em inglês quanto em francês e até mesmo em japonês, usadas para explicar características próprias dos passeios, que são oferecidos como entretenimento dos turistas.

4.4.5.4 Aspectos Ambientais

A casa grande é uma construção de alvenaria, com mais de 50 anos de existência, atendendo às características de aproveitamento do sistema de ventilação natural dos campos marajoaras. Dessa forma, o anexo construído para melhoria da capacidade de oferta turística, há aproximadamente 7 anos, também em alvenaria tem a mesma preocupação em relação a ventilação.

O sistema de produção de energia é 80% de geração por motor a combustível (diesel e/ou gasolina) e 20% pela captação por placas solares. Praticamente, segundo o proprietário, a energia que é gerada pelas placas solares serve de apoio à iluminação das áreas de hospedagem no período da madrugada. O sistema de água é através de poço artesiano e de saneamento via fossa séptica.

Em se tratando de cuidados ambientais não há programas implementados de educação ambiental, manejo ou reflorestamento. As atividades de entretenimento se relacionam com a preservação da flora, da fauna e com a manutenção da limpeza dos espaços comuns.

4.4.5.5 Aspectos Mercadológicos

A Fazenda do Carmo é conhecida na região pela sua tradição e antiguidade na atividade turística e por ser a única que dispõe de pista de pouso para taxi aéreo.

Na área de promoção tem como instrumentos de divulgação, além do incentivo do “boca-à-boca”, um *folder* de divulgação, colorido em papel couche com uma dobra. Está em processo de reelaboração um *site* www.carmocamara.com já que o mesmo ficou desativado por mais de um ano.

Como existem parcerias com as operadoras e agências de turismo, o processo de divulgação das mesmas e numa busca na *web* se obteve informações de suas atividades em outros *sites*⁴⁰ do setor turismo.

A preocupação dos gestores da fazenda Carmo/Camará é manter um fluxo de informação constante com as operadoras e agências parceiras e desta forma fortalecer o seu processo de divulgação dentro de um elemento importante que é a cadeia turística.

4.4.5.6 Análise Swot Fazenda Nossa Senhora do Carmo – Carmo/Camará-Salvaterra

A análise de Swot da Fazenda do Carmo-Camará destaca as suas necessidades e satisfações no modelo de Análise de Swot, pontuando vantagens e desvantagens, (Quadro 21) no seu sistema de logística de acesso, promoção/divulgação, fluxos turísticos e parcerias.

⁴⁰ Giga Hoteis [www.gigahoteis.com.br/hotel/4890/para/salvaterra-\(ilha-de-marajo\)/fazenda-carmo-camara.html](http://www.gigahoteis.com.br/hotel/4890/para/salvaterra-(ilha-de-marajo)/fazenda-carmo-camara.html)
Traveler traveler.com.br/brasil/salvaterra-ilha-de-marajo/fazenda-carmo-camara/
Mundi www.mundi.com.br/Hotel-Fazenda-Carmo-Camara-Salvaterra-142964.html
Hotel Pousadashotel-pousada.sigales.com/hotel-pousada/carmo-camara-hotel-fazenda/salvaterra/17185/

Quadro 21 – Análise Swot da Fazenda Nossa Senhora do Carmo

Aspectos		
Acesso	Forças	Fraquezas
	Tem embarcações próprias utilizadas para transporte dos turistas desde do Beiradão de Camará-Salvaterra. Tem pista de pouso.	Não tem veículos para transporte dos turistas do Porto do Camará até o Beiradão do Camará.
	Ameaças	Oportunidades
	Distância da sede do município	Montar logística própria desde de Belém.
Promoção/divulgação	Forças	Fraquezas
	Tem folhetos elaborados, coloridos. Citações na web em diversos sites ligados ao setor turismo	Não tem campanha própria de divulgação
	Ameaças	Oportunidades
		Recriação do site próprio.
Fluxos turísticos	Forças	Fraquezas
	Presença maior de turistas estrangeiros e nacionais nos meses de julho a novembro	Não dominar língua estrangeiras

	Ameaças	Oportunidades
	Reduzido fluxo de turistas nos meses de dezembro a maio	Estabelecer programas de atratividade de turistas no período de inverno.
Parcerias	Forças	Fraquezas
	Contatos e acordos com operadores e agências de viagens regionais e nacionais.	Falta de maior integração e institucionalização com os demais atores sociais do setor turístico local e regional.
	Ameaças	Oportunidades
	Não estimular o fluxo de turistas na região	Estabelecer contatos que venham ajudar na manutenção dos fluxos turísticos.

Fonte – Dados obtidos em pesquisa de campo – Corradi (2007/2009)

4.4.5.7 Resultados e Discussão da Fazenda Nossa Senhora do Carmo – Carmo/Camará- Salvaterra

Em seus pontos de viabilidade, a fazenda do Carmo/Camará se destaca por sua logística de acesso como a única fazenda dos cinco estudos de casos que pode receber aviões de pequeno porte na própria área da fazenda. Ademais, dispõe de embarcação para conduzir os turistas do Beiradão do Camará até a sede da fazenda.

A Fazenda consegue aliar o uso do sistema institucional comercial de concessão de transportes seja de balsa ou por embarcações no percurso de Belém e/ou Icoaraci até Salvaterra, porto da Camará.

Atua com um composto diverso de produtos de passeios turísticos dinamizando os enfoques de turismo ecológico e cultural, segundo (Quadro 22) e, enfoques culturais

Quadro 22 – Enfoques de atratividade desenvolvidos pela fazenda do Carmo-Camará – Salvaterra

Passeios	Enfoques de turismo ecológico	Enfoques de turismo cultural
Apresentação de flora e fauna	X	
Observação etnobotânica	X	
Focagem de animais	X	
Pesca artesanal	X	
Montaria de gado	X	
Cavalgadas	X	
Passeio de charretes cavalo/ búfalo	X	
Passeio fluvial Canoa / barcos	X	
Visita arqueológica		X
Museu indígena		X
Réplica de cemitério indígena		X

Fonte- Dados obtidos em pesquisa de campo – Corradi (2007-2008).

A aplicação deste composto de atratividade faz com que a fazenda tenha uma facilidade de manter uma uniformidade de hospedagem com uma taxa média de 55% anual alterando entre as melhores taxas de 90% para piores de 20%

Mesmo não atuando com treinamento e capacitação especial sobre os serviços e produtos de hotelaria, a propriedade mantém um atendimento personalizado.

4.5 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Estabelecidos os dados detalhados sobre os objetos de pesquisa, isto é as ações e orientações desenvolvidas pelas fazendas agropecuárias localizadas nos municípios de Soure e Salvaterra – Pa integrantes do PDOT desde do ano 2000 e em pleno funcionamento pode-se desenhar os apontamentos de

análise das mesmas e suas intersecções possíveis para o avanço e promoção do turismo na região como promotor do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BENI, M.C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo : Senac 2006.539p.

BRASIL. BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO - BNDES. **Gestão participativa para o Desenvolvimento Local**. Relatório Recife 2001. Brasília : BNDES/PNUD, 2001. Relatório Mimeografado.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Programa de Turismo Rural Na Agricultura Familiar**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Turismo. Secretária de Políticas de Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural No Brasil**. Brasília, 2004.

_____. _____. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. **Marcos conceituais – Segmentação do Turismo**. Brasília, 2004.

_____. _____. Turistas estrangeiros gastaram mais no Brasil em 2007. Disponível em:< <http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2007.

PARATUR. **Plano de desenvolvimento de Turismo do Estado do Pará**. Disponível em: <<http://www.paratur.gov.pa>>. Acesso em 10 set. 2007.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Projeto 10**. Turismo Amazônia do Marajó (Pesquisa de resultados) Gestão Estratégica Orientada por Resultados GEOR. Brasília : SEBRAE/PA, Fidesa ,2006.

_____. **Projeto 30**- Turismo Amazônia do Marajó (Relatório de Gestão) Gestão Estratégica Orientada por Resultados, Brasília: SEBRAE/PA, FUNPEA, 2006.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Relatório de pesquisa de Demanda e Oportunidade do Polo Turístico Marajó.** SEBRAE/PA, Prefeituras Municipais de Soure e Salvaterra, 2003.

CAPÍTULO 5

SISTEMATIZANDO RESULTADOS PELO O OLHAR DOS PROPRIETÁRIOS

RESUMO: Fundamentado na relação de dados decorrentes dos estudos de casos objetos, que representam 100% dos empreendimentos- fazendas agropecuárias que atuam com o turismo rural - inscritos no lançamento no PDOT- Pólo Marajó (2000), que estão em pleno funcionamento, destacam-se os aspectos da natureza do empreendimento com pontos de logística de acesso, atrativos, aspectos socioculturais com capacitação e aspectos econômicos mercadológicos. Desta forma padronizando elementos de análise verificando as oportunidades turísticas da região marajoara lado oriental.

Palavras Chave – turismo rural , aspectos econômicos mercadológicos , oportunidade

ABSTRACT: Based on the relationship of data arising from case studies of objects, representing 100% of the enterprises- agricultural farms working with rural tourism - entered in the launch of PDOT- Marajó Pole (2000), which are fully functional, stand out aspects of the nature of the enterprise with logistics points of access, attractive, social-cultural aspects of training and economic merchandising aspects .In the way to standardize elements of analysis verifying the tourism opportunities in the eastern side of Marajó.

Key Words –rural tourism , economic merchandising aspects, opportunities

5.1 INTRODUÇÃO

Uma das formas de buscar uma padronização na análise das fazendas rurais que atuam com turismo nos municípios de Soure e Salvaterra integrantes originais do Projeto Estadual de Turismo – projeto Beija Flor (2000) - são os dados que integraram as categorias de natureza econômicas, socioculturais, ambientais e mercadológicas; que serviram como base para estruturar no modelo de Análise Swot, método que delimita as dimensões de forças, fraquezas, ameaças e oportunidades, as similitudes e diferenças acerca da situação observada em cada fazenda rural, incluindo as expectativas dos proprietários nos aspectos de acesso, promoção/divulgação, fluxos turísticos e parcerias.

Salienta-se que todas as fazendas rurais têm características próprias, o que não permite uma comparação direta de suas características, atrativos,

condições de oferta e necessidades de demanda em relação à atividade turística.

Uma das características do turismo é oferecer produtos que atendam a demanda, no caso de turismo rural. Mas cada produto se destaca justamente pelo seu diferencial.

5.2 VIABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS

Estabelecer o padrão de atendimento de acordo com as necessidades do turismo rural, implica em observar as similitudes e diferenças das atividades desenvolvidas pelas fazendas rurais e suas capacidades de inter-relacionamento com os outros agentes/atores do setor, que delimitam o seu APL, que se agrega em vários pontos da demanda e da oferta do turismo em geral.

Na relação de dados decorrentes dos estudos de casos objetos, que representam 100% dos empreendimentos inscritos no lançamento no PDOT-Pólo Marajó (2000), que estão em pleno funcionamento, destacam-se os aspectos da natureza do empreendimento com pontos de logística de acesso, atrativos, aspectos socioculturais com capacitação e aspectos econômicos mercadológicos.

5.2.1 Logística de acesso

A logística institucionalizada no sistema comercial de transporte no trecho Belém/Salvaterra (Porto de Camará) é realizada pela balsa da empresa Henvil Transportes S/A (Icoaraci/Camará) e por embarcações da empresa Arapari

Navegação Ltda (Belém-Galpão 9 /Camará). Ambas com viagens regulares e diárias com duração média de 3h30min. Para chegar a Soure há um trecho rodoviário de 25 km até a sede do município de Salvaterra (Camará/Salaterra) e ainda cerca de 10 km até o porto de acesso a Soure (Salvaterra/Soure). Neste ponto há mais uma travessia de balsa da empresa Henvil Transportes de aproximadamente 20 minutos.

Todas as fazendas rurais, isto é, 5 das 100% ligadas ao turismo rural se utilizam desta estrutura logística, para o acesso dos turistas. Sendo que dois delas, uma na sede do município de Soure e outra na divisa dos municípios de Salvaterra com Cachoeira do Arari, acrescentam um trecho realizado com infraestrutura própria pelas embarcações menores, para levar os turistas as suas fazendas.

A ausência de logística própria de acesso nas fazendas implica em uma diminuição do fluxo turístico e conseqüentemente na receita para o setor.

Ao debater o fluxo turístico (Quadro 23) pode-se perceber que nos cinco casos há três incidências de que a atividade turística é a atividade principal de rentabilidade das fazendas, respeitando os dados fornecidos pelos proprietários. A fazenda do Carmo/Camará afirma equidade proporcional entre às atividades de turismo e pecuária. Segundo os dados da fazenda Bom Jesus, não rentabilidade para o setor turismo.

Quadro 23 – Posicionamento de rentabilidade das atividades desenvolvidas pelas Fazendas de Turismo Rural do PDOT- Pólo Marajó (2009)

Empreendimentos	Atividades desenvolvidas		
	Pecuária	Agrícola	Turismo
F. Bom Jesus	P	S	-
F. S.Jerônimo	S	S	P*
F. Araruna	S	S	P
F. Sanjo	S	NT	P
F. do Carmo	P	NT	P

Fonte- pesquisa de campo-Corradi (2007/2009)/

Legenda: P – Principal; S- Secundária; NT- Não tem valor comercial.* combinada com aposentadoria dos proprietários

Também os índices médios de ocupação das fazendas rurais (Tabelas 6 e 7) confirmam os meses de verão/seca, como os de alta temporada. De julho a novembro há uma média de 70% e nos meses de baixa temporada, o inverno/chuvas, de dezembro a junho, com uma média é de 21%.

Tabela 6 – Média de porcentagem da taxa de ocupação das fazendas rurais nos meses de dez. a junho (baixa temporada)

Fazendas	Dez	Jan	Fev	Mar	Abril	Mai	Jun	Total(%)
Bom Jesus*	10	10	10	10	10	10	15	12,14
São Jerônimo	10	10	10	10	10	10	10	10
Araruna	100	100	5	5	5	5	5	32,14
Sanjo	30	20	20	20	20	20	25	22,14
Carmo	30	20	20	20	20	20	20	21,42
Total	36	32	13	17	17	17	15	21

Fonte : Pesquisa de Campo- Corradi (2007/2009) * analisado como visita.

Tabela 7 – Média de porcentagem da taxa de ocupação dos empreendimentos meses de julho a novembro (alta temporada).

Fazendas	Julho	Agosto	Set	Nov	Out	Nov	Total(%)
Bom Jesus*	100	100	100	80	50	10	73,33
São Jerônimo	80	80	50	50	20	20	50
Araruna	100	100	80	5	5	5	49,16
Sanjo	100	100	100	80	80	80	90
Carmo	100	100	100	80	80	80	90
Total	96	96	86	59	47	39	70,49

Fonte : Pesquisa de Campo- Corradi (2007/2009) * analisado como visita.

A taxa de ocupação média anual das fazendas, de acordo com a tabela, é de 4.3, é superior a 30% em seu valor mínimo, e de 56% no seu valor máximo.

Tabela 8 – Média de taxa de ocupação dos empreendimentos nas altas e baixas temporadas (2008)

Fazendas	Baixa temporada(%)	Alta temporada(%)	Média Anual (%)
Bom Jesus*	12,14	73,33	42,73
São Jerônimo	10	50	30
Araruna	32,14	49,16	40,65
Sanjo	22,14	90	56,07
Carmo/Camará	21,42	90	55,77

Fonte: dados obtidos em pesquisa de campo (2007/2009). * considerado apenas as visitas.

Outro ponto de conquista é a participação dos turistas. Os elementos de atratividade, caso comparados aos passeios, já que apenas a fazenda Bom Jesus não oferta hospedagem, conforme (quadro 24), os enfoques ecológicos, culturais e de aventura são, portanto, predominantes.

Quadro 24 – Enfoques de atratividades desenvolvidas pelas Fazendas de Turismo Rural do PDOT- Pólo Marajó (2009)

Passeios	Bom Jesus	São Jerônimo	Araruna	Sanjo	Carmo
1-Apresentação de flora e fauna	E	E	E	E	E
2-Observação etnobotânica	E	E	E	E	E
3-Focagem de animais	-	-	-	E	E
4-Pesca artesanal	-	-	-	-	E
5-Montaria de gado	E	E	E	E	E
6-Cavalgadas	-	E	E	E	E
7-Passeio de charretes-cavalos/búfalos	-	E	E	E	E
8-Passeio fluvial Canoa/barco	-	E	E	E	E
9-Visita queijaria	-	-	-	C	-
10-Visita arqueológica	-	-	-	C	C
11-Museus indígenas	-	-	-	C	C
12-Réplica de cemitério indígena	-	-	-	C	C
13-Museu de arte sacra	C	-	-	-	-

Fonte- Dados obtidos em pesquisa de campo- Corradi (2007/2009)

Legenda: E – turismo ecológico e C – turismo cultural, - Não há atividade.

Das 13 atividades de entretenimento, como por exemplo, passeios nas fazendas ligadas ao turismo rural, pelo o PDOT - Pólo Marajó - 62% tem ênfase ecológico, 38% cultural, enaltecendo o ecossistema do arquipélago do Marajó.

Mesmo sendo o principal atrativo o turismo ecológico, há a necessidade de capacitação de pessoal para melhor atender aos turistas. É preciso compreender que a cadeia de APL de qualquer produto, mesmo sendo turístico, ainda na fase de exploração e de desenvolvimento, se faz necessária a qualificação como componente importante que dará suporte às ofertas diferenciadas e determinadas em grande parte para a sustentabilidade do próprio APL do turismo no Marajó.

Observa-se também que, considerando que 70% dos atrativos são ecológicos, registra uma fragilidade nos aspectos culturais da região, os quais necessitam de uma revitalização, principalmente no que se refere à recreação da memória oral onde se pode enaltecer e privilegiar as características e costumes locais por meio dos contos, mitos e lendas.

Segundo Swabrooke (2000), os atrativos de uma região devem estar permeados ou perpassados pela memória e pela cultura local. Assim a valorização da cultura poderia ser uma potencialidade vantajosa para a atração do turista, cuja característica mundial indica a busca do exótico, do diferente.

Portanto valorizar as diferenças vem a substanciar o fato de atender a uma demanda turística do pólo Marajó que é na maioria de origem estrangeira, prioritariamente européia, ou seja, pessoas motivadas para conhecer culturas diferentes e de características próprias.

5.2.2 Aspectos socioculturais

As fazendas, em sua totalidade, são empreendimentos familiares de origem agropecuária com décadas de existência e seus grupos de funcionários, que

passaram a atender as necessidades do turismo, que provêm basicamente da lida do campo e, de certa forma, mantiveram suas funções originárias nos setores de origem, seja na pecuária ou agricultura.

O contato com as atividades turísticas é proporcionalmente recente, o que implica em ações de adequação de parte do corpo funcional de cada fazenda.

Na verdade, a alteração de atendimento das necessidades de oferta e de demanda dos setores da pecuária ou da agricultura para o setor turismo, não representa, necessária e efetivamente, uma oferta de capacitação formalizada adequada e/ou específica, visualizando um melhor serviço ou formatação de serviços e produtos para o turismo. Nota-se a falta de investimento em treinamento, cursos e capacitação, o que vem a enfraquecer o produto turístico e conseqüentemente diminuir a potencialidade da cadeia do APL.

Ainda em relação aos funcionários observa-se que há um número limitado e restrito de efetivos em todas as fazendas, porém estes são registrados de acordo com a CLT.

Quando necessário todas as fazendas também dispõem de funcionários temporários, o que reforça uma fragilidade em relação à capacitação e ao registro.

Desta forma, tanto os funcionários permanentes, quanto os efetivos não são inseridos em processos de capacitação, recebem apenas orientações gerais, que são dadas pelos respectivos empregadores, para o trato e comportamento junto aos turistas.

5.2.3 Aspectos econômicos x mercadológicos

Em todas as fazendas registra-se a ausência de políticas públicas, principalmente, considerando que fazem parte, desde 2000, do programa de incentivo ao turismo rural.

Ainda se nota a pouca eficácia do setor de turismo rural, principalmente, no tocante aos seguintes fatores: apoio de políticas públicas, apoio institucional de promoção e divulgação, apoio à logística e capacitação como se descreve em cada um dos casos objetos.

Pode-se perceber que 100% das fazendas rurais pesquisadas não têm apoio institucional, apesar de serem integrantes das ações modeladas, inicialmente como atores pioneiros do pólo Marajó de turismo rural.

Em relação à promoção, o representante estadual, Paratur, divulga em suas campanhas a ilha do Marajó como um todo, isso é, como o arquipélago, como uma região, salientando suas características gerais mas não enfatiza ou mesmo nomeia os 5 empreendimentos nominados no projeto como pontos de eficácia da cadeia produtiva de turismo rural, desde de 2000.

Neste contexto, percebe-se que esta ausência prejudica a divulgação como um todo, tanto as fazendas rurais que atuam com o turismo, como o Estado do Pará e sua região marajoara.

Na pesquisa de campo se constatou que há, na maioria, uma pequena atividade composta de promoção e divulgação individualizada e realizada pelas próprias fazendas rurais, e entre as quais, em nenhum momento, apresentam entre si interfaces de ações cooperativas na busca de promoção local ou mesmo regional para enfatizar ou implementar um maior fluxo de turistas para a ilha do Marajó. O que demonstra um evidente desequilíbrio na ação de promoção da cadeia do APL para o turismo rural, pois há empreendimento sem o uso de quaisquer instrumento promotor (quadro 25), como no caso a fazenda Bom Jesus, assim como, há fazendas rurais que atuam com uma estrutura básica promocional com *folders*, *site*, como fazendas Sanjo e São Jerônimo

Quadro 25 – Esquema de promoção das fazendas de turismo rural do PDOT Pólo Marajó (2009)

Instrumentos de promoção	Bom Jesus	São Jerônimo	Araruna	Sanjo	Carmo
boca a boca	X	X	X	X	X
<i>Folder</i>	-	X	X	X	X
<i>Site</i>	-	X	-	X	-*
Citações na <i>web</i>	X	X	X	X	X

Fonte – Dados obtidos em pesquisa de campo- Corradi (2007/2009)

O debate sobre o turismo rural, implica no geral, numa atividade ainda em formatação, independentemente do tempo de existência ou de implantação institucionalizada, com o referencial governamental nos níveis federal, estadual ou municipal.

A manifestação existente nas 5 fazendas rurais funciona, exclusivamente, por iniciativa individualizada e não como um elo do potencial APL do setor turismo, com as características enaltecidas para o turismo rural.

Desenha-se a tendência de um declínio das ações, até então em andamento, pois cada fazenda deve buscar, constantemente, novos diferenciais na formatação de seus produtos e serviços, enquanto o Estado sinaliza com a padronização de um apoio mínimo de infraestrutura.

O que contradiz o discurso de promoção e incentivo do turismo como uma atividade que pode impulsionar outros setores da economia, uma vez que sua base de atuação esta ligada à promoção da infraestrutura básica de qualquer localidade.

Como nos discursos políticos institucionais não se manifestam, ou não se articulam na velocidade ideal para atender à demanda crescente de turistas, pode haver um desvio da mesma na busca de outros produtos disponíveis no mercado consumidor.

Sistematizando os dados referentes aos aspectos da logística de acesso, os socioeconômicos e os mercadológicos, de acordo com (Quadro 26), sumariza-se a viabilidade das fazendas rurais no contexto dos aspectos acima enumerados.

Quadro 26 – Síntese de viabilidade dos empreendimentos- Pólo Marajó – PDOT (2009)

Empreendimentos	Logística	Socioeconômicos	Mercadológico
F. Bom Jesus	Proximidade de acesso	Pouca articulação com parceiros municipais	Menor divulgação, promoção e parceria
F. São Jerônimo	Proximidade de acesso	Pouca articulação com parceiros municipais	Menor divulgação, promoção e parceria
F Araruna	Proximidade de acesso	Pouca articulação com parceiros municipais	Menor divulgação, promoção e parceria
F. Sanjo	Acesso distante e fluvial próprio	Articulações e parcerias internacionais	Maior divulgação, promoção
F. Carmo/Camará	Acesso distante e fluvial próprio. Pista de pouso própria.	Articulações e parcerias nacionais	Maior divulgação e promoção

Fonte- dados obtidos em pesquisa de campo – Corradi (2007/2009).

5.3 CONCLUSÕES

Nenhuma das fazendas apresenta no aspecto da logística de acesso uma infraestrutura que sustente a necessidade da demanda.

Neste contexto se destacam as fazendas Sanjo e do Carmo/Camará pelo apoio de transporte próprio fluvial que se desloca da sede dos respectivos municípios até as sedes das fazendas. A fazenda do Carmo/Camará ainda disponibiliza pista de pouso própria.

O que de certa forma corrobora, segundo Azevedo (2007) com Ariau Tower, que é considerado o maior hotel de selva do Amazonas, por possuir dentre os

25 cadastrados junto à Empresa Estadual de Turismo do Amazonas - AmazonasTur, - pelo fato de ter pista de pouso apropriada.

Neste sentido, é possível inferir que o turismo rural do Marajó, assim como o turismo ecológico do Amazonas estão se desenvolvendo para uma variante, em que logo ao chegar ao aeroporto do Estado receptor, os turistas ao terem conhecimento desta alternativa, optam pelo trecho aeroporto/capital-pista de pouso-fazenda.

Isso implica em uma redução da oferta dos demais atrativos turísticos urbanos, seja da capital ou dos municípios sede dos empreendimentos.

Os empreendimentos mais estruturados e agregados às características rurais, dentro do desenho do APL de turismo rural, são as fazendas Sanjo e Carmo/Camará.

Estes com os percentuais de 55,71% (F.Sanjo) e 56,07 (F. Carmo/Camará) apresentam maiores aspectos de sustentabilidade em dois dos componentes essenciais da cadeia produtiva do turismo que são a promoção/divulgação e parceiros.

Estes elementos, segundo Swarbrooke (2000), consubstanciam a idéia de que a cadeia produtiva implica não somente em seu produto, mas também na promoção e distribuição, antes de tudo.

Dentre os 5 estudos de casos, 3 deles, isto é, a Fazenda Bom Jesus, a Fazenda São Jerônimo e a Fazenda Araruna apresentam as menores características de sustentabilidade.

O item acima mencionado detém uma restrita ação de promoção/ divulgação e também uma limitada ação de parceria, envolvendo os demais empreendimentos do setor turístico de Soure e Salvaterra.

Estas limitações/entraves podem, de certa forma, reduzir a sustentabilidade do APL do turismo nestes empreendimentos.

Mercadologicamente, destacamos que a Fazenda Sanjo tem articulações/parcerias com o componente promoção/divulgação em nível internacional, com isso ela obtém maiores proporções de intervenções de visibilidade na cadeia produtiva do turismo rural.

Tal ocorrido, segundo a OMT (2007) e Azevedo apud Epler Wood (2007), neste tipo de seguimento de turismo especializado, registra que a maioria dos turistas provém do estrangeiro.

A Fazenda do Carmo/Camará mantém os seus elementos de articulação/parceria em nível de agências e operadores nacionais enquanto, os outros 3 empreendimentos mantêm suas articulações/parcerias limitadas a alguns empreendimentos do setor turístico dos municípios de Soure e Salvaterra.

Nota-se ainda que a viabilidade dos 5 empreendimentos de turismo rural no Marajó Oriental, dependem ainda de uma melhor eficácia das políticas públicas, principalmente no item infraestrutura de logística.

Também são fundamentais ações de capacitação especializada para o setor turístico rural, salientando o incentivo de preservação dos aspectos históricos e socioculturais da região.

A melhor eficácia das ações de políticas públicas, atrelados às ações individualizadas dos empreendimentos, poderá não apenas promover a região do Pólo Marajó do programa PDOT/2000, mas também promover o desenvolvimento local impulsionando os setores econômicos de forma profissional.

As ações de tratamento amador do setor turístico tanto em nível público como privado são possíveis elementos marcantes de entraves do desenvolvimento das potencialidades da cadeia produtiva do APL do turismo na região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES. **Gestão participativa para o Desenvolvimento Local**. Relatório Recife 2001. Brasília : BNDES/PNUD, 2001. Relatório Mimeografado.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Programa de Turismo Rural Na Agricultura Familiar**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Turismo. Secretária de Políticas de Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural No Brasil**. Brasília, 2004.

_____. _____. _____. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. **Marcos conceituais –Segmentação do Turismo**. Brasília, 2004.

_____. _____. Turistas estrangeiros gastaram mais no Brasil em 2007. Disponível em:< <http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2007.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Projeto 10**. Turismo Amazônia do Marajó (Pesquisa de resultados) Gestão Estratégica Orientada por Resultados GEOR. Brasília : SEBRAE/PA, Fidesa ,2006.

_____. - **Projeto 30**- Turismo Amazônia do Marajó (Relatório de Gestão) Gestão Estratégica Orientada por Resultados, Brasília: SEBRAE/PA, FUNPEA, 2006.

_____. **Relatório de pesquisa de Demanda e Oportunidade do Polo Turístico Marajó**. SEBRAE/PA, Prefeituras Municipais de Soure e Salvaterra, 2003.

